

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2012



GOVERNO DE
PORTUGAL



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

- | | |
|---|---------|
| 1. Linhas Estratégicas da Intervenção do ACIDI, IP em 2012 | pág. 6 |
| 2. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) | |
| 2.1. Justificação dos indicadores cujas metas foram superadas | pág. 8 |
| 2.2. Proposta de avaliação Final do ACIDI | pág. 9 |
| 3. Funcionamento do ACIDI | pág. 10 |
| 3.1. Orçamento do ACIDI | pág. 10 |
| 3.2. Equipa do ACIDI e Equipa de Parceiros | pág. 12 |

II. SOLUÇÕES PARA RESOLVER PROBLEMAS: UMA ADMINISTRAÇÃO PRÓXIMA DO IMIGRANTE

- | | |
|---|---------|
| 1. II Plano de Integração dos Imigrantes (PII) | pág. 15 |
| 2. Serviços de Acolhimento e Apoio aos Imigrantes | pág. 17 |
| 2.1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante | pág. 17 |
| 2.1.1. Organização e Funcionamento | |
| 2.1.2. Atendimentos | |
| 2.1.3. Gabinetes de Apoio de iniciativa do ACIDI | |
| 2.1.4. Formação | |
| 2.1.5. Equipas de terreno | |
| 2.1.6. Visitas Internacionais | |
| 2.2. Linha SOS Imigrante | pág. 24 |
| 2.2.1. Número de chamadas recebidas, Tempos de Espera e Língua de atendimento | |
| 2.2.2. Assuntos abordados | |
| 2.2.3. Interlocutores | |
| 2.2.4. Outras informações complementares | |
| 2.3. Serviço de Tradução Telefónica (STT) | pág. 26 |
| 2.4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) | pág. 27 |
| 2.4.1. Evolução dos atendimentos da Rede CLAII | |



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- 2.4.2. Reforço da promoção do diálogo intercultural
- 2.4.3. Projetos Transversais
- 2.4.4. Coleção *Portugal Imigrante*
- 2.4.5. Formação dos técnicos da Rede CLAI

- 3. Oportunidades no Acesso ao Mundo do Trabalho pág. 35
 - 3.1. Rede GIP Imigrante pág. 35
 - 3.2. Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) pág. 37
- 4. Projeto de Mentores ENGAGE pág. 39
- 5. Programa Português para Todos (PPT) pág. 41

III. PELOS IMIGRANTES, COM OS IMIGRANTES

- 1. Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) pág. 44
 - 1.1. Apoio Técnico e Financeiro às Associações de Imigrantes pág. 44
 - 1.2. Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes pág. 46
 - 1.3. Promoção e divulgação do Associativismo pág. 47
- 2. Gabinete de Resposta de Emergência Social (GRES) pág. 48
 - 2.1. Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros (PADE) pág. 48

IV. COMUNIDADES CIGANAS

- 1. Projeto Mediadores Municipais pág. 50
- 2. Programa ROMED pág. 51
- 3. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas pág. 52
- 4. Visitas ao terreno pág. 52
- 5. Outras atividades pág. 53

V. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR

- 1. Boletim Informativo (BI) pág. 54
- 2. Portal ACIDI (www.acidi.gov.pt) pág. 54
- 3. Programa de televisão “Nós” na RTP pág. 58
- 4. Programa de rádio “Gente Como Nós” na Antena 1 pág. 60
- 5. Produção de materiais informativos pág. 62
- 6. Promoção de eventos de sensibilização pág. 62



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VI. PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE

- | | |
|--|---------|
| 1. Cidadania e Interculturalidade | pág. 64 |
| 2. Selo 'Escola Intercultural' | pág. 65 |
| 3. Mediação Intercultural em Serviços Públicos | pág. 66 |

VII. PROGRAMA ESCOLHAS pág. 79

- | | |
|--|---------|
| 1. Lançamento da 5ª geração do Programa Escolhas | pág. 72 |
|--|---------|

VIII. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

- | | |
|--|---------|
| 1. Enquadramento | pág. 76 |
| 2. Atividades da CICDR | pág. 76 |
| 3. Comissão Permanente da CICDR | pág. 77 |
| 4. Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica | pág. 79 |

IX. CONSELHO CONSULTIVO PARA OS ASSUNTOS DA IMIGRAÇÃO (COCAI)

- | | |
|------------------|---------|
| 1. Enquadramento | pág. 81 |
| 2. Constituição | pág. 81 |
| 3. Funcionamento | pág. 82 |

X. CONHECER MAIS PARA AGIR MELHOR

- | | |
|---|---------|
| 1. Observatório da Imigração | pág. 84 |
| 1.1. Estudos e Publicações do Observatório da Imigração | pág. 84 |
| 1.2. Site OI | pág. 86 |
| 2. Organização de Workshops, Seminários e Conferências | pág. 86 |
| 3. Centro de Documentação do ACIDI, I.P. | pág. 88 |

XI. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- | | |
|---|---------|
| 1. Contributos do ACIDI para Redes Internacionais | pág. 89 |
| 2. Comunicações do ACIDI em conferências e encontros internacionais | pág. 89 |
| 3. Projetos internacionais financiados pela Comissão Europeia em que o ACIDI participou | pág. 92 |



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

XII. OUTRAS ACTIVIDADES DO ACIDI, IP

1. Promoção da igualdade de género	pág. 96
2. Prevenção de formas de violência de género	pág. 97
2.1. Mutilação Genital Feminina (MGF)	pág. 97
2.2. Violência Doméstica	pág. 99



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

I. INTRODUÇÃO

1. Linhas Estratégicas da Intervenção do ACIDI, IP em 2012

É com satisfação que apresentamos o trabalho realizado pelo ACIDI,IP, em 2012.

Começando pela implementação do II Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), demos mais um passo para a concretização de algumas das suas medidas que refletem aquela que é a agenda de política pública para a integração das e dos imigrantes em Portugal, em resultado do trabalho de coordenação conjunto de dez Ministérios e uma Secretaria de Estado.

O ano de 2012 também marcou o encerramento da 4ª geração do Programa Escolhas (2010-2012) e o lançamento das bases da sua 5ª geração (2013-2015), no seguimento da aprovação da RCM nº 68/2012, de 9 de agosto. No que toca ao balanço da 4ª geração, atingiu-se, uma vez mais, a excelência deste programa de âmbito nacional de combate à exclusão social de crianças e jovens, em que se atingiram números notáveis, nomeadamente, o envolvimento de 89.232 indivíduos ou o sucesso escolar global dos participantes (86,7% em 2011/2012), bem como a capacidade de reintegrar 9.776 jovens que estavam totalmente desocupados/as e que foram reintegradas/os na escola, formação ou emprego. Sinalizo o espantoso espectáculo de dança *Da Rua para o Palco*, bem evidenciador do muito talento destes e destas jovens que urge capacitar e prover com mais oportunidades.

Foi possível consolidar os Centros Nacionais de Apoio à Integração dos Imigrantes como resposta de referência aos problemas dos/as imigrantes em Portugal. Em Outubro, atingimos a fasquia dos 3 milhões de clientes, a que acresceu a visita de 18 comitivas internacionais o que é bem elucidativo do prestígio internacional que este conceito de política de integração de *One-Stop-Shop* tem vindo a granjear junto das organizações multilaterais e dos governos, sobretudo, europeus.

No quadro da rede dos Centros Locais para a Integração de Imigrantes (CLAII), apresentámos o estudo nacional da coleção “Portugal Imigrante”, que inclui 22 estudos locais promovidos ao nível da rede e um estudo de âmbito nacional, como contributo ímpar para um maior conhecimento das comunidades imigrantes residentes nos diferentes concelhos, com vista a conferir sustentabilidade às intervenções na área do acolhimento e integração local, reduzindo assimetrias.

Sublinho, também, a continuidade de projectos emblemáticos e de referência face ao seu impacto junto das/os destinatários como é o caso do *Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2012*, o *Programa Português para Todos*, o *Projeto da Mediação Intercultural em Serviços Públicos*, a *Bolsa de Formadores* ou a experiência piloto de interculturalidade que foi o *Família do Lado 2012*. Por sua vez, o *Programa do Empreendedorismo Imigrante* venceu o Prémio Europeu de Promoção Empresarial 2012, promovido pela Comissão Europeia, na categoria Prémio de Empreendedorismo Responsável e Inclusivo e lançamos um



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Projeto da Rede de Mentores Engage que vem potenciar uma rede de voluntários/as empresariais – mentores - no acompanhamento das necessidades de imigrantes no quadro de parceria.

No plano legislativo, destacamos as alterações à lei dos estrangeiros por força da aprovação da Lei nº 29/2012 de 9 de Agosto, que transpõe directivas comunitárias, permitindo, também, assegurar alguns acertos pontuais na lei como é o caso da possibilidade de as/os detentores/as de uma autorização de residência para exercício de actividade profissional subordinada poderem requerer idêntico título para o exercício de uma actividade profissional independente ou o cumprimento de algumas medidas humanistas do II Plano para a Integração dos Imigrantes (50 e 51) em protecção das vítimas de tráfico de seres humanos ou das vítimas de violência doméstica. Foi ainda possível, em sede das alterações ao Decreto Regulamentar, pôr termo à injustiça das renovações dos títulos de residência que ficavam bloqueadas pelo incumprimento de algumas entidades patronais quanto aos descontos obrigatórios para a segurança social, sancionando-se, naturalmente, quem incumpre.

No que toca às comunidades ciganas, foi o ano da conclusão do extenso processo de aprovação da Estratégia Nacional para a Inclusão das Comunidades Ciganas (2012-2020), cujo processo veio a ser concluído no início de 2013, a par da continuidade do Projecto de Mediadores Municipais em estreita parceria com 15 municípios e respectivos mediadores/as que se têm revelado embaixadoras/es desta nova forma de construir pontes e aproximar as comunidades ciganas, não ciganas e o poder local. Na mesma linha, abrimos a oferta da Bolsa de Formadores a um novo módulo sobre Portugueses Ciganos, Cidadania e Interculturalidade.

Resta-me terminar com duas notas finais de reconhecimento:

A primeira, é que muito do que aqui fica descrito, deve a sua existência aos fundos comunitários, nomeadamente, ao Programa Operacional do Potencial Humano e ao Fundo Europeu para a Integração Nacionais de Países Terceiros. A importância estratégica destes mecanismos no que toca à implementação de políticas públicas de integração em Portugal é incontornável e devemos assinalar, expressamente, este facto.

Por fim, este é um extenso trabalho de uma equipa fantástica. Dos parceiros do movimento associativo imigrante, às ONG's e respectivos mediadores e mediadoras interculturais, bem como aos nossos parceiros na administração pública, central e local, que participam diariamente nos nossos projectos e aos meus colaboradores e minhas colaboradoras directos/as, todos tiveram um especial papel para que tudo isto fosse possível. Um muito obrigada a todas e a todos por este trabalho de afirmação da interculturalidade como pilar incontornável da sociedade portuguesa.

A Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural,
Rosário Farmhouse

7



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

Os dados de execução dos objectivos e indicadores do QUAR 2012, constam da Tabela Anexa, donde se infere o cumprimento de todo os 10 indicadores, estando, cinco, deles, superados.

2.1. Justificação dos indicadores cujas metas foram superadas

2.1.1. Indicador 4 – Total de “horas x pessoas” de formação / sensibilização ministradas (a terceiros)

Tendo presente que, para este indicador, contribuíram dados de execução de diversas equipas do ACIDI, cumpre referir que a superação da meta deveu-se à previsão das formações do Programa Escolhas que, à data em que ocorreram, não era possível saber se a 5ª Geração do Programa (2013-2015) iria ser aprovada, pelo que, quando da aprovação da RCM nº 68/2012, de 9 de agosto, surge a necessidade de reforçar as sessões de esclarecimentos por todo o país que mobilizaram algumas centenas de participantes e que contribuiu para o aumento dos/as formandas/os. Acrescem horas de formação adicionais face ao inicialmente previsto, porquanto, se considerou fundamental, face ao contexto económico e social do país e à função de atendimento às cidadãs e aos cidadãos imigrantes que a Rede dos Centros Locais para a Integração dos Imigrantes assegura, reforçar a formação para a Rede CLAI na área do “Apoio Social e Saúde”.

2.1.2. Indicador 5 – Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias)

Relativamente ao Indicador 5 – Prazo médio de pagamentos, superou-se a meta proposta para 2012 essencialmente por 2 factores críticos: i) migração dos sistemas informáticos anteriores (SIC e Quidgest) para o Gerfip – plataforma única e integrada para autorização, processamento, pagamento e contabilização da despesa; ii) o processamento dos pagamentos deixou de ser efectuado pela SGPCM, passando para o ACIDI, o que permitiu poupanças de tempo uma vez que os documentos deixaram de sair do ACIDI para a SGPCM para serem processados, verificados e autorizados.

2.1.3. Indicador 7 – Nº de reclamações com fundamento da responsabilidade do ACIDI apresentadas no livro amarelo

A justificação para a diminuição do número de reclamações como indicador superado poderá resultar da estabilidade, qualidade da formação ministrada e da experiência consolidada dos recursos humanos afectos ao atendimento, a que também poderá não ser alheia a diminuição do número de atendimentos de 9% nos 3 Centros.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2.1.4. Indicador 8 – Tempo de espera médio nos CNAI

Este indicador foi superado face ao previsto, devido à alteração do horário de funcionamento do CNAI que antecipou a abertura das 8:30 para as 8:00, e, eventualmente, por força da diminuição do número de atendimentos, conforme o anteriormente referido.

2.1.5. Indicador 9 – N° de horas de formação por colaborador/a dirigidas aos serviços e equipa ACIDI

A diferença de cinco horas que leva à superação *in extremis* do indicador, deve-se às alterações legislativas na Lei dos Estrangeiros constantes da Lei nº 29/2012 de 9 de agosto, e à consequente necessidade de formação acrescida nesta temática tão sensível para as/os mediadores/as que atendem diariamente imigrantes nos Centros Nacionais de Apoio aos Imigrantes em Lisboa, Porto e Faro.

2.2. Proposta de avaliação Final do ACIDI

Tendo presente as menções qualitativas de avaliação constantes do art. 18º da Lei 66B/2007 de 28 de Dezembro, a auto-avaliação final do desempenho dos serviços ACIDI é de “Bom”, atento o cumprimento de todos objetivos e respectivos indicadores com a superação de 5 dos 10 indicadores previstos, ou seja, metade dos indicadores foram superados.

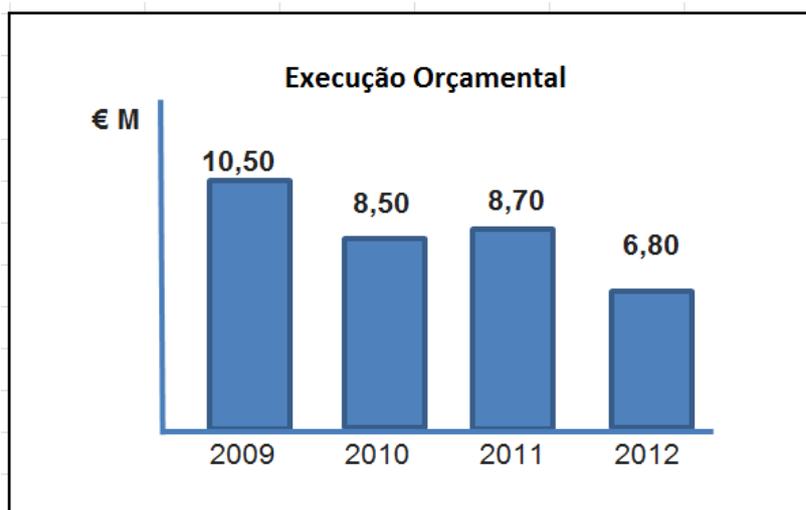
3. Funcionamento do ACIDI, I.P.

3.1. Orçamento do ACIDI

A execução orçamental do ACIDI, I.P., que em 2009 ultrapassava os € 10M tem desde então vindo a sofrer uma considerável retração ficando, em 2012, abaixo dos € 7M. Esta contração resulta da forte contenção de despesa pública que se tem vindo a realizar neste período de consolidação orçamental. Esta evolução é visível no gráfico em abaixo:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



Continuando a sua missão através da cooperação estreita com a sociedade civil, em particular com as Associações de Imigrantes e outras instituições sem fins lucrativos que trabalham em prole dos/as imigrantes, o ACIDI voltou a alocar a maior fatia do seu orçamento global – cerca de 57%, o correspondente a 3,8 M € – para o agrupamento económico *04 Transferências Correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos*.

Estes meios orçamentais destinaram-se a apoiar e estimular a rede associativa imigrante, bem como as associações nacionais que trabalham com as populações imigrantes, promovendo a sua participação na definição e implementação das políticas de integração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a sua integração na sociedade portuguesa.

As despesas com as Aquisições de Bens e Serviços representaram globalmente 26% do total do Orçamento (1,8 M€ versus 3 M€ no ano anterior) e destinaram-se a:

- criação e manutenção de interfaces amigáveis de resposta integrada ao acolhimento e integração de imigrantes.
- sensibilização da opinião pública para a tolerância e a diversidade enquanto valores civilizacionais estruturantes da sociedade portuguesa, através de ações nos domínios sociais, culturais, artísticos e desportivos;
- sensibilização dos meios de comunicação social para o seu contributo para a integração das populações imigrantes e para o combate à estigmatização de pessoas de origem imigrante e de minorias étnicas, nomeadamente através do *Prémio de Jornalismo*;
- criação e produção de sistemas de suportes de informação;
- aposta no aprofundamento do conhecimento das realidades da imigração, através de estudos promovidos pelo Observatório da Imigração;
- promoção da interculturalidade, nomeadamente nos domínios da educação e da formação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Finalmente as Despesas com Pessoal (*Agrupamento Económico 01*) representaram globalmente apenas 15% do Orçamento Global, 1,0 M € novamente abaixo do valor do ano passado que atingiu 1,34 M €. Esta redução resulta da contenção salarial fruto do disposto no artº 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

À semelhança do ano anterior, orçamento global do ACIDI, I.P. de 2012 resultou de três fontes essenciais de financiamento:

- (1) o autofinanciamento, que tendo também sofrido uma queda relativamente ao ano anterior continua a representar 45% do orçamento global (€ 4,24 M vs. € 4,37 M em 2011);
- (2) o financiamento comunitário assume um peso crescente no orçamento do ACIDI, representando 47% do orçamento global (em 2011 era 41%), o que corresponde a € 4,4 M. Esta fonte de financiamento resultou predominantemente dos diferentes projetos desenvolvidos pelo ACIDI no âmbito do programa POPH inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT);
- (3) os restantes 8% resultam de Receitas Gerais do Orçamento do Estado (€ 0,75M ligeiramente abaixo dos € 0,79M em 2011). Em 2010 estas receitas representaram 11% do Orçamento (0,89 M €).

O financiamento comunitário foi fundamental para inúmeras atividades das diferentes áreas de intervenção do ACIDI, permitindo o reforço de alguns dos serviços prestados para uma melhor integração das populações imigrantes. Destaque-se o papel do cofinanciamento comunitário nas seguintes vertentes:



Durante o ano 2012 o POPH continuou a cofinanciar alguns dos serviços promovidos pelo ACIDI, contribuindo para o reforço de algumas das valências desses mesmos serviços: os CNAI Lisboa, Porto e extensão de Faro; a rede CLAII sociedade civil; o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante; o projeto-piloto de Mediadores Municipais; o Programa Português para Todos (PPT); o Programa Escolhas; as publicações do Observatório da Imigração; espaços de partilha do conhecimento (e.g. Seminários e Jornadas do Observatório da Imigração); materiais de disseminação de informação para imigrantes e de sensibilização para a interculturalidade e diversidade; apoio à promoção da Diversidade nos Media com o Prémio de Jornalismo e Seminários para jornalistas; na vertente da formação apoiou a Bolsa de Formadores, oficinas, formações e projetos que permitiram a definição ou disseminação de materiais pedagógicos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



Por outro lado, o FEINPT cofinanciou em 2012 outras áreas de intervenção do ACIDI, concretamente, apoiou publicações associadas ao segundo PII e à sua monitorização; apoiou o projeto Mediação Intercultural no Atendimento em Serviços Públicos; cofinanciou inúmeros canais de disseminação de informação e de sensibilização do ACIDI – Programa Nós, Programa Gente Como Nós, Boletim Informativo, Sites: Portal do ACIDI, OI, Entreculturas, Entrekulturas, CICDR; apoiou o programa PEI (Promoção do Empreendedorismo Imigrante) e as atividades de coordenação da Rede GIP Imigrante; cofinanciou inúmeras ações da CICDR na vertente de sensibilização para o combate ao racismo e à xenofobia; apoiou os estudos de Diagnóstico Municipais e os Projetos Municipais de Promoção da Interculturalidade da Rede CLAI, e o estudo de Avaliação Externa da Rede CLAI.

3.2. Equipa do ACIDI e Equipa de Parceiros

Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural: Rosário Farmhouse

Gabinete da Alta-Comissária

- **Chefe de Gabinete:** Duarte Miranda Mendes
- **Adjunta:** Susana Antunes
- **Secretária:** Anabela Antunes
- **Motorista:** Armando Rosa

Diretor: Bernardo Sousa

Coordenadora do Departamento de Acolhimento e Apoio ao Imigrante: Marisa Horta
Coordenadora do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa: Rita Gonçalves

Coordenadora do Gabinete de Resposta a Emergência Social: Ana Furão

Coordenadora do Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes: Paula Moura.

Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes: Isabel Cunha.

Coordenadora do Gabinete Técnico do Programa Operacional Potencial Humano - Português para Todos: Gabriela Semedo
Colaboradoras: Matilde Silva e Fernanda Rodrigues



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Coordenadora do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação: Elisa Luís
Colaboradoras: Ana Correia e Margarida Caseiro

Coordenadora do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação: Isabel Baía

Coordenadora do Gabinete Administrativo e Financeiro: Tatiana Botelho
Colaboradoras: Maria João Fouto, Maria José Capacete, Ana Alfredo, Celeste Barreiras, Cristina Nicodemes, José Mateus, Sara Quaresma

Coordenadora do Gabinete de Estudos, Relações Internacionais e Direitos Humanos: Catarina Reis Oliveira
Colaboradores: Vasco Malta e João Cancela

Coordenadora do Plano para a Integração dos imigrantes: Cristina Casas

Coordenadora do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos: Carla Martingo

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas: Maria Helena Torres

Gabinete de Apoio aos Recursos Humanos: Margarida Moura

Diretor do Programa Escolhas: Pedro Calado
Colaboradores/as e Parceiros: Alexandra Fabião, Artur Cabral, Carlos Sequeira, Francisco Madeira, Cristina Gonçalves, Glória Carvalhais, Inês Reis (consultora jurídica, a meio tempo), Inês Rodrigues (consultora para a comunicação, a meio tempo), Júlia Santos, Ludmila Ribeiro, Luísa Borges, Luísa Cruz, Manish Mulgi, Maria João Freitas, Marina Pedroso, Nuno Cristóvão, Paula Silva, Paulo Vieira, Rita Castro, Rui Dinis, Salette Lemos, Sandra Fernandes, Tatiana Gomes, Teresa Batista.

Equipa de Parceiros

À equipa do ACIDI, IP juntam-se as mediadoras e os mediadores interculturais, enquadradas/os nos serviços através de protocolos com Associações de Imigrantes e Organizações Não- Governamentais. Tal como em anos anteriores, em 2012, os mediadores interculturais tiveram um contributo fundamental para o desenvolvimento das atividades descritas neste Relatório:

Adnilson Santos, Albertina Afonso, Alexandra Ferreira, Álvaro Gaspar, Amélia Carvalho, Ana Couteiro, Ana Cunha, Andreia Santos, Anelide Pereira, Ângela Ramos, António Crisóstomo, Assunção Sousa, Aurora Doana, Bárbara Duque, Berill Baranyai, Catarina Prata, Carlos Nobre, Carmem Tavares, Catarina Duarte, Cátia Almeida, Cidália Pinto, Clarisse Vistas, Cláudia Pires, Cristina Gomes, Cristina Ribeiro, Cristina Rodrigues,

13



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Dulcineia Varela, Elena Oliveira, Eliseu Lopes, Elsa Antunes, Élsio Domingos, Emília Santos, Esmeralda Pedro, Georgina Funny, Gonçalo Salgado, Graciano Barros, Hermínia Firmino, Igor Skitsko, Iolanda Cruz, Isabel Lima, Isabel Rolim, Joana Jianu, João Leite, Johnson Marques, José Bernardo, José Lino Neves, Jucineia Ferreira, Júlia Cruz, Larysa Mikulich, Lígia Almeida, Lúcia Marques, Ludmila Donoaga, Lyubov Patravchan, Lyudmila Tkachuk, Manuel Fidalgo, Manuela Belino, Marco Alvarez, Maria Demian, Mariana Campilho, Mariana Melenti, Marianna Kasyanova, Marisa Vieira, Marlene Jordão, Marta Pereira, Mónica Barbosa, Natalia Tarasenko, Natália Trofimova, Neila Karimo, Noémia Monteiro, Olga Basileeva, Olga Ferreira, Olga Pavlik, Oxana Bordos, Oxana Sphuy, Patrícia Dias, Paula Ferreira, Paulo Rodrigues, Raisa Machindonschi, Rogério Lopes, Rosete Royet, Rute Carvalho, Sandra Costa, Sandra Intchasso, Sandrina Santos, Sarah de Negreiros, Sergiu Albu, Sónia Almada, Soraya Gonçalves, Susana Godinho, Svetlana Alves, Tatiana Albu, Teresa Vinagre, Thelma Cunha, Valéria Repina, Vera Ciubotaru, Vlademiro Duarte e Zaida Furtado.



II. SOLUÇÕES PARA RESOLVER PROBLEMAS: UMA ADMINISTRAÇÃO PRÓXIMA DO IMIGRANTE

1. II Plano de Integração dos Imigrantes (PII)

Durante o ano de 2012 deu-se continuidade e impulso à execução do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII) a terminar a sua vigência em 2013. Neste âmbito, foi elaborado um relatório intercalar detalhado de execução do PII (2010/2011) cuja apresentação ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) ocorreu em reunião conjunta (PII/COCAI) no dia 18 de Julho.

Tiveram também lugar inúmeras reuniões com os grupos de trabalho de execução de medidas em curso. A Rede de Pontos Focais - composta por representantes de 10 Ministérios e 1 Secretaria de Estado – reuniu 4 vezes, nos dias 10 de Maio, 5 e 18 de Julho e 22 de Novembro de 2012. Ao nível interno, em 2 reuniões de carácter geral, nos dias 22 de Julho e 16 de Novembro, foram realizados pontos de situação e planeadas as atividades de concretização das medidas em curso da responsabilidade do ACIDI.

Com carácter bilateral ou multilateral, no âmbito da concretização de medidas conjuntas e/ou na animação de grupos de trabalho, decorrerem também ao longo do ano as seguintes reuniões:

- No dia 3 de Fevereiro, reunião entre o ACIDI e o Ponto Focal da saúde, para dinamização das medidas da responsabilidade da Direção Geral de Saúde, mais concretamente a medida 39;
- Nos dias 7 e 13 de Março, reuniões com diversos Ministérios, como o Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS), Ministério da Administração Interna (MAI) Ministério da Justiça (MJ), para preparação da alteração à lei de estrangeiros, através da qual foram cumpridas as medidas 50 e 51 do PII;
- No dia 19 de Março, reunião entre o ACIDI e a Direção Geral da Reinserção Social (DGRS), para cumprimento das medidas da responsabilidade deste organismo público, medidas 46 e 47;
- No dia 10 de Abril, reunião conjunta entre o ACIDI, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Ministério da Educação e Ciência (MEC) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para dinamização e cumprimento da medida 72 do PII;
- No dia 22 de Maio, reunião entre o ACIDI e o MNE, com vista à implementação das medidas nas quais o Ministério se encontra envolvido;
- No dia 28 de Maio, reunião entre o ACIDI e o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) com vista à implementação das medidas da responsabilidade do ministério, especialmente a medida 17;
- No dia 28 de Maio, reunião entre o ACIDI e o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), responsável pela concretização da medida 75, tendo em vista à sua dinamização e implementação;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- No dia 5 de Junho, reunião entre o ACIDI e a Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo, tendo em vista a concretização da medida 35 do PII;
- No dia 9 de Junho, reunião entre o ACIDI e o Ponto Focal da DGRS, para dinamização das medidas 46 e 47 do PII;
- No dia 19 de Julho, reunião entre o ACIDI, a Direção Geral de Saúde (DGS) e o Diretor do Plano Nacional de Saúde Mental, para readaptação e dinamização da medida 40 do PII;
- No dia 27 de Agosto, reunião entre o ACIDI e o Ponto Focal do PII para as medidas da responsabilidade da ACT, com vista à dinamização e implementação das mesmas;
- No dia 5 de Setembro, reunião conjunta, para dinamização da medida 63 do PII;
- No dia 19 de Setembro, reunião com a DAAI, para dinamização da medida 59 do PII;
- No dia 20 de Setembro, reunião de reflexão com várias entidades envolvidas na implementação da medida 75;
- No dia 21 de Novembro, reunião conjunta entre diferentes ministérios, no âmbito da alteração ao Regulamento 84/2007, de 5 de Novembro, cuja alteração, num dos artigos propostos, implementa a medida 22 do PII;
- No dia 9 de Dezembro, reunião de preparatória da concretização da medida 30, no que diz respeito à Cerimónia de divulgação de boas práticas no apoio à integração dos estudantes descendentes de imigrantes, que teve lugar no dia 10 de Dezembro.

No contexto deste relatório de 2012 importa salientar algumas mudanças no enquadramento legal para estrangeiros e que deram resposta a algumas medidas previstas no PII. A publicação da Lei n.º 29/2012, de 9 de Agosto, que veio alterar o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional constante da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho. Esta alteração legislativa visou transpor para a ordem jurídica portuguesa diversas diretivas da União Europeia, bem como proceder a alterações pontuais decorrentes de aplicação da lei e concretizar algumas medidas do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII). Relativamente à concretização das medidas do PII, salienta-se, entre outras, a concretização das medidas 50 e 51 do PII. A primeira visando assegurar o apoio judiciário aos imigrantes vítimas de crimes de tráfico de seres humanos, com uma nova redação do n.º 4 do art.º 112, através da qual deixa de ser exigível o regime de reciprocidade existente na anterior redação. A medida 51, que pretende rever a exigência da condenação para as vítimas de violência doméstica, para efeitos de concessão de autorização de residência autónoma aos familiares reagrupados. Esta medida foi concretizada através da nova redação do n.º 4 do art.º 107, que passou a fazer depender da acusação pelo Ministério Público pela prática do crime de violência doméstica e quando seja atingida a maioria, para efeitos de concessão de uma autorização de residência autónoma antes de decorrido o prazo de 2 anos. Adicionalmente na proposta de alteração ao Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro, foi proposta e aprovada em Reunião de Conselho de Ministros, a consagração da alteração legislativa que garanta a renovação dos títulos de residência aos imigrantes nos casos de incumprimento, por parte da entidade patronal, dos pagamentos à segurança social. N.º 4 ao art.º 63 do Decreto Regulamentar.

Outras medidas merecem destaque por os desenvolvimentos que tiveram neste ano de 2012:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

No âmbito da medida 7, deu-se continuidade ao processo de consolidação do Programa Português para Todos (PPT), com objetivos muito concretos de desenvolvimento dos cursos de português básico e de português técnico dirigido à população imigrante. As metas preconizadas passaram pela introdução dos cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam ao nível B2 – Utilizador Independente, mas também a continuidade dos cursos de língua portuguesa de nível A2 – Utilizador Elementar e de português técnico nas áreas de comércio, engenharia civil e construção civil, serviços de beleza e por fim, hotelaria e restauração.

A medida 83, relativa à divulgação, junto das mulheres imigrantes, de informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres foi cumprida, nomeadamente, com a produção do desdobrável e cartaz “Diga não à excisão” na área da Mutilação Genital Feminina (MGF). Pese embora esta temática seja de homens e de mulheres, é tradicionalmente de abordagem feminina dado que é feita em crianças e jovens do sexo feminino e mulheres.

No âmbito da prevenção da violência doméstica e de outras formas de violência de género, conforme previsto na medida 86, foi realizado em encontro com 16 líderes associativos e 11 representantes de Associações de Imigrantes, para debater e sensibilizar para a questão da Mutilação Genital Feminina. O encontro teve lugar no dia 29 de Maio de 2012, no CNAI, e centrou-se na prática da MGF, suas causas e consequências. O encontro contou com a presença da Alta Comissária e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

2. Serviços de Acolhimento e Apoio aos Imigrantes

Durante 2012 o ACIDI manteve os seus serviços de acolhimento e apoio às/aos imigrantes, tanto na vertente de atendimento presencial através dos centros nacionais e locais de apoio à integração de imigrantes, como através dos seus serviços de apoio telefónicos - linha telefónica SOS Imigrante e do serviço de tradução telefónica.

2.1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Inaugurados em 2004, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e Porto, comemoraram durante o ano de 2012 o seu 8º aniversário, enquanto a Extensão do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante em Faro, comemorou o seu 3º aniversário. Tal como em anos anteriores, em 2012, o serviço desenvolvido pelos centros teve o contributo fundamental dos/as mediadoras/es interculturais, representantes das associações de imigrantes e organizações não-governamentais.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2.1.1. Organização e Funcionamento

Em 2012, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante mantiveram o mesmo horário de atendimento ao público, a recordar: em Lisboa de segunda a sexta-feira das 8 às 17h, no Porto de segunda a sexta-feira das 8.30 às 16.30 e ao sábado das 9 às 13h, e em Faro, de segunda a sexta-feira das 8.30 às 19h e ao sábado das 9 às 13h.

No que se relaciona com os gabinetes abertos ao público, em 2012, mantiveram-se os mesmos gabinetes de apoio e serviços, bem como se mantiveram os mesmos parceiros institucionais e da sociedade civil. Operaram-se contudo, algumas alterações a nível da distribuição dos espaços físicos dos gabinetes, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e de atendimento.

2.1.2. Atendimentos

Em 2012, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante totalizaram cerca de 334.554 atendimentos, o que corresponde a uma descida, comparativamente com o ano de 2011 de 9% (sendo que esta descida ocorreu em maior percentagem no CNAI do Porto). Foi também em Outubro de 2012, que se **assinalaram os 3 milhões de atendimentos** desde a abertura dos CNAI's.

No ano de 2012, no **CNAI de Lisboa** registaram-se 173.479 atendimentos, o que significou uma descida relativamente ao ano passado em 12.249 atendimentos. Em contrapartida registou-se uma descida dos tempos médios de espera para 32 minutos, significando uma redução em 5 minutos.

Conforme se pode constatar na tabela em baixo, a descida do número de atendimentos foi mais significativa em alguns serviços. Com o objetivo de otimização de recursos, a partir de Agosto, o atendimento do *Balcão de Apoio* passou a ser assegurado no gabinete de Acolhimento e Triagem (o que levou à grande diferença do número de atendimentos nos dois anos em análise). O *Gabinete de Acolhimento e Triagem* (GAT), por sua vez, teve igualmente uma descida no número de atendimentos e, não raras vezes, os/as mediadores/as deste gabinete deram apoio em outros gabinetes (ex.º GAS, GAE, GAIC). Refira-se, ainda, que este gabinete recebeu 20 formandos/as para Formação Observada.

O *Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar* (GARF) manteve a tendência de decréscimo dos últimos três anos, o que levou à reafectação de recursos humanos deste gabinete a outros.

O *Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor* (GAIC), em 2012, teve uma redução de 19% nos atendimentos, que se pode justificar pelo aumento da duração, na generalidade, dos atendimentos, devido à maior complexidade das situações apresentadas e, consequentemente, maior complexidade na sua resolução.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

CNAI Lisboa	2011	2012	Variação %
Serviços			
Balcão de Apoio	7.543	3.433	-54
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	76.604	71.323	-7
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	3.884	3.766	-3
G. A. Reagrupamento Familiar	7.371	5.971	-19
G.A. Habitação	72	121	68
G.A. Imigrante Consumidor	3.367	2.725	-19
G.A. Jurídico ao Imigrante	7.436	7.049	-5
G.A. Emprego	7.349	4.323	-41
G.A. Qualificação	842	998	19
Instituições			
Saúde	856	844	-1
Segurança Social	29.691	33.531	13
Educação	4.763	6.032	27
Conservatória dos Registos Centrais	5.551	4.462	-20
Autoridade para as Condições de Trabalho	13.564	9.130	-33
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	16.835	19.771	17
Total	185.728	173.479	-7

Já o decréscimo da procura do *Gabinete de Apoio ao Emprego* (GAE) em cerca de 41% durante 2012 esteve associado a uma mudança no serviço. Numa tentativa de dar uma melhor resposta às/aos clientes no que diz respeito à sua efetiva integração no mercado de trabalho, destaca-se, em 2012, a alteração de algumas das regras de funcionamento e de gestão de marcações deste gabinete (implementadas a partir de Abril). Procurando criar condições que permitam um acompanhamento mais personalizado e um desenvolvimento de competências destes/as clientes, os atendimentos passaram a ser assegurados num regime quase exclusivo de marcações, o que levou a uma descida significativa no número de atendimentos. Contudo este novo sistema trouxe várias vantagens, das quais as mais evidentes passam por uma elaboração mais minuciosa dos *Curriculum Vitae* e uma pesquisa mais cuidada de ofertas com vista a uma maior adequação dos encaminhamentos efetuados.

Em contraste, alguns Gabinetes de Apoio tiveram ainda um aumento no número de atendimentos. É o caso do *Gabinete de Apoio à Habitação* (GAH), gabinete onde ocorreu um aumento de 68% comparativamente com o ano transato, devido ao aumento de procura de habitação social. Também o *Gabinete de Apoio à Qualificação* verificou um aumento de cerca de 19% nos seus atendimentos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Refira-se ainda, relativamente ao CNAI de Lisboa, que o *Espaço Criança* teve 1716 visitantes, sendo que os meses de maior afluência foram o de Fevereiro e Agosto, com mais de 180 visitantes por mês.

No que se relaciona com os gabinetes institucionais, destaca-se o aumento dos atendimentos no gabinete da Educação, Segurança Social e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, enquanto a Autoridade para as Condições do Trabalho, Conservatória dos Registos Centrais e Gabinete de Saúde, viram os seus atendimentos durante o ano de 2012, diminuir.

No **CNAI Porto**, o ano de 2012 caracterizou-se como o segundo melhor ano no número de atendimentos, desde a data de abertura do Centro em 2004. No entanto, comparativamente com o ano de 2011 (o ano com maior número), foram efectuados menos 20.842 atendimentos.

CNAI Porto	2011	2012	Variação %
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	79.113	63.856	-19
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	715	536	-25
G. A. Reagrupamento Familiar	2.037	2.627	+29
G.A. Jurídico ao Imigrante	4.339	4.896	+13
G.A. Emprego	2.163	1.918	-11
Instituições			
Segurança Social	20.469	15.187	-26
Educação	2.090	1.438	-31
Conservatória dos Registos Centrais	9.451	8.055	-15
Autoridade para as Condições de Trabalho	2.670	1.567	-41
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	28.377	30.502	+7
Total	151.424	130.582	-14

Relativamente aos gabinetes especializados, destaca-se os aumentos do *Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar* com um acréscimo de 29% nos atendimentos realizados e o *Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante* (GAJI) com um acréscimo de 13% nos atendimentos em relação ao ano 2011 (este gabinete contou com a entrada de uma mediadora intercultural até então afeta à Extensão do GAJI em Leiria). Por outro lado, os *Gabinetes de Apoio ao Emprego* e *Gabinetes de Apoio Social*, à semelhança dos Gabinetes no CNAI de Lisboa, viram os seus atendimentos diminuir. Apesar do decréscimo, comparativamente com o ano transato, o *Gabinete de Acolhimento e Triagem* (GAT) continua a ser o Gabinete com maior número de atendimentos realizados.

No que se refere aos Parceiros Institucionais, à exceção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras onde se registou um aumento na ordem dos 7%, os restantes tiveram quedas

20



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

significativas no número de atendimentos que oscilaram entre os -15% da Conservatória dos Registos Centrais e os -41% da Autoridade das Condições do Trabalho.

Relativamente ao funcionamento do CNAI Porto aos sábados, em 2012 foram registados 7180 atendimentos, menos 602 atendimentos do que no ano anterior.

No ano de 2012, a **Extensão do CNAI em Faro** realizou 30.493 atendimentos, o que corresponde a um aumento de 4% comparativamente com o ano de 2011.

Extensão CNAI Faro	2011	2012	Variação %
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	25.033	26.968	+ 7
G. Apoio Jurídico	1.715	1.606	- 6
G. A. Reagrupamento Familiar	2.536	1.866	- 26
Total	29.284	30.493	+ 4

Apesar do aumento global no número de atendimentos na Extensão do CNAI em Faro, é de assinalar a descida muito significativa no número de atendimentos no *Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar* (-26%).

No ano de 2012, em resposta às necessidades dos/as cidadãos/ãs imigrantes a viver no barlavento Algarvio, foi continuado o trabalho que vinha a ser efetuado na extensão do *Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante* (GAJI) em Portimão, de forma a possibilitar a resolução de questões jurídicas sem que as/os cidadãs/ãos se tenham de se deslocar ao CNAI – Faro. A extensão do GAJI ao CLAII de Portimão, funciona nas instalações da Junta de Freguesia de Portimão e em parceria com os CLAIIs locais, este gabinete especializado abrange as áreas, (Lagos, Silves, Portimão, Alvor e Lagoa, Vila do Bispo, Aljezur e Monchique). De salientar que durante o ano de 2012, registaram-se 260 atendimentos.

Refira-se, a título informativo, que os/as cidadãos/ãs que mais procuraram a Extensão do CNAI em Faro foram os/as cidadãos/ãs residentes nos concelhos de Loulé, seguido dos/as cidadãos/ãs residentes no concelho de Faro.

2.1.3. Gabinetes de Apoio de iniciativa do ACIDI

Mantendo o objetivo de agilizar o processo de reagrupamento familiar com vista à universalização do direito fundamental à vida em família e à unidade familiar, em 2012 o *Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar* (GARF) registou um aumento da procura para a resolução de questões relacionadas com familiares de cidadãos/ãs nacionais, designadamente, na solicitação de apoio para responder a projetos de indeferimentos de pedidos de Cartão de Residência e de pedidos de vistos de curta duração para familiares de cidadãs/ãos da UE e de todos os a eles conexos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Já os temas que mais trouxeram clientes ao *Gabinete de apoio ao imigrante Consumidor* (GAIC), em 2012, foram semelhantes aos verificados em anos anteriores: serviços e produtos financeiros, designadamente com o crédito ligado à habitação, os seguros (habitação, vida, veículos, onde se inclui a responsabilidade civil obrigatória), os serviços públicos essenciais (onde se inclui os fornecimentos de água, eletricidade, telefone fixo e móvel, e serviços de internet) e a conformidade do bem com o contrato (onde se encontram as questões atinentes às garantias). Continuaram também a crescer as situações ligadas ao sobre-endividamento e endividamento excessivo.

O *Gabinete de Apoio ao Emprego* (GAE) manteve em 2012 a sua missão de promover a efetiva integração de imigrantes que procuram o CNAI no mercado de trabalho. Tendo apostado num acompanhamento mais personalizado atendendo às competências dos/as clientes, o ano de 2012 trouxe um novo perfil de clientes. As/os novas/os clientes do GAE do CNAI de Lisboa tiveram as seguintes características: 57,3% são do sexo masculino e 56,2% têm idade inferior a 35 anos. Entre as nacionalidades mais representativas encontramos a Portuguesa (16,4% do total de novas/os clientes), a Cabo-verdiana (11,6%), a Brasileira e a Ucraniana (cada uma representando 10,6% de novos/as clientes). Por outro lado, mais de 65,9% dos/as clientes têm habilitações superiores ao 9º Ano (ainda que na sua maioria sem reconhecimento em Portugal, facto que, por vezes, dificulta a sua colocação em determinados sectores de atividade). Refira-se ainda que no *Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo*, diretamente ligado ao GAE, a maioria dos atendimentos (cerca de 60%), foi respeitante ao Curso «Apoio à Criação de Negócios», destacando-se ainda os atendimentos relativos às Formalidades e Aspetos Legais e aos Apoios Financeiros (19,5% e 14,6% do total de atendimentos, respetivamente).

Os assuntos mais abordados nos atendimentos do *Gabinete de Apoio à Qualificação* (GAQ) foram “Novas Oportunidades: oferta adultos/as” e o “Reconhecimento/ equivalência de habilitações superiores”.

O *Gabinete de Apoio Social* (GAS), em 2012, diversificou a sua área de atuação. Assim, a acrescer à adequação das respostas a clientes imigrantes, através da conceção de um plano individual de acompanhamento/integração, em articulação com as diferentes instituições envolvidas no processo e o acompanhamento das candidaturas à Rede Casas de Acolhimento no âmbito do Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros (PADE), bem como as candidaturas ao Programa de Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações, foram realizadas ações de formação, no âmbito da intervenção social ao cidadão imigrante (relativas aos pressupostos de intervenção, de acordo com a situação jurídica/legal, projeto de vida, plano de ação e trabalho em rede). Por outro lado, procurando promover-se a consolidação do trabalho em rede, o gabinete encontra-se representado nos seguintes grupos de trabalho, a saber: Rede Social (Plataforma Supraconcelhia e Comissão Social de Freguesia); Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa (CPCJ); Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia para a Integração de Pessoas Sem Abrigo – (GIMAE); e, Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (ENIPSA).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

No que se relaciona com o *Gabinete de Apoio jurídico ao Imigrante (GAJI)*, destaca-se, o encerramento da Extensão do GAJI em Leiria, em Agosto. Os mediadores afetos ao GAJI, para além dos atendimentos, realizaram outras atividades, nomeadamente: uma sessão de informação, no âmbito da Lei da Imigração, no estabelecimento prisional de Sintra e ações de formação, no CNAI de Lisboa e do Porto, sobre as alterações à Lei dos Estrangeiros, constantes da Lei nº 29/2012 de 9 de Agosto.

Em 2012 o *Gabinete de Apoio à Habitação (GAH)* teve um papel fundamental no acompanhamento de alguns dos processos de eliminação de construções, em especial nos concelhos de Loures e Amadora. O espaço de intervenção do gabinete continuou a ser marcado por duas áreas distintas: uma área de âmbito social e uma de mercado (de âmbito contratual, onde são suscitadas matérias atinentes ao contrato de compra e venda, arrendamento e propriedade horizontal). Em 2012 foi ainda possível acompanhar os processos de atribuição de fogos a famílias carenciadas, designadamente nos concelhos de Lisboa, Loures, Amadora e Odivelas.

2.1.4. Formação

A formação contínua dos mediadores tem sido uma aposta do CNAI desde a sua abertura. Neste âmbito, 2012 não foi exceção, tendo sido realizadas várias ações de formação e sessões de esclarecimentos, dirigidas às/aos mediadores/as em diferentes áreas, designadamente:

- Sessão de esclarecimento sobre o “Âmbito de intervenção do Gabinete de Educação no CNAI”;
- Sessão de esclarecimento sobre o “Âmbito de intervenção do Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar no CNAI”;
- Sessão de esclarecimento sobre o “Âmbito de intervenção do Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor no CNAI”;
- Curso de especialização em “Imigração, migrantes e asilo no espaço de liberdade, segurança e justiça”, no Centro de Excelência Jean Monnet;
- Formação sobre “Alterações à Lei de Imigração”;
- Formação sobre “Diálogo Inter-religioso”;
- Formação sobre “Educação Intercultural”;
- Formação sobre “Relações Interpessoais e Gestão de Stress no local de trabalho”;
- Formação sobre “Mutilação Genital Feminina”;
- Formação sobre “Asilo e Refugiados”;
- Formação sobre “Taxas moderadoras e as respetivas regras de apuramento de isenção e cobrança”;
- Sessão de esclarecimento sobre “Circulação e Residência dos cidadãos da União Europeia e suas Famílias”;
- Sessão de esclarecimento sobre “Direitos e Deveres na área Laboral”;
- Formação sobre “Igualdade de Género e violência de género”;
- Formação sobre “Acesso à saúde e intervenção social a estrangeiros”.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2.1.5. Equipas de terreno

No ano de 2012 foram realizadas 17 saídas de terreno, solicitadas por várias instituições, nomeadamente por Escolas, Câmaras Municipais, Centros Sociais e Paroquiais, Associações da sociedade civil, Instituições de Saúde (Hospitais). Estas saídas contaram com a colaboração de 9 mediadores e mediadoras interculturais de diferentes gabinetes do CNAI, dependendo da área de necessidade de intervenção. Assim, participaram nas saídas, mediadores/as do Gabinete de Acolhimento e Triagem, Gabinete de Apoio Social, Gabinete de Educação e Gabinete da Habitação.

2.1.6. Visitas Internacionais

No ano de 2012, em resultado do prémio EPSA atribuído em Novembro de 2011 ao ACIDI na categoria “Alargar o Sector Público através da Governação Participativa”, os serviços de integração do ACIDI, e em particular os do CNAI, voltaram a ter bastante procura de comitivas internacionais. Assim, em 2012, o CNAI acolheu dezoito visitas de estudo de delegações internacionais (e.g. Polónia, Ucrânia, Áustria, Moldávia, Roménia, Finlândia, Suécia, Chipre) além das visitas de instituições nacionais, ONG’s e outras individualidades, que se foram também realizando ao longo do ano.

2.2. Linha SOS Imigrante

A Linha SOS Imigrante comemorou o seu 9º aniversário em 2012. Neste ano foram atendidas um total de 35.146 chamadas, somando desde a sua inauguração, em Março de 2003, 491.625 chamadas atendidas. Ao longo do tempo de funcionamento, a Linha SOS Imigrante tem disponibilizado aos/às cidadãos/ãs imigrantes e suas associações, bem como às entidades patronais e órgãos da administração pública, um serviço de atendimento telefónico, apto a prestar informação geral sobre a temática da imigração. Para além destas informações, a Linha SOS Imigrante também efetua agendamento, para atendimento nos Gabinetes de Apoio existentes nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante.

2.2.1. Número de chamadas recebidas, Tempos de Espera e Língua de atendimento

Em 2012, a Linha SOS Imigrante atendeu 35.146 chamadas, ou seja, menos 1376 chamadas do que em 2011. A Linha SOS manteve a tendência de decréscimo de chamadas de anos anteriores (a título de exemplo em 2010, a Linha SOS tinha tido 40.998 atendimentos telefónicos e em 2011, cerca de 36.522).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O tempo médio de espera para atendimento foi de trinta segundos. Ressalte-se ainda que, cerca de 86.6% das chamadas, foram atendidas sem tempo de espera, verificando-se um aumento qualitativo relativamente ao ano de 2011 (que estava em 82.4%).

No ano de 2012, seguindo a tendência dos anos anteriores, em 90% das chamadas a informação foi prestada na língua portuguesa, enquanto 9% dos nossos interlocutores solicitaram o atendimento na língua russa.

Foram respondidos, ainda, 1.332 pedidos de informação através de correio eletrónico.

2.2.2. Assuntos abordados

A Linha SOS Imigrante foi contactada, essencialmente, e à semelhança de anos anteriores, para informações relacionadas com a regularização em território nacional (28.7%). Centrando a nossa análise no assunto regularização em Portugal, 28.7 % das chamadas estavam relacionadas com a renovação do título de residência temporária. A concessão do título de residência ao abrigo do art. 88º n.º abrangeu 3.6% das chamadas atendidas e a concessão ou renovação do cartão de residência de familiar de cidadão da União Europeia totalizou 1.7%, seguido de informações relacionadas com a concessão de visto de curta duração (1.6%).

Assuntos relacionados com a concessão/atribuição da nacionalidade portuguesa abrangeram 15.6% das chamadas atendidas.

Por outro lado, a solicitação dos contatos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nomeadamente a cedência do número do Call Center, para efetuar agendamentos para atendimento, representaram 11% das chamadas enquanto os contatos relacionados com o assunto “trabalho” atingiram 7% das chamadas atendidas. Assuntos relacionados com as marcações para atendimento nos gabinetes de apoio do CNAI de Lisboa correspondem a 4% das chamadas atendidas e 3.3% das chamadas traduzira-se em pedidos de informação respeitante a comunicação de contrato de trabalhador/a estrangeiro/a.

2.2.3. Interlocutores

O cidadão e a cidadã imigrante mantiveram-se como o/a cliente mais frequente da Linha SOS Imigrante, representando 77% das chamadas, enquanto as entidades patronais e familiares de cidadãos/ãs imigrantes, representam, respectivamente, 5% das chamadas.

No que se relaciona com a idade, 53% dos interlocutores que, em 2012, contactaram a Linha SOS Imigrante, situam-se na faixa etária dos 35 aos 45 anos e 38% entre os 25 e os 35 anos de idade. Por outro lado, 54% dos interlocutores que contactaram a Linha SOS Imigrante eram do sexo feminino e 46% do sexo masculino.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Em 2012 foram registadas atendimentos de cidadãs/ãos de 109 nacionalidades diferentes, sendo as nacionalidades mais registadas, a brasileira (30.1%), Ucrâniana (7.4%), caboverdiana (6.1%), angolana (2.6%), Moldova (1.5%), guineense (1.2%) e Romena (0.8%).

O título de residência temporário foi o documento mais registado no perfil de cerca de 36.9% dos/as clientes que ligaram. Cerca de 9.8% dos/as interlocutores/as afirmaram serem portadores/as de Passaporte (sem visto ou com visto caducado), 2.7% tinham um visto de curta duração e apenas cerca de 1.1% eram portadores/as de título de residência permanente.

O maior número de chamadas foi proveniente do distrito de Lisboa, seguindo-se o Porto, Setúbal, Leiria e Faro. Realce-se ainda as chamadas provenientes do estrangeiro, de países como Espanha e Reino Unido.

2.2.4. Outras informações complementares

Com o objetivo de continuar a garantir a qualidade no atendimento, no decurso do ano de 2012 os mediadores da Linha SOS Imigrante frequentaram ações de formação no âmbito do Reagrupamento Familiar, Asilo e Refugiados, Diálogo Inter-religioso, Educação intercultural, Nova Lei da Imigração, Relações Interpessoais e Gestão de Conflitos e Apoio ao Consumidor.

2.3. Serviço de Tradução Telefónica (STT)

O Serviço de Tradução Telefónica (STT) continuou em 2012 a facilitar a comunicação entre cidadãs/ãos que não têm um código de linguagem comum, pela tradução em formato de conferência telefónica. Imigrantes e técnicos/as dos serviços, por eles/as visitados, conseguem assim o esclarecimento e o entendimento das mais diversas questões relacionadas com a permanência do/a cidadão/ã estrangeiro em Portugal, contando com a colaboração de um/a tradutor/a à distância.

O operador do Serviço de Tradução foi, por sua vez, e conforme o idioma solicitado, contatar um/a dos/as 49 tradutores/as afetos à bolsa, para que a tradução fosse efetuada (existindo a possibilidade de ser feita no momento ou de ser feito um agendamento para dia e hora específicos).

Bolsa de tradutores e Chamadas recebidas: Em 2012 a Bolsa de Tradutores contou com os serviços de 49 tradutores/as selecionados para 59 idiomas tão diferentes, como árabe, romeno, punjabi, urdu ou uzbeque. No ano de 2012, o STT rececionou 750 chamadas, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano transato (935 chamadas). Constatou-se que o mês com maior número de chamadas foi Março (97 chamadas) e Setembro foi o mês com o menor número de chamadas recebidas (42 chamadas).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Tipologia de Cliente e Tipo de Tradução Solicitada: Tal como em anos anteriores, o STT continuou em 2012 a ser muito procurado pelas estruturas dependentes ou ligadas ao ACIDI, nomeadamente os CNAI e CLAII, que foram responsáveis por cerca de 35% das chamadas. Seguiram-se os serviços de Saúde, como os Centros de Saúde e Hospitais, com 25% das chamadas (verificando-se neste sector um acréscimo de pedidos comparativamente ao ano de 2011) e ONG/Associações com 18%. O/a cidadão/ã imigrante que recorre à Linha SOS Imigrante para obter informações também representou 10% dos pedidos de tradução e os órgãos policiais 4% das chamadas recebidas pelo STT. Embora o STT disponha da possibilidade de agendar as traduções, esta opção foi usada apenas por 2% dos/as clientes do serviço. As traduções imediatas, ou seja, aquelas em que a/o operador/a efetua imediatamente o contato com a/o tradutor/a, representam a quase totalidade das chamadas recebidas. O STT não dispõe de traduções presenciais e escritas, mas estas foram requeridas por 2% e 1% dos utilizadores, respetivamente.

Idioma Pretendido e Proveniência dos Contatos: O Russo e o Mandarim continuaram a ser os idiomas mais solicitados, representando respetivamente 28% e 15% das traduções solicitadas, seguindo-se o Hindi (11%), o Ucraniano (8%), o Punjabi (6%), e o Búlgaro (4%). No ano de 2012, o STT recebeu contatos de 17 distritos, sendo Lisboa o distrito que apresentou um maior número de pedidos (cerca de 53%), seguindo-se o distrito do Porto com 14% das chamadas recebidas, Leiria, com 8%, Faro com 4% e Coimbra com 3%.

2.4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)

O ano de 2012 revelou-se um período de forte crescimento e ampla valorização da Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), seja na área dos atendimentos, seja da promoção da interculturalidade, seja ainda no que respeita ao desenvolvimento de projetos transversais a toda a Rede, alguns deles, com dimensão transnacional.

Apesar de ter mantido o mesmo número de CLAII (86) e o Ponto Imigrante, a Rede sofreu algumas alterações na sua composição, tendo reduzido o número de Gabinetes de Apoio à Integração de Imigrantes, de 7 para 5. Contudo, os resultados do ano 2012 foram francamente positivos:

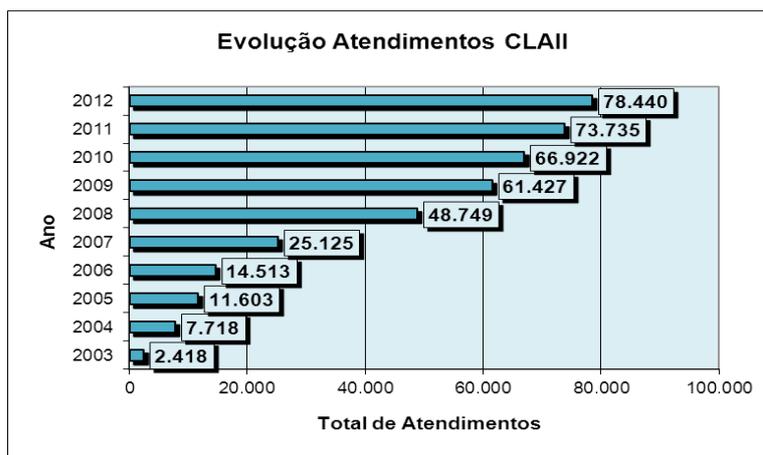
2.4.1. Evolução dos atendimentos da Rede CLAII

Em 2012, a Rede CLAII realizou 78.440 atendimentos, apresentando um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. Quanto ao perfil dos atendimentos, o assunto mais comum desde sempre é a regularização da situação migratória; as nacionalidades mais representativas foram a brasileira, a cabo-verdiana, a ucraniana, a guineense e a angolana; em termos de sexo, o número de homens e mulheres que procuram os CLAII é semelhante; e em relação à faixa etária, o apoio foi prestado maioritariamente a cidadãos/ãs com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

A partir da análise da evolução do número de atendimentos registados na Plataforma Comunidade CLAII (vd. gráfico em baixo) é possível constatar a tendência de crescimento desde 2003 - ano da criação da Rede. Isto é, não obstante a redução dos fluxos migratórios, com impacto em alguns CLAII/regiões, o facto é que outros CLAII da Rede têm vindo a registar um aumento significativo do número de atendimentos, seja por força dos resultantes das áreas do trabalho e do apoio social, seja do reagrupamento familiar. Constatou-se ainda, um aumento do número de CLAII que prestam atendimento em regime de itinerância, levando o serviço onde as necessidades realmente se fazem sentir.



2.4.2. Reforço da promoção do diálogo intercultural

Desde 2009 que o ACIDI, I.P. tem vindo a desenvolver iniciativas de “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, respondendo também à medida 78 do segundo PII. Este investimento tem como objetivo reforçar os recursos da Rede CLAII tendo em vista a promoção da interculturalidade enquanto estratégia de apoio ao processo multivetorial do acolhimento e integração das/os imigrantes a nível local, contribuindo, por esta via, para uma integração ainda mais efetiva dos imigrantes na sociedade portuguesa e incentivando movimentos de interação positiva com a população autóctone.

Em 2012 concluiu-se a segunda edição desta medida de promoção da interculturalidade em contexto municipal e foi lançada a terceira, que terminará em dezembro de 2013. Os projetos incluíram atividades nos domínios da educação, mercado de trabalho, saúde, participação na vida local, acolhimento inicial de imigrantes e sensibilização da opinião pública. Como resultado destas atividades, a acrescentar aos indicadores que se seguem, identificam-se muitos produtos e iniciativas. Algumas dessas atividades foram reconhecidas como boas práticas através de prémios de entidades externas, nomeadamente da “Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes”, ou ainda através do reconhecimento por parte de entidades locais, caso das autarquias que têm vindo a institucionalizar dias municipais do diálogo intercultural/do imigrante, fruto da intervenção dos CLAII da sociedade civil (Aveiro, Moura, Ponta Delgada):



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

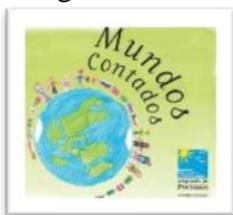
Edição / Ano	PROJETO		Número de Atividades	Número de Participantes
	Autarquias	Sociedade Civil		
1ª 2009-2010	13	17	113	28.428
2ª 2010-2012	16	20	163	33.928
3ª 2012-2013	9	16	173 (previsão)	34.054 (previsão)

Na terceira edição, verificaram-se algumas novidades, nomeadamente:

- A extensão do Programa Empreendedorismo Imigrante a todo a Rede CLAI;
- A inclusão da figura do “orçamento participativo” e com ela, o apoio à criação de estruturas representativas dos imigrantes;
- O destaque para a importância da implementação de Dias Municipais, como forma de tornar mais sustentáveis estas iniciativas no plano local.

A segunda edição finda em 2012 foi, à semelhança do verificado na primeira, pródiga em resultados dos quais se destacamos seguintes:

Educação e Cultura: Divulgação das línguas e costumes das comunidades imigrantes, através de contos, histórias de vida, materiais pedagógicos, gastronomia do mundo, de que são exemplo as seguintes iniciativas levadas a cabo por alguns parceiros da Rede:



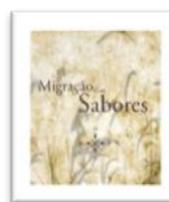
CLAI de Portimão
(Contos de vários Países)



CLAI de Rio Maior
(Histórias de Vida de 10 imigrantes residentes no concelho de Rio Maior)



CLAI da Lourinhã
(guia pedagógico artístico – filmes e livros como passaporte para viajar por e para outros mundos)



CLAI de Moura
(Recolha gastronómica)

Mercado de Trabalho e Empreendedorismo: Sensibilização, através da conceção de materiais sobre direitos e deveres no mercado de trabalho, guias de apoio ao emprego bem



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

como materiais de apoio ao empreendedorismo, e que se ilustra através dos seguintes exemplos:



CLAII de Rio Maior
(Manual Multilíngue de apoio à procura de emprego)



CLAII de Torres Vedras
(Guia dos direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes traduzido para inglês e russo)



CLAII da Moita – Vale Amoreira (Folheto informativo “Seja Empreendedor”, traduzido para inglês, russo e crioulo de cabo verde)

Saúde: Materiais de sensibilização e informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes e respetivas instituições prestadoras de serviços na área da saúde, de que são bons exemplos:



CLAII de Portimão
(Guia da Saúde)



CLAII de Figueira Castelo Rodrigo
(Folheto sobre Vacinação)

Acolhimento Inicial de Imigrantes: Conceção de materiais informativos, tais como *kits* de boas vindas e guias traduzidos em várias línguas, de que são exemplo:



CLAII da Moita Vale Amoreira
(Guia do Imigrante – inglês, crioulo e russo)



CLAII de Sines
(Kit de boas vindas ao jovem imigrante no pré escolar – inglês e russo)



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Opinião Pública e Participação na Vida Local: Sensibilização da sociedade de acolhimento, comprometendo tanto autóctones como imigrantes, ao nível da desconstrução de preconceitos e estereótipos e da valorização da diversidade cultural, através da realização de eventos de celebração da interculturalidade, mostras culturais, participação de cidadania ativa tais como:



CLAII Olho Vivo
(folheto informativo sobre recenseamento eleitoral para imigrantes)



CLAII da Amadora – Buraca
(Participação Activa: mostra gastronómica, música, arte, jogos tradicionais)

2.4.3. Projetos Transversais

Em 2012, a “Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal” incluiu ainda 2 projetos transversais a toda a Rede CLAII:

Projeto “Família do Lado – 2012” – o primeiro projeto transnacional da Rede CLAII: Pela primeira vez em 2012, o ACIDI promoveu um projeto transnacional e transversal a toda a Rede, designado "Família do Lado-2012", através do qual uma família imigrante acolhe em sua casa uma família autóctone e vice-versa, como forma de acolhimento do "Outro" e de valorização da diversidade cultural. O projeto criado na República Checa em 2004, teve como objetivo contribuir para a integração dos/as imigrantes a nível local, através da interação entre imigrantes e autóctones, reforçando assim as relações sociais.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Todos os encontros tiveram lugar no dia 18 de novembro de 2012, tendo sido cada par de famílias acompanhado por um Assistente, i.e., voluntários que se disponibilizaram, dentro e fora das instituições, para acompanhar as famílias, desde a sua inscrição até ao dia do encontro. No total foram realizados 68 encontros, que envolveram 160 famílias, num total de 438 pessoas. Entre as 160 famílias, 89 eram famílias imigrantes e 71 eram famílias autóctones (em alguns casos, uma só família acolheu várias famílias). No total dos 438 participantes, 221 eram imigrantes e 150 autóctones. Para além destes, o projeto envolveu ainda a participação de 67 Assistentes. Entre todos os envolvidos, o projeto contabilizou 32 nacionalidades/países: Alemanha, Angola, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Egipto, Espanha, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Hungria, Índia, Itália, México, Moçambique, Moldávia, Noruega, Paquistão, Portugal, Roménia, Rússia, S. Tomé e Príncipe, Timor Leste, Venezuela, Ucrânia.



Por força dos CLAI participantes, o projeto esteve presente em 25 concelhos que foram para além dos concelhos onde os centros locais prestam serviço: Alcanena, Almada, Amadora, Barreiro, Batalha, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Loures, Lousã, Marinha Grande, Miranda do Corvo, Moita, Moura, Oeiras, Ponta Delgada, Portimão, Santarém, Seixal, Serpa, Sintra, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia.

Ao nível europeu, nos 8 países envolvidos (República Checa, Itália, Malta, Espanha, Bélgica, Hungria, Eslováquia e Portugal), foram realizados 273 encontros que envolveram 572 famílias, conforme quando se segue:

País	Número de Famílias	Número de Encontros	Nacionalidades
Espanha	120	60	18
Bélgica	26	13	
República Checa	108	54	20
Malta	40	20	15
Itália	50	25	25
Hungria	34	16	15
Eslováquia	34	17	10
Portugal	163	68	32
Total	575	273	



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Em Portugal o projeto “Família do Lado” causou um forte impacto nos *media* locais e nacionais, tendo sido objeto de reportagens e notícias em diferente meios de comunicação social, o que se encontra registado na página de Portugal no *site* transnacional (www.nextdoorfamily.eu)

Projeto “Corfebol Sem Fronteiras”: O projeto “Corfebol Sem Fronteiras” tem por objetivo fomentar a integração social, a participação cívica e a interação entre cidadãos imigrantes e autóctones, ao mesmo tempo que favorece a igualdade de oportunidades, e o combate a comportamentos e atitudes discriminatórios, através do desporto. Com esta iniciativa pretende-se contribuir para que os/as cidadãos/ãs imigrantes, na interação com a população autóctone, encontrem mais um mecanismo que lhes permita expressar e valorizar a sua presença e diversidade na sociedade portuguesa enquanto mais-valia para todos, prevenindo-se, por esta via o racismo e a xenofobia, ao mesmo tempo que se visa a construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e respeitadora da diferença. De salientar ainda que o Corfebol é a única modalidade coletiva mista que obriga ao cumprimento das questões de género (igual número de elementos masculinos e femininos).



Para além da dimensão desportiva, assegurada pela Federação Portuguesa de Corfebol, o projeto inclui uma dimensão intercultural da responsabilidade da Associação Juvenil Ponte. O projeto que envolve 21 equipas prevê a realização de um Torneio nacional em 2013. Em 2012, lançou-se a iniciativa, constituíram-se as equipas e formaram-se os/as animadores/as.

2.4.4. Coleção *Portugal Imigrante*

Ponto alto do ano de 2012 foi o lançamento da coleção *Portugal Imigrante*, nas Jornadas do Observatório da Imigração a 18 de dezembro. Com coordenação científica do Professor Jorge Malheiros, a coleção reuniu 22 estudos locais promovidos pela Rede CLAI – “Estudos de Diagnóstico da População Imigrante – Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local” - e um estudo de âmbito nacional - o número zero daquela coleção - “Diagnóstico da População Imigrante em Portugal – Desafios e Potencialidades”.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



O **estudo nacional** traça um diagnóstico global da imigração não comunitária em Portugal do primeiro decénio do século XXI e resulta da aplicação do inquérito nacional a uma amostra de 5.673 imigrantes oriundos de países externos à EU, caracterizando também os agregados familiares compostos por 13.634 indivíduos, que deram origem a duas **Bases de Dados**: (1) “Características Sociodemográficas dos Imigrantes não comunitários e suas Famílias (CSI-F)” e (2) “Situação dos Imigrantes não-comunitários em Portugal – Trajetórias, Integração e Discriminação (SIPTID)”.

As Bases de Dados com informação relevante de caracterização da população imigrante, envolvem os municípios de: Almada; Beja; Castelo Branco; Faro; Guarda; Lousã; Macedo de Cavaleiros; Moita; Montijo; Moura; Oeiras; Ponta Delgada; Vila Nova de Gaia; Trofa; Santarém; Seixal; Sesimbra; Sintra; São Brás de Alportel; Braga - Guimarães; Funchal - Santa Cruz - Câmara de Lobos e Albufeira. A informação recolhida permite a análise a partir de um leque muito vasto de dados nos planos: (a) **Demográfico** (fluxos de entrada; composição por idades e sexos; natalidade e mortalidade; estruturas familiares); **Socioprofissional** (níveis de instrução; profissões ou grupos de profissões; situação na profissão; intensidade das relações com outros membros do grupo imigrante e da sociedade maioritária; principais locais de residência nos municípios, tipo de habitação; níveis de rendimento); **Cultural** (filiação religiosa; línguas utilizadas; manutenção de práticas culturais do país de origem; adoção de práticas culturais novas do país de destino); e **Geográfico** (atitude face ao envio de remessas, frequência de deslocações e contactos com o país de origem). Os estudos e as bases de dados estão disponíveis no site do Observatório da Imigração: www.oi.acidi.gov.pt.

2.4.5. Formação dos técnicos da Rede CLAII

Com o objetivo de capacitar os/as técnicos/as da Rede CLAII, em áreas-chave do atendimento, o ACIDI promoveu, também no âmbito de algumas medidas do PII, um plano de formação em parceria com entidades estratégicas no domínio da imigração. No total, foram realizadas 4.042 horas de formação, que envolveram 361 participantes, abrangendo toda a Rede CLAII, de norte a sul do país e regiões autónomas. Destacam-se as seguintes formações:

- “Direitos e Deveres na Área Laboral” (medida 16), em parceria com a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT);
- “Reconhecimento de Qualificações” (medida 17), em parceria com a Direção Geral do Ensino Superior (DGES);
- “Igualdade de Género e Violência de Género” (medida 84), em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Para além destas áreas, o ACIDI promoveu ainda formação na área do “Acesso a Saúde e Intervenção social a Imigrantes”, realizada em parceria com a Administração Regional de Saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo, através do Gabinete da Saúde e do Gabinete de Apoio Social do CNAI de Lisboa.

3. Oportunidades no Acesso ao Mundo do Trabalho

3.1. Rede GIP Imigrante

A Rede GIP Imigrante (RGI) resulta de protocolo de cooperação entre o ACIDI e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P) que prevê, desde 2004, a criação de Gabinetes de Inserção Profissional (antigas UNIVA), com especial enfoque sobre a população imigrante no que concerne a sua integração profissional e/ou formativa. Estas estruturas de apoio ao emprego estão dotadas de técnicos/as com formação específica que, em estreita cooperação com os Centros de Emprego, promovem uma inserção mais sustentada no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades, através das seguintes atividades:

1. Sessões de Informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo;
2. Sessões de apoio à procura de emprego;
3. Receção e registo de ofertas de emprego;
4. Apresentação de desempregadas/os a ofertas de emprego;
5. Colocação de desempregados/as em ofertas de emprego;
6. Integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP, I.P.
7. Controlo da apresentação periódica das/os beneficiários/as das prestações de desemprego
8. Outras

Através do seu Gabinete de Coordenação da Rede, o ACIDI, I.P. tem vindo a:

- a) Coordenar e capacitar as instituições parceiras na promoção da empregabilidade dos/as cidadãos/os imigrantes, numa lógica de proximidade com as populações, articulando de forma estreita com os Centros Locais e Nacionais de Apoio ao Imigrante.
- b) Promover o trabalho em Rede entre os/as animadores/as e prestar todo o tipo de apoio técnico e formação específica, nomeadamente questões relacionadas com os/as imigrantes, tendo em conta a qualidade da sua intervenção e adequação ao público-alvo.
- c) Criar mecanismos de articulação do trabalho desenvolvido pelos GIP com as diferentes instituições e serviços presentes nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, Lisboa e Porto, com especial articulação com os Gabinetes de Apoio ao Emprego.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Neste âmbito, em 2012, dando continuidade a este trabalho, foram promovidas as seguintes atividades:

Formação de animadores/as da Rede: Dada a importância que assume no desenvolvimento de um trabalho de excelência, no decorrer do mês de Julho foi dada formação com o principal objetivo de acolher os/as novos/as animadores/as, dando-lhes a conhecer o procedimento geral da Rede e as funcionalidades da plataforma como instrumento de trabalho. A Formação teve a duração de 2 dias, tendo o primeiro dia sido dedicado à abordagem geral do funcionamento do CNAI e do Gabinete de Apoio ao Emprego, passando pelo Projeto do Empreendedorismo Imigrante (PEI). O segundo dia passou pela apresentação do Projeto da Rede GIP Imigrante, com uma abordagem específica e prática sobre a plataforma, deixando espaço para reflexão e o esclarecimento de dúvidas.

Visitas de Acompanhamento aos projetos: As visitas de acompanhamento têm como foco principal promover um trabalho mais articulado entre os atores do projeto da RGI, como forma de estreitar as relações de parceria. Nas visitas que aconteceram nos meses de Fevereiro, Novembro e Dezembro, o objetivo foi perceber como estes GIP's têm desenvolvido o seu trabalho no terreno e que boas práticas adotadas são passíveis de sinalizar. As visitas procuraram garantir também o uso correto da BD e perceber que impacto tiveram as novas atividades contratualizadas com o Centro de Emprego no funcionamento geral do gabinete.

Dinamização da plataforma on-line e contactos regulares com técnicos/as e dirigentes: Esta ferramenta é uma das mais-valias da RGI, através da qual é possível fazer um trabalho complementar de gabinete, além de proporcionar um trabalho em rede. A dinamização da plataforma é feita diariamente para assegurar o bom funcionamento da mesma e continuarem os/as animadores/as a assegurar a inserção dos dados dos/as clientes e das ofertas de emprego. A coordenação da Rede faz a inserção de notícias úteis e de interesse geral e, a partir dali, gera os relatórios de execução física. O contacto com os/as animadores/as e dirigentes foi feito constantemente, seja pela via de e-mail ou pelo telefone.

Resultados de Execução obtidos pela Rede GIP Imigrante: No ano de 2012, a Rede GIP realizou o total de 12.741 atendimentos e registou 3.822 clientes novos/as, conforme quadro seguinte, representando um aumento face ao ano anterior:

Rede GIP Imigrante	2011	2012
Clientes Novos	3.717	3.822
Atendimentos Clientes Existentes	9.113	9.804
Nº Total de Atendimentos	12.000	12.741
Encaminhamentos para Emprego	4.501	6.959
Colocações em Emprego	996	668
Encaminhamentos para Formação	504	687
Colocações em Formação	573	338



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

De referir que o número de colocações em emprego pode ser superior ao que consta do quadro em cima uma vez que esta informação decorre do posterior acompanhamento às/aos clientes e às empresas.

3.2. Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI)

O PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante tem como principais objetivos: (1) promover a criação de negócios dinamizados por imigrantes, e (2) capacitar imigrantes para a aquisição de competências empreendedores. O PEI, em funcionamento desde 2009, em 2012 prosseguiu as atividades que lhe são inerentes tendo em vista a integração de imigrantes no mercado de trabalho através da implementação de um negócio próprio. O ano de 2012 ficou marcado pela atribuição de um Prémio Europeu a este programa.

À semelhança das edições anteriores, o ACIDI manteve a parceria com entidades de base local as quais, numa lógica de proximidade com os/as beneficiários/as finais, realizaram a mobilização destes/as bem como de outras entidades que pudessem auxiliar os/as empreendedores/as imigrantes no desenvolvimento e implementação da sua ideia de negócio.

Entre as inúmeras atividades do PEI em 2012, destacam-se:

Curso «Apoio à Criação de Negócios»: este curso, realizado em parceria com entidades formadoras, foi promovido por 10 entidades locais, tendo a seguinte abrangência geográfica (por concelho): Porto, Amadora, Oeiras, Lisboa, Loures, Moita, Almada, Portimão. No total, realizaram-se 22 cursos, tendo sido mobilizados mais participantes que no ano anterior. Os resultados da edição de 2012 deste curso encontram-se sintetizados no quadro em baixo:

Resultados do Curso	PEI 2011	PEI 2012
Número de participantes	296	345
Número de cursos realizados	21	22
Número de parceiros envolvidos	13	10
Número de Certificados de frequência emitidos	104	219
Número de Cartas de recomendação imitadas	12	101
Número de negócios criados (decorrentes da edição referida, não tendo sido criados necessariamente nesse mesmo ano)	6	12
Número de negócios criados (decorrentes de todas as edições do PEI)	23	19



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Este curso procura responder às necessidades e dificuldades sentidas pela população imigrante que pretende criar um negócio em Portugal. Procura-se com este curso estimular a consolidação de ideias de negócio que venham a ter viabilidade e sustentabilidade. Neste âmbito todos/as os/as participantes são portadores/as de um Dossier do Empreendedor (DE) onde as ideias de negócio podem ser sistematizadas através de fichas de trabalho que incidem sobre aspetos pertinentes e a ponderar no desenvolvimento de qualquer negócio.

Reuniões de acompanhamento e orientação aos empreendedores/as: As reuniões de acompanhamento e de orientação ao/à empreendedor/a visam ainda a reestruturação da ideia de negócio, auxílio na identificação e encaminhamento para as melhores propostas de apoio financeiro ou outros apoios complementares, apoio na implementação da ideia de negócio ou na gestão do negócio entretanto formalizado. Em 2012 beneficiaram deste apoio 51 empreendedores/as.

Concurso de Ideias de Negócio (CIN): Em 2011 promoveu-se a última edição do CIN. Este concurso tinha como objetivo a mobilização de pessoas para o curso «Apoio à Criação de Negócios». Verificaram-se 20 candidaturas apresentadas ao Júri Local. Estas foram analisadas entre Fevereiro e Março de 2012. A cerimónia de entrega dos prémios realizou-se a 29 de Junho de 2012, tendo sido contemplados:

- 1.º prémio (€5.000,00) - Urle Flávia Cordeiro dos Santos, de nacionalidade brasileira, com a ideia de negócio *confeção e comercialização de sopas congeladas*;
- 2.º prémio (€2.500,00) – César Mota Frederico, de nacionalidade cabo-verdiana, com a ideia de negócio *mecânico em todo o lado / oficina móvel*;
- 3.º prémio (€1.000,00) – Alexander Yvoylov, de nacionalidade russa, com o negócio *Animação e espetáculos infantis*.

II Encontro de Empreendedores/as Imigrantes: A 20 de Outubro de 2012 realizou-se o II Encontro de Empreendedores/as Imigrantes, no âmbito da European SME Week 2012, com os seguintes objetivos: (a) valorizar o empreendedorismo imigrante; (b) permitir a troca de experiências e a aprendizagem com outros; (c) corrigir problemas identificados na implementação do negócio; e (d) permitir, entre empreendedores, o estabelecimento de contactos que se prolonguem para além do evento. Este Encontro permitiu a partilha de experiências, através de dinâmicas de grupos, tendo-se desenvolvido a partir de três Workshops que permitiram responder a questões práticas do dia-a-dia dos/as empreendedores/as e com sentido no seu percurso profissional: (1) A contabilidade na minha empresa; (2) Consultoria aberta: eu enquanto promotor/a tenho uma dificuldade. Que sugestões me são dadas?; e (3) Publicitação do meu negócio: Que estratégias posso utilizar?

Este encontro reuniu cerca de 30 pessoas, entre as quais se encontravam: empreendedoras/es imigrantes que já formalizaram o seu negócio; imigrantes em vias de concretizar a sua ideia de negócio; e algumas/uns formadoras/es e técnicas/os locais do projeto.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Capacitação de parceiros: Para uma boa execução do projeto e capacitação das/os técnicas/as envolvidas/os, o ACIDI promoveu três ações dirigidas às/aos técnicas/as locais (TL) do PEI bem como três ações de capacitação das/os formadoras/as. As ações de capacitação dos TL focaram os seguintes aspetos:

- Instrumentos e recursos para melhoria do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto;
- O processo de triagem das/os candidatas/os ao PEI;
- Diálogo intercultural.

As ações de capacitação das/os formadoras/es centraram-se nos seguintes assuntos:

- Indicadores de avaliação de negócios e análise de risco;
- Desenvolvimento de competências e definição de percursos;
- Capacitação;
- Técnicas aplicadas de motivação.

O PEI premiado no âmbito dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2012: O ACIDI, através do Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), foi o vencedor na categoria *Prémio de empreendedorismo responsável e inclusivo*, no âmbito dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2012. Na iniciativa “*European Enterprise Promotion Awards*” (EEPA 2012), lançada pela Comissão Europeia, apresentaram-se a concurso 91 projetos, tendo o ACIDI competido diretamente com mais 21 concorrentes, na sua categoria.

O Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante venceu este prémio na categoria *Prémio de empreendedorismo responsável e inclusivo* que reconhece as ações regionais ou locais que promovam a responsabilidade social das empresas e práticas empresariais sustentáveis no domínio social e/ou ambiental, assim como as ações destinadas a promover o empreendedorismo entre os grupos desfavorecidos, tais como desempregadas/os, pessoas com deficiência ou minorias étnicas.

Os Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2012, iniciativa promovida em Portugal pelo IAPMEI, pretendem ser um tributo às práticas empresariais, que contribuem para criar um clima de crescimento económico, valorizando casos de sucesso, permitindo identificar e reconhecer promotores/as empresariais e iniciativas realizadas com sucesso em toda a Europa, divulgar exemplos de melhores políticas e práticas de iniciativa empresarial, sensibilizar para a mais-valia proporcionada pela iniciativa empresarial e encorajar e inspirar potenciais empresárias/os.

4. Projeto de Mentores ENGAGE

Em 2012 o ACIDI lançou um novo projeto que assentou na criação de uma rede de voluntárias/os empresariais – mentores – disponíveis para estabelecer compromissos de mentoria (numa base informal) com cidadãs/ãos imigrantes em parceria. O Projeto



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Mentores – ENGAGE é uma iniciativa desenvolvida pelo ACIDI em parceria com o GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial) que assenta no conceito de que há pessoas que podem dar apoio, orientação, aconselhamento e esclarecimentos, atendendo à sua experiência de vida, competências profissionais e papel ativo na sociedade. De acordo com as necessidades dos/as imigrantes, o apoio pode ser prestado em áreas muito diversas como qualificação e procura de emprego, empreendedorismo, saúde, parentalidade, educação, habitação, economia familiar, direitos humanos, cidadania e participação, entre outras.

Pressupostos de intervenção e objetivos: o objetivo central do projeto é a integração dos/as imigrantes na sociedade portuguesa, assumindo que para tal é necessário o envolvimento de todas/os, constituindo-se como exemplo de interculturalidade e de participação cívica na construção de uma sociedade mais coesa onde todos tenham lugar. Trata-se de mais uma medida inovadora de acolhimento e integração dos/as imigrantes na qual o Estado vai ao encontro das suas necessidades diretas, envolvendo, de forma muito concreta, a própria sociedade de acolhimento. Nessa linha, concorre diretamente para a implementação dos Princípios Básicos Comuns (PBC) da Política de Integração dos Imigrantes na União Europeia. Mais concretamente prevê ações que se inscrevem no princípio de que a integração é um processo dinâmico e bidirecional de adaptação mútua de todos/as (cidadãos/ãs imigrantes e cidadãs/ãos nacionais). E tal como proposto na Agenda Comum para a Integração, vem reforçar o papel do sector privado na gestão da diversidade. Em termos concretos prevê-se que as relações estabelecidas, para além de contribuírem para a resolução das necessidades identificadas pelo cidadão imigrante, irão contribuir para uma maior abertura e para a mudança de mentalidades (quer de mentores, quer de mentorados) e, logo, contribuir para o diálogo intercultural. Neste âmbito, os objetivos específicos são:

- (i) criar em Portugal uma experiência de encontro e entreajuda entre cidadãos/ãs portugueses/as e cidadãs/ãos imigrantes com vista a um enriquecimento pessoal, social e organizacional;
- (ii) promover a interculturalidade, igualdade de oportunidades e sensibilizar para a riqueza da diversidade;
- (iii) facilitar o conhecimento mútuo e incentivar os cidadãs/ãos portugueses a um maior envolvimento no processo de integração;
- (iv) promover o voluntariado e a responsabilidade social das empresas.

Este modelo vai proporcionar uma experiência de encontro e entreajuda entre cidadãos/ãs portuguesas/es e imigrantes, permitindo o conhecimento mútuo – em que as diferenças se esbatem na resolução das mesmas dificuldades, preocupações e desafios do dia-a-dia – promovendo, ainda, o voluntariado e a responsabilidade social corporativa. Em 2012 (de Setembro a Dezembro) decorreu a fase de preparação do projeto na qual se desenvolveram as seguintes atividades:

1. Elaboração do protocolo de cooperação: composição do desenho do projeto; validação do orçamento; definição do cronograma de ações do projeto (assinatura a 06 de Setembro de 2012).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

2. Elaboração de instrumentos de apoio ao projeto: questionários iniciais e guiões de entrevista (para definição do perfil, levantamento de interesses, necessidades e motivações); Kit Mentores e Mentorados, (guia de apoio, folhas de registo, questionários de avaliação).
3. Elaboração de materiais de comunicação e divulgação do projeto: folhetos de divulgação, tríptico de divulgação do projeto junto das empresas e seus/suas colaboradores/as [500 exemplares], tríptico de divulgação do projeto [5.000 exemplares], folheto de divulgação de sessões de apresentação do projeto junto das/os imigrantes [5.000 exemplares], material de comunicação e apresentação (material de apoio à dinamização de ações de apresentação do projeto junto dos/as imigrantes, empresas e suas/seus colaboradoras/es - powerpoint).
4. Iniciativas de apresentação do projeto: apresentação do projeto a empresas e colaboradores/as para angariação de voluntárias/os (14 reuniões / contactos); apresentação do projeto a colegas e parceiros do ACIDI para definição do plano de angariação de imigrantes e divulgação e apresentação do projeto (2 sessões); apresentação do projeto a uma comitiva europeia, parceira do ACIDI, IP: Agência de Trabalho Sueca (24/10/2012).

5. Programa Português para Todos (PPT)



O Programa Português para Todos – PPT em execução desde 2008, é gerido pelo ACIDI, enquanto Organismo Intermédio do POPH - Programa Operacional Potencial Humano no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional. A missão do Programa PPT é disponibilizar aos/às cidadãos/ãs imigrantes cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam ao nível A2 – Utilizador Elementar, B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e de português técnico. Estes cursos são gratuitos, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu e encontram-se regulamentados pelas Portarias n.º 1262/2009 de 15 de Outubro e n.º 216-B/2012 de 18 de Julho.

Os/as formandas/os que concluem com sucesso os cursos de língua portuguesa obtêm um certificado que releva para efeitos de acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração. Os cursos de Português Técnico, nas áreas do Comércio, Hotelaria, Cuidados de Beleza e Construção civil e Engenharia civil são facilitadores da inserção dos/as imigrantes no mercado de trabalho.

A formação em língua portuguesa para estrangeiros está disponível a nível nacional, sendo promovida pelos Centros de Formação Profissional do IEFP e pelas Escolas da rede pública. No ano de 2012, estiveram envolvidos na operacionalização destas ações 26 Centros de Formação Profissional, 2 Centros de Formação Protocolar e 149 Escolas da rede pública.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Deu-se, ainda, continuidade à implementação dos cursos de língua portuguesa de nível Intermédio, B1 e B2 – Utilizador Independente, destinados a/os imigrantes que já detêm conhecimentos básicos de língua portuguesa, mas que querem continuar a melhorar as competências em Língua e Cultura Portuguesa, bem como aprofundar o seu nível de proficiência de modo a tornarem-se cidadãos/ãos ativos de plenos direitos e deveres. Neste ano, realizaram-se 78 ações que certificam ao nível B2 – utilizador independente, abrangendo 1.540 formandos e certificando 671 formandas/os.

De forma a potenciar o número de formandos/as nas ações de português técnico, deu-se continuidade à execução da estratégia concebida em 2011 de disseminação destas ações junto de entidades com relevância estratégica nas áreas de Comércio, Hotelaria, Cuidados de beleza, Construção civil e engenharia civil, como sejam confederações empresariais, associações empresarias, empresas, sindicatos e também de entidades beneficiárias do Programa PPT, tendo-se realizado neste contexto duas reuniões, a saber: com a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários e junto dos Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas e Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, sob a coordenação da Direção Regional de Educação do Norte.

No âmbito do quinto concurso da Tipologia de Intervenção 6.6. e suas congéneres – Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros, foram aprovadas 418 ações de formação de língua portuguesa e português técnico para as Direções Regionais de Educação (atual DGEstE) e para o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, totalizando 8493 formandos/as. Assim, no ano de 2012 foram realizadas 412 ações de formação, o que permitiu abranger 9.499 formandos/as, com a seguinte distribuição:

Dados Provisórios PPT 2012			
Região	Nº de Ações de Formação	Nº de Formandos Abrangidos	Nº de Formandos Certificados
Norte	67	1.480	964
Centro	61	1.285	682
Alentejo	21	419	169
Lisboa	183	4.145	2.171
Algarve	80	2.170	710
Total	412	9.499	4.696

A heterogeneidade das nacionalidades é uma marca do Programa PPT, promovendo a existência de um painel intercultural em contexto de formação, sendo visível pelas mais de 117 nacionalidades em presença, oriundas dos 5 continentes, sendo os países mais representativos: Moldávia, Ucrânia, Rússia, Roménia, China, Paquistão, Guiné-Bissau, Índia, Marrocos, entre outros.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O Programa PPT – Português para Todos durante o ano de 2012, levou a cabo várias ações de disseminação que envolveram a divulgação do Programa através de:

- a) Reportagem do Programa PPT no Programa “Nós” da RTP2 e no Programa “Gente como Nós” na rádio, Antena 1;
- b) Ação de divulgação do Programa PPT – Português para Todos, em especial as ações de Português Técnico;
- c) Participação na cerimónia de assinatura dos Protocolos de Cooperação, para assinalar o Dia do Livro Português, na Câmara Municipal de Odivelas;
- d) Distribuição de folhetos e cartazes junto de entidades públicas e privadas, bem como junto de comitivas internacionais que visitam o ACIDI;
- e) Sessões de divulgação do Programa PPT junto da rede de parceiros do ACIDI.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

III. PELOS IMIGRANTES, COM OS IMIGRANTES

1. Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI)

Os/as imigrantes que escolheram Portugal para concretizar os seus projetos de vida têm vindo a organizar-se em associações com o objetivo de proteger os seus direitos e interesses, assim como dos/as seus/suas descendentes. As associações de imigrantes constituem espaços privilegiados de organização de pertenças culturais e comunitárias e de participação, nos quais as pessoas não são meras destinatárias, mas atores intervenientes na defesa dos seus direitos e na promoção de condições de bem-estar social. Elas são também as legítimas representantes da comunidade imigrante e os parceiros privilegiados na definição e execução das políticas de imigração.

Neste sentido, o GATAI desenvolve a sua ação centrada nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, assumindo as seguintes responsabilidades:

- apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e seus/suas descendentes residentes em Portugal;
- colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACIDI às iniciativas das associações de imigrantes;
- ações de capacitação das associações de imigrantes através da formação dos/as seus/suas líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e seus/suas descendentes residentes em Portugal;
- promoção do associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e suas/seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração de imigrantes e seus/suas descendentes.

1.1. Apoio Técnico e Financeiro às Associações de Imigrantes

O apoio técnico e financeiro disponibilizado pelo ACIDI, através do GATAI, às associações de imigrantes, são enquadrados pela Lei 115/99, de 3 de agosto. O apoio técnico caracteriza-se essencialmente pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACIDI, bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes meios que o ACIDI disponibiliza para o efeito e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros.

Tendo em vista o estabelecimento de prioridades de intervenção, foi proposto pela Alta Comissária e aprovado pelo Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI),



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2012 (PAAI 2012), que estruturou o apoio concedido às associações de imigrantes nas mesmas quatro linhas prioritárias de intervenção do ano anterior. Em resultado, entre janeiro e dezembro de 2012 foram apoiados 48 projetos (32 anuais e 16 pontuais), num montante global de 655.920,52 €:

Tipo de Apoio	Número de Projetos	Número de Associações	Valor
Anuais	32	32	588.779,62 €
Pontuais	16	8	67.140,90 €
TOTAL	48	40	655.920,52 €

O montante aprovado repartiu-se pelos diferentes eixos do PAAI 2012 da seguinte forma:

Eixo	Número de Atividades	Valor
1. Eixo de Apoio à Integração Plena e Igualdade de Oportunidades	75	449.983,81 €
2. Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade	61	142.964,44 €
3. Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito	2	1.840,00 €
4. Eixo de Apoio à Capacitação Associativa (Apoio Estrutural)	-	61.132,27 €
TOTAL	138	655.920,52 €

Geograficamente, o apoio atribuído em 2012 distribui-se da seguinte forma:

Região	N.º de Associações	Valor	
Norte	5	71.236,74 €	
Centro	5	59.757,80 €	
Lisboa e Vale do Tejo	Amadora	4	84.407,72 €
	Barreiro	1	7.100,00 €
	Cascais	1	14.751,20 €
	Lisboa	10	161.470,96 €
	Loures	3	52.269,09 €
	Oeiras	2	45.000,00 €
	Seixal	1	8.798,00 €
	Setúbal	2	44.951,40 €
	Sintra	2	28.512,65 €
Alentejo	1	14.999,96 €	
Algarve	2	44.951,00 €	
Ilhas	1	17.714,00 €	
TOTAL	40	655.920,52 €	



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

As visitas de acompanhamento realizadas às associações de imigrantes, têm sido fundamentais para, por um lado, avaliar, no terreno, a execução dos protocolos e o impacto do apoio atribuído, e, por outro, aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e os principais constrangimentos. À semelhança dos anos anteriores, decorreu durante o mês de outubro de 2012 o período de apresentação das candidaturas anuais para o ano seguinte. Neste âmbito o GATAI apostou na descentralização quanto ao local e numa maior flexibilidade relativamente aos horários das sessões de informação que visam a divulgação de toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas:

- realizaram-se 3 sessões de apresentação do PAAI 2013 (normas de apresentação das candidaturas e regras de financiamento) nos dias 26 de setembro, no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) do Porto, 27 de setembro, no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa, e no dia 28 de setembro, no TEMPO – Teatro Municipal de Portimão, nas quais participaram 69 dirigentes/técnicos de 41 associações de imigrantes;
- durante o mês de outubro realizaram-se 7 sessões de informação “PAAI passo a passo”, com o objetivo de explicar detalhadamente todos os passos necessários para a apresentação das candidaturas através da plataforma eletrónica e nas quais participaram um total de 41 dirigentes/técnicos de 26 associações;
- ainda no decorrer do mês de outubro realizou-se uma sessão informativa sobre a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e outra sobre o II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, temáticas que integram o Eixo 3 do PAAI 2013. Nestas sessões estiveram presentes 14 dirigentes/técnicos de 11 associações;
- finalmente, através das sessões “PAAI *one-to-one*”, que decorreram até ao final do mês de outubro de 2012, as associações tiveram ainda a oportunidade de ver as suas dúvidas relacionadas com a apresentação das candidaturas esclarecidas, através de um atendimento personalizado.

1.2. Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes

Em 2012, foram reconhecidas, ao abrigo da Lei 115/99, de 3 de agosto regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000, de 9 de maio, duas associações de imigrantes, de âmbito local: a Associação Multicultural Islâmica e Girassol Solidário (AMCI) e a Associação de Solidariedade com os Doentes Evacuados de Cabo Verde.

Em resultado, no final de 2012, contabilizava-se um total de 131 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACIDI. As 95 associações reconhecidas e ativas desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as atividades de tempos livres, os eventos culturais, recreativos e desportivos, os gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico, as aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa, as ações de intervenção

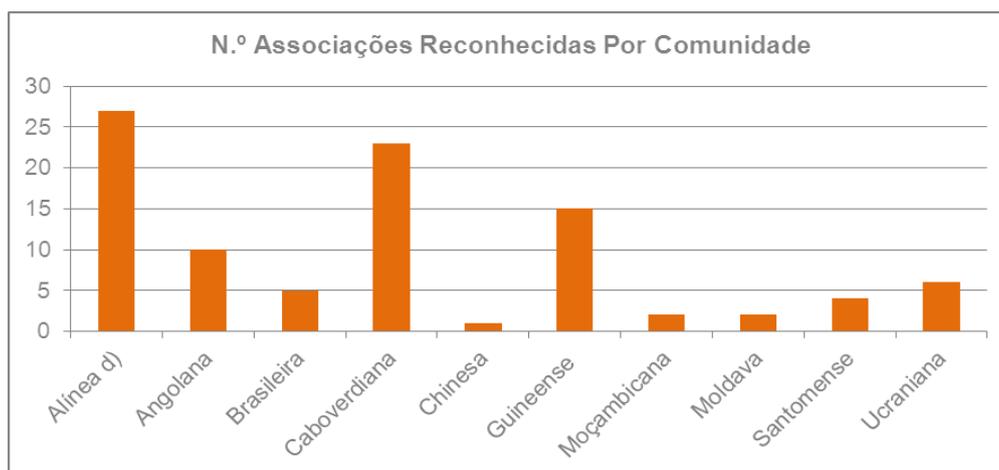
46



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação e também os projetos de desenvolvimento nos países de origem.

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se o concelho com maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (26), seguido do Porto (11), Amadora (8) e Sintra (7). Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações destaca-se o número crescente de associações que representam múltiplas comunidades (27). As comunidades Cabo-verdiana e Guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (23 e 15 respetivamente).



1.3. Promoção e divulgação do Associativismo

As *Conversas sobre Associativismo Imigrante* continuaram a 2012 a ser uma das estratégias de promoção do associativismo imigrante. Esta iniciativa consiste na organização, ao nível local, de sessões de informação e debate sobre o associativismo imigrante em Portugal, sua contextualização legal e social, direitos e deveres, mais-valias e constrangimentos, numa perspetiva de incentivo à organização de cidadãos/ãs imigrantes pela via associativa. Neste âmbito foram realizadas duas sessões: uma no dia 3 maio, em Viana do Castelo, em parceria com o CLAII de Viana do Castelo; outra, no dia 28 de Setembro, em Portimão, em parceria com o CLAII de Portimão, enquadrada no Seminário “Associativismo em Portimão”.

Para além da informação permanentemente atualizada e disponível no portal do ACIDI, o *mailing* foi também uma forma de fazer chegar informação útil, quer às associações de imigrantes, quer às entidades públicas e privadas que, por terem um interesse especial nesta temática, contactaram o GATAI.

Acrescente-se ainda que o GATAI acompanhou e participou nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACIDI em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

de trabalho, atividades festivas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença junto destas organizações justifica-se, sobretudo, pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos líderes associativos, pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.

2. Gabinete de Resposta de Emergência Social (GRES)

No decorrer do ano de 2012, o Gabinete de Resposta à Emergência Social (GRES) deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, através das seguintes funções:

- coordenação do *Programa de Apoio aos Doentes Estrangeiros* (PADE);
- coordenação do *Gabinete de Apoio Social* (GAS) do CNAI de Lisboa, no âmbito da qual foi implementado um Plano de Formação na vertente da intervenção social ao/à imigrante.
- representação na Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- representação no GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (ENIPSA);
- representante na Rede Social (Plataforma Supraconcelhia e Comissão Social de Freguesia).

2.1. Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros (PADE)

A Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Instituto da Segurança Social (ISS) e o ACIDI para a Manutenção do Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros, veio dar continuidade ao protocolo firmado em 2 março de 2009, com vista a dar continuidade ao Programa nos termos anteriormente instituídos. No entanto, face à situação de indisponibilidade financeira do ISS, este apoio foi estabelecido com caráter transitório, com o objetivo de manter o apoio apenas aos/as doentes já alojados e ainda em tratamento médico.

Rede de Casas de Acolhimento: Assim, em 2012, o PADE permitiu o acolhimento de 39 utentes e a atribuição de 214 “bolsas de saúde”, distribuídos pelas seguintes casas de acolhimento:

Casas de Acolhimento	Doente/ Acompanhantes	Bolsas atribuídas
Residência St. ^a Maria Eufrásia	9	55
Casa da Alegria	18	97
JRS	1	7
Casa Viva	6	32
Casa Esperança	4	15
Missão Saúde p/ Humanidade	1	8
TOTAL	39	214



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Tendo o ano de 2012 ficado marcado pelo encerramento do PADE, importa fazer um balanço deste programa iniciado em 2008. Nestes anos, com o Programa PADE, foram acolhidas 183 pessoas (115 doentes, 62 acompanhantes e 6 crianças nascidas em Portugal), nacionais da Guiné Bissau (123), São Tomé e Príncipe (56), Cabo Verde (2) e Moçambique (2).

No Período de 2008 a 2012, foi promovida a dinamização e articulação com os diferentes parceiros intervenientes neste processo da vinda e estadia de doentes estrangeiros com junta médica, com o objetivo de promover o trabalho conjunto, destacando-se neste âmbito a articulação com:

- os serviços sociais de vários hospitais com o objetivo de facilitar a informação referente ao tratamento médico;
- o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (nomeadamente com o projeto *SEF em Movimento*) no sentido de facilitar os processos de concessão e renovação das Autorizações de Residência dos familiares acompanhantes dos/as doentes apoiadas/os pelo PADE;
- os serviços sociais das Embaixadas da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, para articulação no acompanhamento de casos;
- as Instituições de resposta social, para partilha de informação dos recursos sociais que as/os utentes usufruem, com o objetivo de centralizar a gestão dos vários casos e apoio no PADE;
- os/as diretoras/es da Rede de Casas de Acolhimento, para uma maior harmonização no funcionamento de cada casa, cumprindo o regulamento do PADE e acompanhando os diferentes casos;
- o país de origem, nomeadamente na Guiné Bissau, com a colaboração da Embaixada de Portugal, da Cáritas, da Diocese e da Associação AIDA. Neste contexto trabalhou-se no sentido de melhorar a comunicação entre os dois países e entre doentes e familiares, assegurando o acompanhamento e a vigilância dos doentes no seu regresso a casa.

Visitas Casas de Acolhimento: No decorrer do ano realizaram-se 4 visitas à Rede de Casas de Acolhimento, com o objetivo das embaixadas ou outras entidades, darem continuidade ao trabalho desenvolvido nestes anos pelo ACIDI através do PADE, aproveitando assim, a experiência adquirida:

- Visita da Equipa Técnica dos projetos na Guiné-Bissau da Associação AIDA (Ayuda, Intercambio Y Desarrollo).
- Representantes das Embaixadas das Republica da Guiné-Bissau e da Republica de São Tomé e Príncipe;
- Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Segurança Social;
- Representante da Fundação Ricardo Sanhá.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

IV. COMUNIDADES CIGANAS

O Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) do ACIDI, criado em 2007, prosseguindo na concretização dos seus objetivos principais, durante o ano de 2012 continuou a trabalhar para a resolução de problemas e provimento das necessidades detetadas pelo seu diagnóstico numa abordagem especial junto das comunidades ciganas. Procurar consensos e desenvolver capacidades de diálogo, criando sinergias, foi uma das grandes apostas, sustentadas na mediação, enquanto fator de aproximação e de combate à discriminação.

1. Projeto Mediadores Municipais

A análise positiva feita nos últimos anos à atuação dos/as mediadores/as em contextos multiculturais, sedimentou a convicção de que esta seria a forma de atuação para melhorar o acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais e promover a igualdade de oportunidades e o diálogo intercultural com a comunidade envolvente.

Certas realidades sociais exigem respostas que suscitam a criação de figuras que promovam e facilitem a comunicação quando esta se encontra dificultada, especialmente quando uma das partes apresenta vulnerabilidades acentuadas. A sua intervenção, baseada na interculturalidade, tem uma ação transformadora na relação entre as partes, reforçando o que as aproxima.

Assim, dois anos após o lançamento da primeira fase do Projeto-Piloto Mediadores Municipais, que integrou um grupo de 15 mediadores/as ciganos/as que faz intervenção nos respetivos municípios, o ACIDI lançou a segunda fase, em abril de 2011, garantindo, assim, a continuidade do Projeto e a implementação de estratégias facilitadoras, em que o/a mediador/a é a figura principal. A segunda fase do Projeto Mediadores Municipais integrou seis municípios e respetivos/as mediadores/as que, em outubro de 2012, iniciou o segundo ano de execução nos municípios de Barcelos, Valongo, Espinho, Abrantes, Odívelas e Vila Real de Sto. António. Nessa data e por impossibilidade de alguns municípios, o grupo de mediadores/as da primeira fase passou a nove, continuando o Projeto a decorrer nos municípios de Lamego, Peso da Régua, Idanha-a-Nova, Coimbra, Amadora, Sintra, Seixal, Beja e Moura. Assim, em 2012, o Projeto Mediadores Municipais integrou 15 municípios e respetivos mediadores/as.

O ACIDI, além de promotor e coordenador geral do Projeto, concebeu e coordenou um conjunto de ações de formação dirigidas aos/às mediadores/as, em três grandes áreas que identificou como prioritárias: Leis e Normas Institucionais, Mediação, Comunicação e como área transversal às anteriores, Língua Portuguesa, oral e escrita. Coube ainda ao ACIDI o cofinanciamento do salário de cada mediador/a em 75%. Ao município, entidade



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

interlocutora, coube a função de coordenação da intervenção da/o mediador/a no terreno, através de um/a coordenador/a técnico/a e financia o salário da/o mediador/a em 25%.

A instituição da sociedade civil (associação, IPSS, ONG), entidade gestora, além da celebração do contrato de trabalho com o/a mediador/a, coordenou e fez o acompanhamento da componente financeira do projeto, através do/a coordenador/a financeira/o.

Intervenção do/a mediador/a: A intervenção da/o mediador é feita de acordo com as necessidades locais e segue um Plano de Intervenção elaborado por ele/a e pela/o seu/sua coordenador/a técnico/a. Este Plano é submetido à apreciação da equipa do GACI, que dá conhecimento à equipa de Formação, que adequa os aspetos considerados mais relevantes a serem discutidos durante a formação. São enviados mensalmente ao gabinete do ACIDI relatórios de atividades e avaliação da ação da/o mediador/a no terreno, elaborados pela/o coordenador/a técnico/a.

Formação das/os mediadores/as: A formação dos/as mediadoras/es em contexto de sala foi dada pelo Centro de Estudos para a Integração Social, que os acompanha desde o primeiro ano de Projeto, dando formação nas áreas já citadas e pela bolsa de formadores/as do ACIDI, que deu formação em diálogo intercultural e cooperação. O número de horas de formação dada perfaz 90 horas, tendo sido feita a avaliação das/os formandos/as segundo critérios previamente estabelecidos após a elaboração do Balanço de Competências.

Avaliação externa do Projeto: A equipa de avaliação externa da Dinâmia/CET, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), tem vindo a fazer o acompanhamento das intervenções no terreno, interagindo com mediadores/as, coordenadoras/es, comunidades ciganas, técnicos/as dos serviços municipais, colhendo dados que vieram reforçar o diagnóstico, ajudando a otimizar alguns recursos e criando instrumentos para superar obstáculos. Após a apresentação do Relatório Final de Avaliação Externa, no final do primeiro ano de Projeto, a mesma equipa apresentou, em 2012, um relatório intercalar sobre o progresso do Projeto com recomendações para os/as intervenientes.

2. Programa ROMED

O Conselho da Europa e a Comissão Europeia decidiram, depois de uma reunião de alto nível realizada em Estrasburgo em 2010, criar um programa de formação de mediadores/as ciganos/as, para reforço das áreas da educação, saúde e emprego – Programa ROMED. Tendo tido conhecimento do Projeto Mediadores Municipais, que considera da maior relevância, o Conselho da Europa convidou Portugal, através do ACIDI, para integrar a rede de países que fazem parte do Programa ROMED.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Formação Romed: Iniciada em Outubro de 2011 com os 18 mediadoras/es que integravam o Projeto Mediadores Municipais, foi concluída em Maio de 2012, após quatro dias de trabalho com o GACI, formadoras/es do Conselho da Europa, coordenadores/as e formandas/os. Cada mediador/a recebeu um certificado/diploma por ter finalizado com sucesso o Programa Europeu de Formação para Mediadores que trabalham diretamente com comunidades ciganas. Em Outubro de 2012 foi iniciada a segunda formação ROMED, com o grupo da segunda fase do Projeto, para reforço das aprendizagens, participando mais 12 mediadores/dinamizadores comunitários externos ao ACIDI. Esta formação tem continuidade em 2013, ano da sua conclusão.

3. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)

O Governo Português assumiu a responsabilidade de responder, não só às diretivas emanadas pela União Europeia, como às necessidades reais das comunidades ciganas portuguesas sistematizadas na Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas. O ACIDI é o Ponto Focal para a ENICC, elaborada em 2011, tendo o GACI assumido toda a dinâmica inerente à sua realização. Em 2012, após a Consulta Pública a que a ENICC foi submetida, foram incorporados contributos relevantes recebidos, dando forma ao texto final.

O ACIDI é o coordenador nacional da Estratégia que envolve diferentes ministérios sectoriais e tem diversas áreas de intervenção da responsabilidade do ACIDI, em domínios como: conhecimento das comunidades ciganas em Portugal, acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional, combate à discriminação, educação para a cidadania, mediação, valorização da história e cultura ciganas.

4. Visitas ao terreno

Seguindo a política de proximidade do ACIDI, o GACI fez visitas periódicas aos municípios onde decorre o Projeto Mediadores Municipais, para monitorização e avaliação da sua execução. Observou *in loco* a atuação do/a mediador/a, reuniu com os/as responsáveis do Projeto, desde o/a presidente da Câmara até ao/a coordenador/a técnico/a e parceiros locais, para além do/a mediador/a para, em conjunto, ser feito o balanço desta iniciativa e criar soluções para a resolução de alguns problemas locais. Foram feitas também visitas às comunidades ciganas locais, principalmente as que têm habitações mais precárias.

Neste âmbito, entre março e dezembro foram visitados os municípios de Beja (duas vezes), Lamego, Peso da Régua, Moura, Odivelas, Amadora Sintra, Abrantes e Idanha-a-Nova.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

5. Outras atividades

Dando resposta a outras solicitações, o GACI participou nos seguintes eventos:

- Discussão da ENICC na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (janeiro).
- Participação na reunião de Mediadores Interculturais em Serviços Públicos, com o Prof. Carlos Gimenez Romero, da Universidade Autónoma de Madrid/IMEDES, em Madrid (fevereiro).
- Participação em debate, a convite do autor, sobre o filme “Filhos do destino”, apresentado na Cinemateca (março).
- Participação no Seminário de Formação dos Mediadores Interculturais em Serviços Públicos, no Instituto Universitário de Investigación sobre Migraciones, Etnicidad y Desarrollo Social (IMEDES), em Madrid (maio).
- Apresentação do Projeto Mediadores Municipais num evento promovido pela Câmara Municipal de Coimbra (maio).
- Apresentação do Projeto Mediadores Municipais e de História do Povo Cigano, num evento levado a cabo pela Câmara Municipal de Espinho (junho).
- Apresentação do Projeto Mediadores Municipais num evento promovido pelo Núcleo Local de Inserção de Coimbra (junho).
- Reunião e acompanhamento da comitiva da ECRI – European Commission Against Racism and Intolerance (setembro).
- Participação na reunião de trabalho promovida pelo European Roma Information Office, em Bruxelas (outubro).
- Participação na reunião do Comité ad hoc d’Experts sur les Questions Rom – CAHROM - em Estrasburgo (novembro).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

V. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR

1. Boletim Informativo (BI)

Em 2012, o Boletim Informativo (BI) do ACIDI, configurado como publicação trimestral, manteve a vocação de informar e de sensibilizar um público diversificado sobre os principais acontecimentos relacionados com a imigração, as comunidades ciganas e o diálogo intercultural, com especial enfoque sobre Portugal, mas, também, sobre a União Europeia e o mundo em geral.

Consolidando o modelo existente, cada edição baseou-se numa temática dominante mas não exclusiva, permitindo dar espaço a rubricas permanentes, nomeadamente a rubrica dos CLAII e a rubrica do Programa Escolhas, a par das notícias da atualidade.

Neste ano, refletindo as transformações na sociedade portuguesa, a revista B-i viu publicadas três edições que incidiram sobre as temáticas “*Portugal e a Diversidade – Um país em transformação?*”; “*Os imigrantes e as artes*” e a “*Educação Intercultural*”.



A publicação manteve a tiragem de 6.000 exemplares por edição, distribuídos por um vasto público, integrando desde decisores políticos, câmaras municipais, ONG, académicos, associações de imigrantes, rede de Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAII), Rede GIP Imigrante, Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), Pontos Focais do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), *media*, entre muitos outros.

Tendo em vista o enfoque na comunicação digital, com todo o potencial de chegada a um maior e mais diverso painel de destinatários, com a publicação da revista B-i n.º 95, de dezembro de 2012, o projeto viu o seu ciclo de vida encerrar, projetando-se com novo suporte digital em 2013.

2. Portal ACIDI (www.acidi.gov.pt)

O site do ACIDI manteve em 2012 o objetivo de ter o público informado acerca das questões da imigração, diálogo intercultural e minorias étnicas. Constituindo simultaneamente um veículo/canal noticioso, formativo, difusor de informação útil e

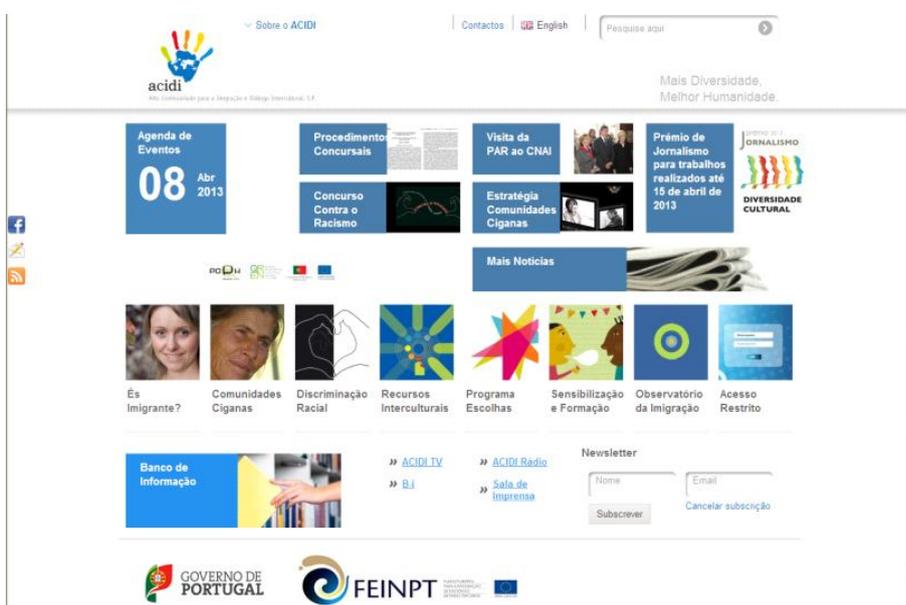


PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

prática, atuou também como um meio de sensibilização instantânea de um público, que se classifica como vasto e bastante heterogéneo.

Mantendo o seu carácter, o site disponibilizou informação detalhada acerca da missão, objetivos e valências do ACIDI, divulgando, em paralelo, os serviços e recursos disponíveis, a legislação relacionada, bem como atividades culturais, entre muitos outros temas da atualidade. Disponibilizou vários materiais informativos, bem como os programas *Nós e Gente como Nós*, a publicação B-i, entre outras.

O trabalho de manutenção e gestão dos conteúdos dos sites foi realizado numa base de atualização diária e na ótica da flexibilização e adequação aos públicos-alvo, de forma a tornar a informação o mais inteligível possível.



Com o objetivo de manter o público informado acerca das questões da imigração e do diálogo intercultural, bem como disponibilizar informação útil e prática às comunidades imigrantes e comunidades ciganas residentes em Portugal, toda a ação do portal do ACIDI - www.acidi.gov.pt - concentrou-se na disponibilização de conteúdos e dinamização de funcionalidades capazes de responder às diversas necessidades dos seus diferentes públicos, seja em termos de conteúdos de natureza institucional, informativa, legislativa, promocional, interativa, bem como notícias da atualidade e divulgação de eventos da iniciativa do ACIDI e/ou de terceiros.

Manter o portal como referência ao nível dos assuntos relacionados com a integração das comunidades imigrantes e comunidades ciganas presentes em Portugal, implicou, assim, a organização da *homepage*, estruturada com base em informação multidisciplinar (reunida em áreas sectoriais), de forma a manter a fidelidade do nosso público e a atrair cada vez mais utilizadores/as, mantendo uma ligação forte e coesa entre o público-alvo, inicialmente



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

através da visualização da primeira página, partindo daí para uma navegação cada vez mais intuitiva, agradável e direta por todo o portal.

Sendo um portal assente na força da imagem, a informação surge graficamente apresentada por imagens representativas dos vários websites, que dão entrada aos micro-sites especializados, acessíveis diretamente na *homepage*. Desse modo, num processo contínuo e partilhado de recolha, análise e tratamento da informação, junto das principais fontes e parceiros, a par dos principais acontecimentos que marcaram a atualidade, foram destacados conteúdos relativos à rede de serviços do ACIDI, I.P. (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante; Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, Linha SOS Imigrante, Serviço de Tradução Telefónica (STT), etc.) - novidades ao nível de alterações legislativas, horários de funcionamento, contactos e informação sobre novos projetos, propostas de interação, etc.

Nesse contexto, foi feita uma consolidação permanente das imagens em todas as páginas do site, como forma de espelharem cada vez melhor o seu conteúdo, e assim potenciarem uma navegação mais intuitiva.

De igual modo, ao longo do ano foram substituídas algumas imagens trabalhadas e editadas, no sentido de homogeneizar o *layout* de todas as páginas, de forma a manter coerência entre as imagens e reforçar a comunicação visual. Neste sentido, apostou-se na substituição de imagens presentes no Banco de Informação, de forma a, por um lado, facilitar a compreensão imediata dos conteúdos dos menus e, por outro lado, facilitar o acesso direto quer às publicações, como aos materiais informativos e a outros suportes, tais como vídeos do programa *Nós* e *podcasts* do programa *Gente como Nós*, que foram sendo disponibilizados à medida da sua produção e/ou emissão.

Na *homepage* mantiveram-se destacados os menus ACIDI TV; ACIDI Rádio, Revista B-i e Sala de Imprensa, de modo a permitir o rápido acesso à informação disponível tendo, ainda, sido criadas subpáginas na página Sala de Imprensa.

Um dos novos menus – Prémio de Jornalismo - foi criado com o intuito de divulgar, informar e facilitar informação aos jornalistas interessados no prémio de jornalismo do ACIDI, lançado anualmente. Neste âmbito foram criadas quatro páginas – *Prémios*, *Júri*, *Participe*, *Edições anteriores*, todas elas devidamente identificadas com o logótipo do prémio, de forma a manter a “marca” sempre presente. Durante o período de candidaturas do Prémio de Jornalismo “Pela Diversidade Cultural” foi acrescentado um *banner*, desenhado especificamente para o efeito, como forma de divulgação e apelo à iniciativa, potenciando, assim, o acesso mais direto do/a utilizador/a para a respetiva página de conteúdo.

Ainda dentro do menu Imprensa, foram criadas páginas com ferramentas para os/as jornalistas, de modo a facilitar a consulta sobre temas relacionados com a imigração e o diálogo intercultural.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O menu *Sobre o ACIDI*, enquanto repositório de toda a informação institucional, foi alvo de grande atenção, de forma a permitir uma consulta intuitiva, clara e transparente de toda a informação com que o ACIDI se rege e onde atua.

Na página do COCAI toda a informação foi reorganizada, tendo sido acrescentadas as páginas *Processo Eleitoral* e *Atas*.

A página da CICDR também sofreu alterações, tendo sido devidamente identificada com a imagem recentemente criada para o efeito (logotipo), de forma a manter a “marca visual” presente. Toda a informação foi também reestruturada, atualizando-se a composição da CICDR e tornando possível a disponibilização das atas, à semelhança da página do COCAI.

Ao longo do ano, a agenda de eventos manteve-se destacada no topo da *homepage*, do lado esquerdo de quem olha (devido ao “varrimento da imagem” feito pelo olho humano), como forma de chamar a atenção para a sua consulta.

Nesse sentido, foi assegurada a respetiva actualização, desde logo, no início do ano, com o lançamento de efemérides dedicadas às inúmeras celebrações constantes no calendário inter-religioso, de forma a constituir uma ferramenta de alerta para datas significativas, no âmbito da temática do diálogo intercultural e, também, como chamariz de consulta diária ao portal.

Diariamente foram sendo divulgadas, quer as iniciativas do ACIDI, quer as iniciativas dos parceiros, com destaque para os CLAII, no âmbito dos projetos de promoção da interculturalidade, e das Associações de Imigrantes. No que respeita à rede CLAII, a par da atualização de toda a informação existente, foram criadas novas páginas, no âmbito dos projetos da “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, com acesso privilegiado na *homepage*, através do menu “Recursos Interculturais”, onde foram disponibilizados todos os materiais segmentados pelas seguintes temáticas: *Acolhimento inicial de Imigrantes; Educação e Cultura; Empreendedorismo; Mercado de Trabalho; Saúde, Participação na Vida Local*.

Em paralelo, a par da atualização e inserção de conteúdos, foram criadas novas páginas, como o caso da *Bolsa de Formadores* e do *Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas*, tendo sido, também, atualizadas, as *Faq's* da Lei de Imigração, aquando da alteração da respetiva Lei.

Destaque também para a aplicação do novo acordo ortográfico, numa primeira fase, nos novos conteúdos publicados e sucessivamente na adaptação dos conteúdos institucionais.

No que se refere à divulgação, o portal ACIDI foi amplamente divulgado em todos os meios do ACIDI e junto de todos os parceiros, bem como, impulsionada a sua publicitação



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

através das redes sociais, nomeadamente através da partilha de conteúdos na página de *Facebook*, que chegou aos cerca de 4.500 amigos. Neste âmbito foi, ainda, possível avançar com uma campanha de *Adwords* sobre o ACIDI, no Google. Em simultâneo, foram divulgados os serviços ACIDI no Portal do Cidadão, com remissão para o portal ACIDI.

Semanalmente, foi enviada uma newsletter, num total de 45, ao longo de todo o ano, tendo atingido 2.500 assinantes.

No cômputo geral, o portal somou 470.224, visitas únicas desagregadas pelos seguintes sites temáticos:

Sites Temáticos do Portal ACIDI	Visitas em 2012
www.acidi.gov.pt	165.582
www.cicdr.pt	16.314
www.ciga-nos.pt	5.003
www.entreculturas.pt	4.794
www.entrekulturas.pt	7.955
www.oi.acidi.gov.pt	67.909
www.oss.inti.acidi.gov.pt	4.483
www.programaescolhas.pt	198.184

De referir que vários sites foram alvo de ataques informáticos, bem como três deles ficaram *off* por via dos respetivos domínios (www.ciga-nos.pt, www.entreculturas.pt e www.entrekulturas.pt), diminuindo em resultado disso as suas visitas.

3. Programa de televisão “Nós” na RTP



Com a vocação de dar a conhecer e envolver as comunidades imigrantes, comunidades ciganas e a sociedade portuguesa em geral, sensibilizando para as questões do acolhimento e da integração da diversidade cultural – o programa *Nós*, *magazine* semanal, com emissão na RTP2, continuou em 2012 a privilegiar a riqueza cultural e social, através de histórias de vida, gastronomia, desporto, cultura e informação. Este programa do ACIDI em parceria com a RTP, cofinanciado pelo FEINPT e produzido pela Companhia de Ideias, emitiu em 2012 cerca de 51 programas “Nós” compactos, na RTP2, que tiveram repetição diária na RTP1.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Emissão: Em 2012 o programa continuou a ter uma emissão semanal de 40 minutos na RTP2 (domingo 09h50). As repetições foram emitidas ao domingo às 11h15 na RTPÁfrica, e de segunda a sexta-feira às 06h00 na RTP1. A pedido da Direção da RTP2 e com o acordo do ACIDI, o *Nós* focou-se ainda mais em histórias de vida de sucesso e inspiradoras que comprovam que, tal como o MIPEX revelou, Portugal é um exemplo no que se refere às boas práticas na imigração.

Apresentação do programa: Visando mostrar ambos os géneros e a diversidade étnica e cultural existente na sociedade portuguesa, o programa contou com um elenco diversificado de apresentadores, representando as três maiores comunidades residentes em Portugal, designadamente, a conhecida apresentadora Cláudia Semedo, de ascendência africana, a desempenhar o papel de *pivot*, a coapresentadora Viktoriya Starchenko, de nacionalidade ucraniana e o coapresentador Renato Tezolim, de nacionalidade brasileira. A coordenar os conteúdos esteve a jornalista e apresentadora do programa Sociedade Civil, Fernanda Freitas, entusiasta da causa da promoção do diálogo intercultural.

Rubricas: durante o ano de 2012 marcaram o programa as seguintes rubricas:

- *Vox Pop:* sempre com questões atuais e relacionadas com a temática do programa;
- Entrevista em estúdio: conduzida por Cláudia Semedo, com convidado/a reconhecido/a na temática do programa;
- Enquadramento: reportagem que pretende aprofundar o tema central do programa;
- História de Vida: reportagem centrada na história de vida inspiradora de um/a imigrante;
- Escolhas: reportagem sobre jovens do programa Escolhas;
- “Samba na Cozinha”: rubrica protagonizada pelo coapresentador Renato Tezolim, à descoberta da culinária típica das várias comunidades imigrantes presentes em Portugal, conciliando a apresentação dos respetivos países de origem;
- Consultório: centrado em tirar dúvidas às/aos imigrantes em todos os âmbitos das políticas de imigração
- “Nós por Ai”: rubrica a cargo da coapresentadora Viktoriya Starchenko em que esta descobre, com o olhar curioso de quem vem de fora, aspetos e locais típicos da cultura portuguesa.
- Agenda multicultural: seleção de eventos multiculturais.
- Notícias: rubrica que consiste num noticiário de *short-news* conduzido por Viktoriya Starchenko, um espaço para as notícias sobre imigração e diálogo Intercultural.

Convidados: A opção recaiu sobre pessoas conhecidas de diferentes nacionalidades ou que de algum modo tivessem relação com questões ligadas à imigração. Assim, a título de exemplo, no *Nós* em 2012 pudemos encontrar temas e convidadas/os como:

- Empreendedorismo Imigrante – Beatriz Rubio - Remax
- Saúde e Migrações – João Blasques – Médicos do Mundo
- Portugal: o que tem de bom para os Imigrantes – Marco De Camillis
- Ano Europeu do Envelhecimento Ativo – Fernando Pádua



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Português Para Todos – Maria José Grosso
- Brasil em Portugal – Roberta Medina
- A música que nos Une – Nancy Vieira
- Conciliação da Vida Familiar – Teresa Caeiro
- Ano novo Escolhas novas – Feliciano Barreiras Duarte

Prémios: Todas as semanas foram colocadas questões pertinentes e relacionadas com as temáticas em estúdio, às/aos telespectadoras/es. Os prémios atribuídos foram tão variados como: cd's, dvd's e livros das mais variadas editoras.

Reportagens: As temáticas giraram em torno da imigração e do diálogo intercultural. Abordaram temas como: diálogo inter-religioso, programa *Português para Todos* (PPT), responsabilidade social das empresas, empreendedorismo, associativismo imigrante, projetos do Programa Escolhas, iniciativas do ACIDI e, claro, histórias de vida.

Vimeo e Sinopses: Semanalmente o programa foi colocado online em circuito fechado no vimeo em <http://www.vimeo.com/user3855749/videos>. Foi, também, semanalmente, enviada uma sinopse com temáticas, convidados/as em estúdio e reportagens/temáticas abordadas, para a RTP1, RTP2, parceiros ACIDI e comunicação social. Também foram gravados dvd's com os vários programas emitidos, bem como entregues os OMF'S do programa, a fim de serem utilizados no programa de rádio *Gente como Nós*.

Plataformas Online / redes sociais: O *Nós* esteve muito presente nas redes sociais, sendo o Facebook a plataforma onde teve uma maior adesão por parte dos espetadores. Todos os dias foram deixados *posts* nas redes sociais, assim como as sinopses de divulgação das temáticas abordadas. As redes foram, também, dinamizadas com o auxílio de um rodapé, no final de todos os programas, sendo visível, logo após o final de cada emissão, o número de pedidos de amizade/comentários/mensagens a sucederem-se.

Surgiu, ainda, a possibilidade de chegar-se a mais pessoas através da criação de uma página de fãs que se pretende dinamizar, de forma a criar fidelização das/os respetivas/os seguidoras/es: <https://www.facebook.com/ProgramaNos>

4. Programa de rádio “Gente Como Nós” na Antena 1



O “Gente Como Nós” é um programa de rádio semanal que procura sensibilizar a opinião pública para as questões de integração e acolhimento. São histórias de vida que dão a conhecer os percursos empreendedores de imigrantes que escolheram Portugal para trabalhar e viver. Relatos na primeira pessoa que mostram o mosaico multicultural em que



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

se transformou a sociedade portuguesa. O “Gente Como Nós” é um programa do ACIDI produzido semanalmente pela PGM – Projectos Globais de Media, que foi emitido aos sábados, às 13h30 na Antena 1.

Emissões Semanais: No decorrer de 2012, a PGM produziu e entregou para emissão na Antena 1 um conjunto de 52 programas de rádio designados “Gente Como Nós”. Os referidos programas, com uma duração média de 20 minutos semanais, tiveram como base informação e conteúdos produzidos pelo programa “Nós” emitido pela RTP, complementados por inúmeras reportagens rádio produzidas na totalidade pela PGM.

Temas “Gente Como Nós”: No ano de 2012 foram inúmeros os temas abordados, tendo por ponto de partida a interculturalidade, a vivência das/os imigrantes em Portugal e a troca de experiências com os portugueses. Dos variadíssimos acontecimentos com cobertura rádio destacamos as iniciativas:

- Emissão 7 de janeiro de 2012: Olga Curcan, imigrante moldava que vive há 4 anos em Portugal. É empregada doméstica e enquanto mostra como se cozinha à moda da Moldávia, conta as peripécias que viveu como imigrante clandestina para chegar a Portugal.
- Emissão 21 de janeiro de 2012: Rogério Barão é membro da comunidade cigana e mediador municipal na Câmara de Setúbal. O objetivo do trabalho que desenvolve passa por desmistificar preconceitos e aproximar pessoas.
- Emissão 11 de fevereiro de 2012: acompanhamento da “Semana Mundial da Harmonia Inter-Religiosa” com entrevista a Jorge Sampaio, o Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, promotor da iniciativa.
- Emissão 3 de março de 2012: programa preenchido na totalidade com reportagens produzidas com a comunidade moldava que vive no concelho de Cascais. Através do Centro Cultural Moldavo ficámos a conhecer a história e as tradições de um dos países do Leste Europeu com mais imigrantes em Portugal.
- Emissão 5 de maio de 2012: programa totalmente produzido a partir de reportagens feitas com jovens japoneses de Fukushima, de visita a Lisboa. Shihoko Gouveia vive há mais de 30 anos em Portugal e organizou uma viagem de 7 dias pela capital, para um grupo de 24 jovens, naturais de umas das cidades devastadas no ano passado pelo terramoto.
- Emissão 1 de setembro de 2012: programa dedicado inteiramente à iniciativa “Família do Lado” com acompanhamento de um almoço entre uma família portuguesa e duas estudantes macaenses.
- Emissão 8 de dezembro de 2012: a cidade de Aveiro, pelos olhos de um imigrante ucraniano. Emissão transformada em roteiro pela geografia de paisagens, lugares e sabores de Aveiro tendo por guia Denys Shavyrov residente na cidade.
- Emissão 29 de dezembro de 2012: grande entrevista à Alta Comissária, Rosário Farmhouse, sobre o impacto da conjuntura económica, as recentes alterações à Lei da Imigração e a política dos “Passos Pequenos, Possíveis e Progressivos” na política do ACIDI.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Além das reportagens próprias, o “Gente Como Nós” destacou, em 2012, um grande número de eventos culturais e sociais ligados à temática da imigração e foram feitas inúmeras notícias, destaques de agenda e referências aos serviços institucionais prestados pelos CNAI e CLAI, no âmbito do apoio às/aos imigrantes.

5. Produção de materiais informativos

Durante o ano de 2012, e à semelhança dos anos anteriores, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) monitorizou a execução física de brochuras, desdobráveis, cartazes e demais suportes informativos dos seus Gabinetes, em papel e em versão digital (e disponíveis em permanência no portal do ACIDI). Estes produtos são, naturalmente, essenciais à divulgação da missão ACIDI, incluindo-se o planeamento execução de materiais para iniciativas pontuais ou a que o ACIDI se associa. Entre esses materiais destacam-se: cartazes de divulgação de conferências de iniciativa do ACIDI, cartazes de divulgação de concursos ou de serviços ACIDI, convites digitais para iniciativas várias, desdobráveis informativos e brochuras informativas em várias línguas,

6. Promoção de eventos de sensibilização

Prémio de Jornalismo pela Diversidade Cultural 2012: A nona edição do Prémio de Jornalismo que o ACIDI anualmente organiza foi pelo terceiro ano consecutivo subordinada ao tema da Diversidade Cultural. Estava aberta a jornalistas habilitados/as com Carteira Profissional, cujos trabalhos a concurso tivessem sido publicados ou emitidos em órgãos de comunicação social sediados em Portugal durante o ano de 2011 e se enquadrassem nos termos definidos pelo respetivo regulamento do Prémio. Manteve-se o valor do prémio pecuniário de €2.500 para cada categoria e de €5.000 para a distinção máxima, o Prémio Pela Diversidade Cultural, a atribuir ao melhor trabalho, de entre todas as categorias. Pela primeira vez, foi incluída a categoria de Fotojornalismo, deixando de existir a de Multimédia. Assim, contemplaram-se, em regulamento, as categorias: Imprensa Escrita; Meios Audiovisuais; Órgãos de Informação Regionais e Locais, *Media* Étnicos, Rádio e Fotojornalismo. Ao prémio concorreram 24 trabalhos.

O júri, composto por Adelino Gomes, Cesário Borga, Deolinda Almeida, Elisa Luís, Fernando Cascais, Isabel Férin e Roberto Carneiro, decidiu distinguir os seguintes trabalhos:

- *Menção Honrosa Imprensa Escrita:* “O que é que o chinês tem?”, da autoria de Céu Neves, publicada no Diário de Notícias.
- *Prémio Imprensa Escrita:* “Uma orquestra de todos”, da autoria de Ana Cristina Câmara e José Sérgio, publicado na Revista Tabu do *Semanário Sol*.
- *Menção Honrosa Meios Audiovisuais:* “Todos juntos”, de Maria José Garrido, emitida na TVI.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- *Prémio Meios Audiovisuais*: reportagem “Viagem sem Regresso”, de Alexandra Borges, transmitida na TVI.
- *Prémio Órgãos de Informação Regionais e Locais*: “Há uma região que nos une”, da autoria de Patrícia Duarte, Carlos Almeida, Marina Guerra, Martine Rainho, Cláudio Garcia e Manuel Leiria, uma série de reportagens semanais publicadas no jornal *Região de Leiria*.
- *Menção Honrosa Media Étnicos*: “Mais do que um curso de Português”, de Sergiu Demian, publicado no jornal *Maiak Portugalii*. O júri entendeu não atribuir Prémio a nenhum dos trabalhos.

Tendo em vista celebrar a diversidade cultural com os jornalistas, a cerimónia de entrega dos prémios realizou-se, no dia 5 de junho, no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa, convidando todos os presentes a vestir a pele do imigrante que diariamente é recebido no Centro. Contando com o rosto do programa *Nós*, a conhecida apresentadora Cláudia Semêdo, ela própria filha da diversidade, a cerimónia foi animada com um conjunto diversificado de artistas que transportaram os convidados ao mundo da interculturalidade, através e várias formas de expressão.

Seminário Media, Imigração e Diversidade: Em parceria com o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR), o ACIDI organizou mais um seminário de sensibilização às/aos jornalistas. A ação decorreu nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2012, em Setúbal, tendo como objetivo estimular o debate em torno da informação (ou escassez desta) acerca da imigração e diversidade cultural, bem como as questões éticas que diariamente se colocam a quem noticia estas matérias.

Outras iniciativas: Todos os anos, o ACIDI organiza ou associa-se a iniciativas para assinalar datas relacionadas com a sua área de ação, além de outras, pontuais, planeadas pelos seus Gabinetes ou que se afirmam pertinentes mediante a atualidade sociopolítica. Neste âmbito destacam-se aqui algumas dessas iniciativas de sensibilização com as quais o ACIDI colaborou: “Seminário Internacional Ciganos Portugueses (coorganizado pelo CIES-IUL, CEMRI-UAB, IS-FLUP e com o apoio do ACIDI) – fevereiro; “Futebol contra o Racismo” (maio); “Família do Lado” (novembro); Seminário “A atual situação migratória de Portugal: olhar cruzado sobre fluxos de entrada e de saída” – novembro (encontro organizado pelo IGOT- Universidade de Lisboa, em colaboração com o ACIDI e com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas – DGACCP).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VI. PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE

Contribuir para a construção de uma sociedade mais aberta e inclusiva constitui-se como uma dimensão transversal das políticas de acolhimento e integração de imigrantes. Ao longo do ano de 2012 investiu-se particularmente nas seguintes áreas:

- Projeto *Cidadania e Interculturalidade* através da dinamização de ações de informação/sensibilização e seminários pela Bolsa de Formadores;
- Atribuição do *Selo Escola Intercultural*;
- Projeto *Mediação Intercultural em Serviços Públicos*.

1. Cidadania e Interculturalidade

Numa linha de continuidade, a promoção da interculturalidade constituiu-se em 2012 como uma linha de intervenção levada a cabo pela Bolsa de Formadores que, desde 2006, tem por base uma equipa móvel de cerca de 30 formadores/as que dinamiza, gratuitamente e a pedido de entidades públicas e privadas, ações de informação/sensibilização e seminários no domínio do acolhimento e integração de imigrantes.

Esta equipa caracteriza-se pela sua dispersão geográfica em território nacional e pela diversidade de perfis, e constitui-se como uma aposta numa política de proximidade e de intervenção à medida, em que é a administração pública que vai ao encontro dos cidadãos e das cidadãs. A equipa de formadores/as constitui-se, portanto, como uma extensão do ACIDI, agente de intervenção social e interlocutor privilegiado.

Módulo	Número de Participantes	Número de Horas
Acolher e Celebrar. Serviços de Apoio e Pequenas Ideias	44	4
Aprender com Histórias: primeiros passos para a interculturalidade	161	24
Diálogo Intercultural	208	32
Diálogo Inter-Religioso	33	12
Educação Intercultural	168	60
Educação Intercultural Escolas	33	12
Educação Intercultural Jovens	300	42
Lei da Imigração	73	19
Lei da Nacionalidade	38	12
Mitos e Factos sobre a Imigração em Portugal	113	14
Saúde, (I)Migração e Diversidade Cultural	156	23



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O desenrolar do projeto tem vindo a confirmar a diversificação das entidades que manifestam interesse nestes domínios, contribuindo para a visibilidade e apropriação dos princípios e valores de cidadania numa grande diversidade de setores e públicos.

A execução física da bolsa, nas suas várias dimensões, foi em 2012 fortemente afetada por um conjunto de fatores de ordem administrativa e financeira, tendo retomado a sua atividade apenas no mês de julho. Neste contexto, foram realizadas 63 ações num total de 258 horas, que abrangeram 1.358 participantes.

De salientar o modelo de formação contínua e intensiva de formadores/as que articula diferentes modalidades de formação, assente numa ‘Comunidade de Prática’ e baseado nos princípios da aprendizagem experiencial, da formação de adultos e da educação não-formal, conceção aliás transversal a todo o projeto. Nesta linha realizou-se o encontro anual de formadores/as onde se procurou refletir a dimensão conceptual e metodológica das ações dinamizadas pela bolsa e se desenvolveu um workshop de aprofundamento desta segunda dimensão.

Ainda dentro desta linha de ação e considerando o conceito de ‘Comunidade de Prática’, deu-se continuidade ao processo de consolidação do *Handbook de Formação* através da reflexão em torno de novas áreas de formação: ‘Diálogo Inter-religioso’ e ‘Portugueses/as Ciganos/as: cidadania e interculturalidade’.

O projeto tem ainda como atividade estruturante a produção, disseminação e disponibilização gratuita *online* e em papel de materiais e recursos pedagógicos de apoio à realização das ações e à formação nas temáticas do projeto. 2012 foi ano de disseminação de materiais e de recursos pré-existentes.

2. Selo ‘Escola Intercultural’

O *Selo Escola Intercultural* visou distinguir as escolas que se destacam na promoção de projetos com vista ao reconhecimento e valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as. Foi uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação e Ciência e do ACIDI, na perspetiva de contribuir para que as escolas disponham de instrumentos de promoção do desenvolvimento pessoal de adultos, crianças e jovens, de uma cidadania ativa e de construção de ‘sociedades democráticas que respeitem a diversidade cultural e linguística’ (cf. Comissão Europeia, 2001).

Foram submetidas 67 candidaturas e atribuídos 10 selos às seguintes escolas:

- Escola Básica de Ferreiras, Albufeira
- Escola Básica de Paredes
- Escola Básica de Vialonga, Vila Franca de Xira
- Escola Básica Dr. Francisco Sanches, Braga



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Escola Básica Dr. Nuno Simões, Calendário, Vila Nova de Famalicão
- Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença
- Escola Básica e Secundária de Santo António, Barreiro
- Escola Básica Ferreira de Castro, Ouressa, Sintra
- Escola Secundária da Amora, Seixal
- Escola Secundária de Camões, Lisboa

O júri deliberou ainda atribuir uma menção honrosa à Escola Secundária António Nobre no Porto dada a especificidade da abordagem à temática da Educação Intercultural.

3. Mediação Intercultural em Serviços Públicos

O Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) é promovido pelo ACIDI, em parceria com Câmaras Municipais e Associações de Imigrantes. Na segunda geração (janeiro de 2012 a maio de 2014), com enfoque em equipas municipais de mediação intercultural, o MISP tem como objetivo desenvolver uma intervenção assente nos princípios da interculturalidade e da mediação em territórios municipais, promovendo novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, para o desenvolvimento local e a coesão social.

O projeto encontra-se estruturado em três eixos de intervenção - apoio a profissionais e instituições; participação social e cidadã e convivência intercultural -, baseando-se em três princípios, que se cruzam e se alimentam continuamente: princípio da mediação, princípio da interculturalidade e princípio da intervenção comunitária.

Com quatro equipas municipais de mediação intercultural (EMMI) nos municípios da Amadora, Cascais, Loures e Setúbal, para o MISP não existem participantes mas sim protagonistas, todos têm papel ativo a desempenhar, a saber: os/as cidadãos/ãs, com enfoque nas pessoas imigrantes; as estruturas formais e informais da sociedade civil; as entidades parceiras (Câmaras Municipais e Associações de imigrantes); a equipa central do projeto e os recursos técnicos locais (agentes de mediação das equipas municipais).

Cada EMMI é composta por um profissional da Câmara, afeto a 100% ao projeto e que a coordena, e agentes de mediação intercultural (AMI), colocados/as pelas associações de imigrantes parceiras do projeto. A própria equipa de coordenação do projeto, sediada no ACIDI, resulta de uma parceria entre este instituto, com a afetação de uma profissional que coordena esta equipa e o projeto, e técnicas de duas associações de imigrantes/ONG.

O MISP integra 13 entidades parceiras (ACIDI, Câmara Municipal da Amadora, Câmara Municipal de Cascais, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Setúbal, Associação de Apoio ao Estudante Africano e Comunidades, Mediar – Associação Nacional de Mediação Sociocultural, Associação de Intervenção Comunitária,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Desenvolvimento Social e de Saúde – AJPAS, Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, Associação Edinstvo, Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sociocultural – PROSAUDESC, Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude, e Centro Cultural Moldavo).

Na fase autarquias do MISP retomou-se o trabalho com a Universidade Autónoma de Madrid (UAM), agora com novo formato e centrado tanto na capacitação técnica da equipa central de coordenação como das EMMI. Tal como sucedeu na fase piloto do MISP (junho 2009 a dezembro de 2011), a formação constitui uma atividade estruturante do projeto, que é de formação-ação-reflexão-concetualização (ARCA).

A formação da equipa central teve lugar em três momentos, nas instalações da UAM, em Madrid: 15 a 17 de fevereiro; 29 a 31 de maio; 10 a 12 de dezembro. A formação das EMMI, por sua vez, esteve a cargo tanto da equipa da UAM (em Lisboa a 16 a 18 de julho, 15 a 17 de outubro e 19 e 20 de novembro), como se referiu, anteriormente, como por formadores da Bolsa de Formadores do ACIDI e outros peritos - formação bolsa/peritos: oficina de Educação Intercultural (4 de setembro), formação sobre a alteração à lei da imigração (30 de outubro) e equipas sinérgicas (30 de outubro). A Equipa central do projeto, dado integrar juristas e estar habilitada para o fazer, ministrou igualmente formação às EMMI no âmbito da Lei dos Estrangeiros (4 de junho, 25 de setembro e 9 de outubro).

Por outro lado, no âmbito do acompanhamento às EMMI e monitorização do projeto, a equipa central realizou 3 sessões de supervisão conjunta com as quatro equipas (18 de setembro, 7 de novembro e 4 de dezembro) e realizou visitas de acompanhamento.

Com o objetivo de envolver as futuras coordenadoras na estruturação do projeto, nomeadamente ao nível do sistema de monitorização e avaliação, o ACIDI promoveu uma formação nos dias 26 e 27 de março, na qual estiveram presentes as técnicas das câmaras a afetar ao projeto e a equipa central de coordenação.

Procurando dotar o projeto de uma imagem que o identifique, foi lançado às EMMI o desafio de apresentarem propostas para o logotipo do MISP, cujas propostas foram posteriormente avaliadas e votadas por um júri composto pelo Prof. Carlos Giménez Romero (UAM), pela Sr.^a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural e pelo Diretor do ACIDI. A proposta vencedora foi a adotada para imagem do projeto:



O projeto foi apresentado em dois eventos mediáticos, nos quais o ACIDI colaborou na organização:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Loures, 11 de outubro – realização de mesa sobre mediação intercultural no Âmbito do “Artigo 13.º”, promovido pela Câmara Municipal de Loures,
- Amadora, 16 de outubro – apresentação do MISP no Fórum *Mediação: um caminho para a construção de cidades interculturais*, promovido pela Câmara Municipal da Amadora.

De referir ainda, que o MISP foi reconhecido como uma boa prática do ACIDI no 2.º Relatório de Atividades da Comissão Nacional de Direitos Humanos (maio 2011 – dezembro 2012).



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VII. PROGRAMA ESCOLHAS

O Programa Escolhas (PE), criado em 2001 pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º9/2001, tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

A 4ª Geração do PE foi estabelecida através da RCM n.º 63/2009, de 23 de julho, efetivando-se a renovação do Programa Escolhas para o período de 2010 a 2012. Pretendeu-se, dessa forma, consolidar o modelo das gerações anteriores, investindo no desenvolvimento de atividades no âmbito do combate ao insucesso e abandono escolar, do apoio à criação de emprego, de orientação e encaminhamento para formação profissional, do combate à infoexclusão, do desenvolvimento do empreendedorismo, da dinamização comunitária e cidadania, de apoio à capacitação e autonomização das/os jovens, bem como uma maior corresponsabilização dos familiares no processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens.

Assim, são destinatárias/os e beneficiárias/os prioritárias/os do PE crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, residentes em territórios com maior índice de exclusão e insuficientes respostas institucionais; jovens em abandono escolar precoce, sem a escolaridade mínima obrigatória; com comportamentos desviantes; jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e a medidas de promoção e proteção. Considera-se ainda como potenciais beneficiários/as, os/as familiares das crianças e jovens integradas/os nos projetos, segundo uma lógica de corresponsabilização nos respetivos processos de desenvolvimento pessoal e social. Os projetos são dinamizados por um consórcio de instituições, de forma a rentabilizar e potenciar os recursos das diferentes entidades parceiras.

Em termos gerais, o ano de 2012 estabeleceu-se como o ano de encerramento da 4ª Geração do PE (2010-2012), bem como o ano em que, simultaneamente, foram lançadas as bases para a 5ª Geração do Programa Escolhas (2013-2015), conforme a RCM 68/2012, de 9 de agosto, que veio renovar o Programa.

A RCM 68/2009 estabelece que “A renovação introduzida na 2.ª Geração do Programa, que se mantém até à presente data naquilo que foram as principais alterações introduzidas, estruturou o Programa Escolhas como uma política pública de extraordinário alcance.” Assim, em 2012, continuou a decorrer a implementação da 4ª Geração do Programa Escolhas, mantendo-se o trabalho de proximidade no acompanhamento aos projetos e o foco na efetiva capacidade de resposta local nas comunidades mais vulneráveis. A esse respeito importa salientar as 360 visitas *in loco* efetuadas pelo PE aos projetos durante o ano de 2012.

Ao nível do acompanhamento foram ainda produzidos e analisados 1.141 relatórios semestrais, planos de atividades dos projetos, relatórios das visitas efetuadas e



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

recomendações. Este trabalho de apoio da equipa central à execução dos 134 projetos implementados na 4ª Geração é absolutamente decisivo para a qualidade global do Programa Escolhas.

Destacamos o esforço de formação contínua que se manifestou, em 2012, em 13.767 horas de formação disponibilizadas pelo PE às/aos seus técnicos locais. Nesse processo, destacamos o evento “RE/COLHAS: Fazer Escola com o Escolhas” que teve lugar em Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no dia 19 de julho de 2012, e que contou com 400 participantes. Este evento teve como objetivo a apresentação pública do *Handbook Fazer Escola com o Escolhas*, que procurou sistematizar metodologias, princípios de ação e opiniões internas e externas sobre áreas transversais do Programa Escolhas.

Igualmente, em 2012, foram apresentados os 33 Recursos Escolhas, desenvolvidos pelos projetos Escolhas locais no âmbito do Plano de Formação Contínua proposto pelo PE na 4ª Geração. A produção de recursos técnico-pedagógicos pelos projetos Escolhas pretendeu sistematizar os resultados da experiência e do conhecimento obtidos na intervenção com crianças e jovens, permitindo ganhos de valor acrescentado para futuras intervenções dirigidas a territórios e a destinatários com o mesmo tipo de problemáticas. O *handbook* e os recursos Escolhas estão disponíveis para *download* e disseminação gratuita em: <http://www.programaescolhas.pt/recursos escolhas>.

O ano de 2012 marcou, também, o reforço da aposta em parcerias estratégicas para o PE, com reflexos para os projetos locais. Assim, para além da manutenção dos protocolos já estabelecidos anteriormente, em 2012 foram ainda celebrados novos protocolos com a Universidade Lusófona para a colocação de estagiárias/os, eventos e produção de conhecimento, bem como com o Pavilhão do Conhecimento e KidZania, de forma a facilitar o acesso das crianças e jovens a estes recursos.

Foi ainda aprovado o projeto *Let's Learn* (financiado pelo Programa Longlife Learning Programme da Comissão Europeia) que está a permitir estágios profissionais europeus a jovens dos territórios onde o PE opera. Em 2012 o Programa Escolhas associou-se ao Concurso INOVA (uma iniciativa do IAPMEI, Ministério da Educação e IPDJ), integrando o júri do concurso. Igualmente reforçaram-se laços com a Associação para o Planeamento da Família, com o Plano Nacional de Formação Financeira e com a Plataforma de Educação para o Empreendedorismo em Portugal.

A um outro nível, o ano de 2012 destacou-se pela visibilidade dos projetos do PE manifesta em 198.184 visitas ao *website* www.programaescolhas.pt (um aumento de 6,7% face a 2011), com 786 notícias publicadas, 112.000 revistas Escolhas distribuídas e 48 peças televisivas semanais no Programa *Nós* na RTP2.

O ano de 2012 marca a manutenção do esforço de implementação de iniciativas globais. Destaca-se a esse nível a concretização da Liga Escolhas (www.ligaescolhas.com), projeto



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

lançado pelo Programa Escolhas e gerido pela Fundação Aragão Pinto, tendo também como parceiros estratégicos a CPCJ Lisboa-Centro e a Out Green XXI que, partindo do futebol como estratégia de promoção do sucesso escolar e de inclusão social, consistiu na concretização de um torneio de futebol de 7, que envolveu mais de 200 participantes.

Também em 2012 surgiu um novo projeto: a participação no projeto *Da Rua para o Palco*. Numa parceria estratégica com o coreógrafo Marco de Camillis, e com o apoio da Fundação Gulbenkian e Fundação EDP, entre os meses de janeiro e março de 2012 decorreram 20 *workshops* em regime intensivo, em 10 bairros previamente selecionados, que deram origem a um espetáculo inédito, igualmente transmitido na RTP 1. No âmbito deste projeto, destaca-se a participação das/os jovens participantes nos diferentes *workshops* numa *flashmob*, a qual decorreu no Estádio do Jamor, no dia 20 de maio, no decorrer da final da Taça de Portugal. Esta participação teve como objetivo sensibilizar todas/os os/as espetadoras/es para a temática do combate a qualquer forma de racismo.

Na sequência da parceria já estabelecida em 2011 com a GLAM Models, e face aos resultados obtidos, também no ano de 2012 esta parceria foi reativada, tendo sido possível estender o projeto a todo o território continental. Deste modo, foram previamente selecionados cinco distritos onde decorreram as diferentes ações de *scouting* (Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro). Nestes locais, verificou-se uma grande afluência de crianças e jovens, os quais aceitaram este desafio na procura de potenciais talentos na área da moda e publicidade. Este processo culminou num desfile final e no recrutamento de diversos jovens para trabalhos profissionais em moda e publicidade.

Em 2012 foi concluído o segundo relatório intercalar da avaliação externa da 4ª Geração do PE, da responsabilidade da equipa da Professora Ana de Saint-Maurice do ISCTE. O 2º Relatório de Progresso, concluído em abril de 2012, focou a análise nos participantes acompanhados pelos vários projetos Escolhas. Assim, este 2º relatório de progresso teve como principais objetivos:

- Conhecer os públicos efetivamente participantes nos primeiros dois anos do Programa, 2010 e 2011;
- Identificar de que forma cumpriam e respondiam aos planos iniciais;
- Perceber como os projetos integraram as diferentes áreas de intervenção previstas pelo Programa.

Como balanço global da 4ª Geração do Programa Escolhas, podemos destacar o envolvimento de 89.232 indivíduos em 759.819 sessões de trabalho. A maioria dos/as nossos/as participantes têm entre os 14-18 anos (29,97%), são oriundos de 113 nacionalidades, verificando-se maior propensão para o risco no sexo masculino. Num contexto de dificuldades sociais acrescidas, não podemos deixar de destacar muito positivamente o sucesso escolar global dos/as nossos/as participantes (86,7% em 2011/2012), bem como a capacidade de **reintegrar 9.776 jovens** que estavam totalmente desocupados/as e que foram reintegrados/as em escola, formação ou emprego. Destacamos, ainda, as 13.949 certificações no domínio das TIC.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

1. Lançamento da 5ª Geração do Programa Escolhas

O ano de 2012 estabeleceu-se, igualmente, e sobretudo a partir do 2º semestre, enquanto período de estruturação da 5ª Geração do Programa Escolhas, que se inicia a 1 de janeiro de 2013, manifesto nas seguintes etapas:

- Publicação do Despacho Normativo nº17/2012 de 16 de agosto de 2012 (Regulamento);
- Abertura do Período de Candidaturas *online* a 16 de agosto de 2012;
- Realização de 16 Sessões de Esclarecimento de 28 de agosto a 25 de setembro;
- Final do Período de Candidaturas a 8 de outubro de 2012;
- Período de Avaliação de Candidaturas entre 9 de outubro e 16 de novembro;
- Sessão do júri – 26 e 27 de novembro;
- Divulgação dos resultados - 30 de novembro;
- Envio dos Termos de Aceitação – 3 de dezembro;
- Sessão pública de assinatura de protocolos - 17 de dezembro.

Tendo sido efetuados 835 registos no sistema *online*, foram efetivamente recebidas 273 candidaturas. Com o final do período de candidaturas a 8 de outubro de 2012, o período de avaliação de candidaturas decorreu entre 9 de outubro e 16 de novembro, de acordo com as seguintes etapas do secretariado:

- 1ª avaliação: Seriação prévia por equipa de avaliação - 9 a 20 de outubro;
- 2ª avaliação: Consolidação por equipa de zona – 22 de outubro a 3 de novembro;
- 3ª avaliação: - Avaliação efetuada pelas áreas transversais (Medida IV, NFAL, Departamento Jurídico, validação de Dinamizadores Comunitários) – 5 de novembro a 16 de novembro;
- Envio de informação para o júri - 20 de novembro.

A seleção das candidaturas fez-se com base na aplicação dos critérios que constam no Regulamento (Art.º 12º). Para tal foi construída uma matriz comum para todos os/as candidatos/as, onde se operacionalizaram os critérios, a qual foi divulgada no *website* do PE no dia seguinte ao da publicação do Regulamento. Da aplicação desta matriz, resultou uma seriação prévia por equipa de avaliação. De forma a minimizar os riscos de conhecimento prévio sobre os projetos candidatos, não só os/as avaliadores/as se submeteram a um Código de Ética subscrito por todos/as, como as candidaturas de cada zona foram avaliadas numa outra zona que não a de origem da mesma.

Após as diversas fases de avaliação já anteriormente descritas, e com base na seriação interna prévia que o Secretariado técnico elaborou, o Júri reuniu nos dias 26 e 27 de novembro, no Hotel Arribas, na Praia das Maças, tendo deliberado sobre os 110 projetos a aprovar. Assim, e conforme previsto, no dia 30 de novembro foram divulgados os resultados.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Estas 110 candidaturas (27 do Norte, 13 do Centro, 52 de Lisboa e Vale do Tejo, 8 do Alentejo, 7 do Algarve e 3 das Regiões Autónomas) correspondem a um envolvimento de 936 parceiros, sendo que em média os projetos envolvem entre 8 a 9 instituições nos Consórcios. A maioria desses parceiros são Escolas ou Agrupamentos de Escolas (164), IPSS ou equiparadas (137), CPCJ (90), Juntas de Freguesia (90) e Municípios (81) – vd detalhes no quadro em baixo.

Parceiros envolvidos nos projetos aprovados	
Tipo de Instituição Parceira do universo das financiadas	Número
Escola ou agrupamento de escolas	164
Instituição Particular de Solidariedade Social ou Equiparada	137
CPCJ	90
Junta de Freguesia	90
Município	81
Instituto Português do Desporto e Juventude	38
Empresa Privada	35
Associação juvenil	29
Associação desportiva e/ou cultural	28
Outra Associação	24
PSP e/ou GNR	24
Associação de desenvolvimento local	21
Associação de imigrantes e/ou Comunidades Ciganas	17
Empresa Pública	17
Centro de Saúde	14
Outras tipologias	127
Total	936

No que diz respeito às medidas abrangidas nos 110 projetos, realça-se a abrangência generalizada dos projetos aprovados, sendo que nesta 5ª Geração apenas três não se candidataram à Medida IV.

Número de Candidaturas financiadas por medida	
Medida na 5ª Geração	Número
Medida I - Área estratégica da inclusão escolar e educação não formal	110
Medida II - Área estratégica de formação profissional e empregabilidade	110
Medida II - Área estratégica da dinamização comunitária e cidadania	110
Medida IV - Área estratégica da inclusão digital	107
Medida V - Área estratégica do empreendedorismo e capacitação dos jovens	110



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Finalmente, destacamos o crescimento esperado em algumas áreas na 5ª Geração, sendo que os dados apresentados são estimativas face às 110 candidaturas aprovadas, às quais se juntarão 15 projetos em 2014 e outros 15 projetos em 2015. Efetivamente será um desafio renovado para – continuarmos - a fazer mais e melhor.

Na 5ª Geração queremos continuar a *Fazer Mais e Melhor, Com Menos, permitindo Inovar na Continuidade*. Ao ativar a sociedade civil ainda mais na implementação das respostas, e ao reforçar o rigor inteligente no acompanhamento e avaliação, a 5ª Geração continuará a permitir, em tempos de crise, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social nas áreas mais críticas.

Assim, partindo da experiência acumulada, a 5ª Geração do Programa fundamenta-se na consolidação do modelo já prosseguido anteriormente, introduzindo alguns aspetos que permitirão reforçar a qualidade global das suas ações, nomeadamente:

- a) Fazer mais com menos. O orçamento do E5G será reduzido em 1/3 face à 4ª Geração permitindo, ainda assim, mais projetos, mais participantes e mais ambição. Prevê-se chegar a um custo anual de 89€ por jovem (face aos 596€ na 1ª Geração) e a um diário por participante de 0,37€ (face aos 2,48€ da 1ª Geração).
- b) Modelo anual de acesso permitirá respostas mais rápidas: acesso por candidaturas plurianuais (110) e através de projetos anuais para a inovação social (15 em 2014 e 15 em 2015);
- c) Criação de novas atividades adequadas aos desafios atuais – igualdade de género, envelhecimento ativo, combate ao racismo e à discriminação, entre outros;
- d) Total modularidade dos financiamentos – base comum (40.000 euros/ano), cumulável numa lógica de “maior ambição, mais meios”.
- e) Bonificação de consórcios que envolvam o Instituto Português do Desporto e Juventude, Autarquias e Juntas de Freguesia, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Forças e Serviços de Segurança, Escolas, Empresas – os projetos enquanto centros de recursos para onde convergem políticas públicas;
- f) Reforço da empregabilidade e da formação profissional resultante do estreitar de parcerias estratégicas com o IEFP e as Empresas, nomeadamente através do apoio à criação de emprego jovem, respostas de qualificação profissional e de empresas geridas pelas/os jovens;
- g) Maior apoio a iniciativas promovidas pelos/as próprias/os jovens e reforço de mecanismos de participação dos/as jovens nos projetos e agora também no próprio Programa (ex: Assembleia de jovens que apoiará decisões estratégicas da Coordenadora Nacional e concurso anual de ideias para jovens com financiamento até 50% das iniciativas das/os jovens);
- h) Manutenção da figura do/a dinamizador/a comunitária/o – jovens dos 19 aos 35 anos oriundos das comunidades que serão responsáveis por desenvolver atividades, que terão que terminar com o mínimo do 12º ano e que são modelos de referência positiva nas suas comunidades;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- i) Reforço da estrutura de acompanhamento aos projetos – reforçar o apoio do PE aos projetos locais, simplificar a gestão mantendo o rigor;
- j) Maior focalização das/os participantes prioritários/as – abandono escolar, desemprego jovem, comportamentos de risco.

A evolução do Programa Escolhas entre 2001 e 2012 pode sintetizar-se da seguinte forma:

	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração	4ª Geração	5ª Geração*
Nº de locais de intervenção	50	87	120	134	110 + 30*
Nº de destinatários	6.712	43.199	85.021	89.232	69.000*
Nº de técnicos envolvidos	170	394	480	850	911*
Nº concelhos com projetos	17	54	70	71	60*
Nº de parceiros	111	412	776	1040	936*

* Os dados referem-se apenas aos 110 projetos aprovados. Com a aprovação de 30 projetos adicionais em 2014 e 2015, as metas serão, naturalmente, revistas em alta.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

VIII. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

1. Enquadramento

No decurso do ano de 2012 houve alterações na composição da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), em virtude do fim do mandato de vários dos seus membros e a realização de eleições. Assim, a composição da CICDR em 2012, passou a ser a seguinte:

- *Representantes da Assembleia da República:* Deputada Maria Helena André e Deputada Nilza Mouzinho de Sena
- *Representante do Departamento do Governo responsável pela Solidariedade e Segurança Social:* Joana Vallera
- *Representante do Departamento do Governo responsável pela Educação:* Lina Varela
- *Representante do Departamento do Governo responsável pelo Emprego e Economia:* Fernanda Estevez
- *Representantes das Associações de Imigrantes:* Djarga Seidi, Joana Ruivo (substituiu Vanessa Bueno) e Iolanda Veiga. Atendendo ao empate verificado nas eleições realizadas, Vanessa Bueno e Iolanda Veiga acordaram em dividir o mandato, isto é, durante o período de 1 ano e seis meses, seria Vanessa Bueno (agora substituída por Joana Ruivo) a representante com direito a voto (e Iolanda Veiga poderá participar nas reuniões da CICDR na qualidade de observadora) e depois desse período será Iolanda Veiga a ter assento na CICDR, com direito a voto.
- *Representantes das Associações Anti-Racistas:* José Falcão e João Silva
- *Representantes das Centrais Sindicais:* Catarina Tavares e Carlos Trindade
- *Representantes das Associações Patronais:* Helena Leal e António Vergueiro
- *Representantes das Associações de Direitos Humanos:* Teresa Tito de Morais Mendes e Luís Braga
- *Representantes designados pelos restantes membros:* Macaísta Malheiros, Gustavo Behr e Victoria Konrad.

2. Atividades da CICDR

Em 2012, a CICDR realizou três Reuniões Plenárias. Estas reuniões decorreram, respetivamente, a 19 de janeiro, 13 de março e 5 de setembro. No âmbito destas reuniões, a CICDR tomou conhecimento, pronunciou-se, emitiu parecer e deliberou, sobre várias questões, entre as quais se destacam:

- acompanhamento da evolução dos principais processos de contraordenação e queixas decorrentes da prática de atos discriminatórios em função da raça, nacionalidade ou origem étnica;
- apresentação e discussão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- apresentação do Relatório Anual 2011 – UVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial;
- apreciação e votação dos trabalhos apresentados no âmbito do “Concurso de Fotografia – Portugal – Múltiplas Vivências de Fé”;
- análise da proposta do diploma do “Regime Jurídico das Contraordenações por discriminação em razão da raça, origem étnica, cor, ascendência, nacionalidade, território de origem ou religião”.

Para além das ações ordinárias da CICDR, há a assinalar, no decurso de 2012, a realização das seguintes atividades:

- Seminário *Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial*: o Seminário foi um dos fóruns mais importantes onde se debateu o tema e onde tivemos diversas/os especialistas que deram diversos *inputs* muito importantes sobre a temática. Com esta iniciativa, visámos promover o debate e a reflexão em torno da temática do Racismo em Portugal, mobilizando o diálogo entre investigadores/as, decisores políticos, representantes de organizações da sociedade civil, entre outros.
- Concurso de Fotografia *Portugal: Múltiplas Vivências de Fé*: divulgação dos resultados e entrega dos prémios.

3. Comissão Permanente da CICDR

Deliberações em processos submetidos à sua apreciação: uma das competências essenciais da Comissão Permanente da CICDR é o acompanhamento da tramitação de processos de contraordenação apresentados no domínio da discriminação em função da raça, nacionalidade ou origem étnica. No âmbito da tramitação dos processos de contraordenação por práticas de atos discriminatórios em função da nacionalidade ou origem étnica, a Comissão Permanente da CICDR tem competências próprias para receber o relatório final da fase instrutória e pronunciar-se de forma não vinculativa sobre a sanção e aplicação das coimas e sanções acessórias. Do conjunto das queixas que deram origem a apreciação pela Comissão Permanente da CICDR em 2012 decorreram 20 deliberações, nos seguintes termos:

- 29 propostas de arquivamento de processos contraordenacionais por força das propostas constantes dos relatórios finais das Inspeções-Gerais competentes para a instrução dos processos;
- 4 solicitações de reabertura de instrução e solicitação de diligências complementares de prova e/ou esclarecimentos adicionais;
- 2 decisões de envio de processos contraordenacionais ao Ministério Público;
- 2 decisões de condenação de arguido.

Breve análise do total das queixas recebidas em 2012: Em 2012 foram recebidas pela CICDR **113** queixas, das quais resultaram os seguintes desenvolvimentos:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Processos de contraordenação enviados às inspeções-gerais competentes	26
Participações enviadas à Autoridade para as Condições do Trabalho (A.C.T.)	11
Participações reportadas à Linha Internet Segura	13
Participações enviadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (E.R.C.)	5
Participações reencaminhadas para a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE)	3
Participações incompletas/incorrectas	19
Pedidos de Informação	35
Participações enviadas ao Ministério Público	1
TOTAL	113

Os números aqui apresentados relativos a processos de contraordenação não abrangem queixas referentes a práticas discriminatórias de âmbito laboral, uma vez que esses casos são da competência da Autoridade para as Condições do Trabalho. Também não são analisadas as queixas cujos factos se relacionam com a prática de crimes, muitas das vezes já na fase de investigação, em que a competência para a sua apreciação pertence às autoridades criminais. Sucede ainda que nem todas as queixas dão origem à abertura de processos de contraordenação. Várias razões justificam essa ocorrência, nomeadamente o facto de a mediação prévia ser bem sucedida ou a verificação de ausência de resposta das/os denunciante(s) a pedidos de esclarecimentos formulados pela CICDR sobre aspetos essenciais do teor das queixas, de forma a poder habilitar e dar continuidade à respetiva tramitação.

Entre as áreas onde se incluem os processos instaurados, destacam-se: 9 processos no comércio; 7 no acesso à habitação; 4 relativos a agentes de segurança; 2 na saúde; 2 nos transportes; 1 no ensino superior; e 1 no apoio social.

No que concerne à nacionalidade ou origem étnica das alegadas vítimas, destaca-se a brasileira com 20 queixas, seguindo-se: 17 de etnia cigana, 3 de nacionalidade russa, 3 de nacionalidade romena, 2 de nacionalidade são-tomense, 2 de nacionalidade ucraniana, 1 de nacionalidade cabo-verdiana, 1 de nacionalidade moldava, 1 de nacionalidade angolana, 1 de nacionalidade búlgara, 1 de nacionalidade venezuelana, 1 de nacionalidade paquistanesa, 1 de nacionalidade italiana, 1 de nacionalidade irlandesa, 1 de nacionalidade chilena, 1 de nacionalidade britânica. Acrescem 20 com nacionalidade ou origem por identificar e 36 com esta variável não aplicável.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

4. Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE)

A UAVIDRE resulta de um protocolo celebrado entre a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e o ACIDI, tendo entrado em funcionamento no dia 1 de maio de 2005. Esta Unidade presta apoio, de forma gratuita e confidencial, às/aos imigrantes vítimas de crimes em geral e a todas as vítimas de discriminação racial, imigrantes ou portuguesas/as, disponibilizando informação genérica e apoio emocional, social, jurídico e psicológico de uma forma gratuita, confidencial, personalizada, humanizada e qualificada. Para além deste apoio, visa, igualmente, a promoção dos direitos das/os imigrantes em território nacional e o conhecimento do seu estado de integração no mercado laboral.

No ano de 2012 a UAVIDRE registou **482 processos de apoio**, contabilizando novamente um aumento em relação aos anos anteriores. No que diz respeito ao ano de 2012 houve um acréscimo de 2,5% no número de situações registadas em comparação ao ano de 2011. Em 390 dos processos registados (80,9%) a problemática apresentada efetivamente configura um tipo de crime. De acordo com os dados apurados, no mês de janeiro ocorreu maior afluxo de utentes (13,1%), seguindo-se os meses de maio (11%) e de fevereiro (9,5%):

Mês	N	%
Janeiro	63	13,1
Fevereiro	46	9,5
Março	44	9,1
Abril	28	5,8
Maio	53	11
Junho	28	5,8
Julho	53	11
Agosto	46	9,5
Setembro	35	7,3
Outubro	38	7,9
Novembro	24	5
Dezembro	24	5
Total	482	100

No que se refere aos apoios específicos prestados, assinala-se:

- O *apoio jurídico específico* traduziu-se em 19 informações ao processo-crime; 17 preenchimentos do requerimento de proteção jurídica; 16 informações ao processo de regulação das responsabilidades parentais; 12 propostas ao Ministério Público de aplicação de medidas de coação contra o/a arguido/a; 9 situações de apoio na redação de queixa ou denúncia; 7 informações ao processo de divórcio; 6 pedidos de indemnização a vítimas de crimes violentos; 5 pedidos de regulação ou alteração do exercício das responsabilidades parentais e 8 tipos de apoio diverso. O apoio jurídico revelou-se essencial para garantir a segurança das/os utentes e o pleno exercício dos seus direitos em tempo útil, sobretudo nas situações em que não



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

teriam direito ou que não poderiam aguardar pelo apoio judiciário providenciado pela Segurança Social.

- Na vertente do *apoio psicológico*, em 2012 foram registadas 211 intervenções de apoio emocional; 9 intervenções psicológicas continuadas (três casos a mais do que em 2011) e 7 intervenções psicológicas pontuais. Também o apoio psicológico revelou-se essencial para remediar as consequências da vitimação e para prevenir a vitimação secundária nas mais diferentes tipologias de crime.
- Quanto ao *apoio social*, os registos verificados dizem respeito a articulação com casas abrigos (7 situações) e com a Linha Nacional de Emergência Social (3 situações) para o acolhimento de utentes, o fornecimento de alimentos (4 situações) e o pagamento de pensão ou residencial (3 situações) quando não foi encontrada solução para o acolhimento de utentes em situação de risco.

No que se refere ao apoio direto prestado a vítimas de discriminação racial ou étnica, em 2012 a UVIDRE registou um total de 49 processos de apoio. No âmbito destes processos, a equipa da UVIDRE prestou apoio psicológico continuado a uma utente, vítima de discriminação racial no acesso à habitação, tendo também elaborado e encaminhado cinco queixas de contraordenação por práticas discriminatórias.

Paralelamente às situações de discriminação enquanto contraordenação, em 2012 a UVIDRE registou também processos enquadrados no crime de ameaça e de ofensas à integridade física em que houve referência a motivos racistas ou xenófobos para a prática do crime.

Para além do apoio direto prestado aos utentes, a equipa da UVIDRE participou na elaboração do *Enar Shadow Report 2011/2012* sobre a discriminação vivenciada pelos/as imigrantes e minorias étnicas em Portugal nos diversos sectores da vida social (acesso à saúde, habitação, justiça, educação, dentre outros fatores). O relatório será oportunamente publicado.

As grandes fragilidades observadas pela UVIDRE no que se refere à discriminação racial ou étnica são, por um lado, a falta de informação das próprias vítimas para reconhecerem as situações de que são alvo, e por outro, a falta de confiança nos serviços de apoio disponíveis e nas entidades responsáveis pelos processos criminais ou de contraordenação. Com o fim de colmatar tais fragilidades, a UVIDRE investe em ações de sensibilização voltadas à disseminação de informações sobre as práticas discriminatórias legalmente proibidas e sobre os direitos das vítimas dessas situações, tendo realizado 10 ações em 2012, que atingiram cerca de 125 pessoas, dentre cidadãos/ãos imigrantes e profissionais que lidam diretamente com essa população. Apesar dos esforços manifestados, ainda é sentida uma forte resistência por parte dos/as utentes em apresentar queixa (veja-se que em apenas 5 das 49 situações registadas houve o apoio para a redação da queixa), seja porque consideram que sentir-se discriminado faz parte do seu processo migratório, seja porque acreditam que um processo formal não terá um reflexo positivo para a superação da situação de vitimação vivida.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

IX. CONSELHO CONSULTIVO PARA OS ASSUNTOS DA IMIGRAÇÃO (COCAI)

1. Enquadramento

O Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) é o órgão consultivo que funciona junto do ACIDI e visa assegurar a participação e a colaboração das associações representativas das/os imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

Com importantes e diversificadas competências cabe-lhe, entre outras, a de se pronunciar sobre os projetos de diplomas relativos aos direitos dos/as imigrantes; participar na definição das políticas de integração social que visem a eliminação das discriminações e promovam a igualdade; participar na definição de medidas e ações que visem a melhoria das condições de vida dos imigrantes e acompanhar a sua execução; participar na defesa dos direitos das/os imigrantes; bem como exercer outras competências que lhe sejam atribuídas por lei. Art.º 6º Decreto-lei 167/2007, de 3 de Maio.

2. Constituição

Terminados em 2011 os mandatos das/os representantes do Conselho Consultivo do anterior triénio, o ano de 2012, teve início com a constituição do novo COCAI para o triénio 2012-2014. Neste âmbito, teve lugar o processo de eleição dos/as representantes das comunidades imigrantes e a nomeação das/os representantes dos parceiros sociais e instituições de solidariedade social nos termos do Decreto-lei nº 167/2007, de 3 de Maio. Concluído o processo de eleição e designação dos representantes do COCAI, a composição do COCAI concretizou-se da seguinte forma:

- *Representante da Comunidade Angolana*, como efetiva, Vera Marina de Sousa Magalhães e como suplente Jerónimo David;
- *Representantes da Comunidade Brasileira* Carlos Henrique Vianna Pereira e Ricardo Amaral Pessoa;
- *Representante da Comunidade Cabo-verdiana*, Felismina Rosa Mendes;
- *Representante da Comunidade Guineense*, Afonso Gomes;
- *Representante da Comunidade Moçambicana*, Lívio Sebastião de Moraes;
- *Representante da Comunidade São-tomense* Honório Lavres de Oliveira e Fernando Cardoso Pimentel Neto;
- *Representante da Comunidade Ucrariana*, como efetiva, Galina Leonova e como suplente, Valentina Borissovna Vassilenko;
- *Representante da Comunidade Chinesa*, Y Ping Chow;
- *Representante da Comunidade Moldava*, Oleg Boghenco;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- *Representante das associações representativas* não filiadas em nenhuma das comunidades imigrantes dos países de língua portuguesa e das três comunidades de imigrantes mais numerosas, Timóteo Macedo;
- *Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social*, como efetivo, José Venâncio Quirino e como suplente, Mário Silva;
- *Representante das Instituições que trabalham com imigrantes* – JRS - Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados, André Costa Jorge e pela Associação Olho-Vivo Maria Flora Silva;
- *Representantes das Associações patronais*, como efetivos, Joaquim Moura e Helena Leal, como suplente Cristina Nagy Morais;
- *Representante da Central Sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT)*, como efetiva, Catarina Tavares, como suplente Carlos Manuel Alves;
- *Representante da Central Sindical Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CCTP – IN)*, como efetivo Carlos Trindade, como suplente Manuel Correia;
- Na qualidade de *Cidadãos de Reconhecido Mérito*, João Peixoto e Celeste Correia;
- Na qualidade de *Representante do membro do Governo* que tutela os assuntos relativos à emigração e comunidades portuguesas, Cristina Pedroso;
- Na qualidade de *Representante do Ministério da Administração Interna*, como efetivo, Manuel Jarmela Palos e como suplente, Francisco Marques Alves;
- Na qualidade de *Representante do Ministério da Economia e do Emprego*, como efetiva, Fátima Pisco e como suplente Ana Maria Moreira;
- Na qualidade de *Representante do Ministério da Solidariedade e Segurança Social*, como efetiva Joana Vallera e como suplente, Teresa Bomba;
- Na qualidade de *Representante do Ministério da Educação e Ciência*, como efetiva, Lina Varela, e como suplente, Isabel Simões de Oliveira;
- Na qualidade de *representante do Governo Regional dos Açores*, como efetiva Maria Graça Castanho e como suplente, Paulo Teves;
- Na qualidade de *Representante do Governo Regional da Madeira*, como efetivo, Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos e como suplente Celina dos Santos Cruz;
- Na qualidade de *Representante da Associação Nacional de Municípios*, como efetiva, Susana Amador, como suplente, Maria João Lopes.

3. Funcionamento

No âmbito e exercício das suas competências o COCAI reuniu 8 vezes em 2012, nos dias 18 e 31 de janeiro; 2 e 10 de abril; 15 de maio; 18 de julho; 21 de setembro e 19 de dezembro. Como grandes assuntos tratados e votados no COCAI salientam-se, entre outros, os seguintes:

- Apresentação e aprovação do programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI 2013);



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Apreciação e votação dos pedidos de apoio financeiro anuais e pontuais relativos ao ano de 2012;
- Apresentação e debate e da Proposta Lei n° 93/2012, que visa alterar a Lei 23/2007, de 4 de julho, que aprova o Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- Apresentação e debate sobre o Plano de Emergência Social - trabalho desenvolvido, dificuldades, e esclarecimentos;
- Apresentação e análise do relatório de execução do Plano para a Integração dos Imigrantes, através de reunião conjunta (COCAI/PII);
- Reconhecimento de representatividade de Associações de Imigrantes;
- Apresentação e debate da proposta de alteração legislativa ao regime jurídico das contraordenações por discriminação em razão da raça, origem étnica, cor, ascendência, nacionalidade, território de origem ou religião;
- Processo de atualização da Lista das Associações de Imigrantes que relevam para efeitos de comprovação da existência de relação laboral nos termos da alínea a) do n°2 do art.º 88 da Lei 23/2007, de 4 de Julho, alterada pela lei 29/20012, de 9 de Agosto;
- Apresentação e debate da proposta de alteração ao Decreto Regulamentar 84/2007, de 5 de Novembro, que regulamenta a Lei 23/2007, de 4 de Julho, relativa ao Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

X. CONHECER MAIS PARA AGIR MELHOR

1. Observatório da Imigração

Entre as suas múltiplas áreas de intervenção, o ACIDI tem dedicado também particular atenção à monitorização da integração de imigrantes e das políticas que afetam a sua vida em Portugal. Recorrendo a uma colaboração estratégica essencial com a academia e centros de investigação, através do seu Observatório da Imigração (OI), o ACIDI tem seguido a filosofia “conhecer mais para agir melhor”. Neste âmbito, e dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, em 2012, as atividades do OI ficaram marcadas por: o lançamento de novos estudos nas suas variadas linhas editoriais; a organização de seminários para promover o debate e um melhor conhecimento acerca dos temas que marcam a atualidade das migrações; e por a disseminação de informação e de conhecimento através do seu *site* e do Centro de Documentação do ACIDI.

1.1. Estudos e Publicações do Observatório da Imigração

Em 2012 o OI reforçou as suas linhas editoriais de disseminação gratuita, disponíveis em versão impressa e suporte digital em www.oi.acidi.gov.pt, com **5** novas publicações (2 edições em papel e 3 em formato digital) e o encerramento de **4** novos estudos. Esta execução física do OI, nas suas várias linhas editoriais, foi em 2012 fortemente afetada por um conjunto de fatores de ordem administrativa e financeira.

Coleção Estudos OI: tendo por finalidade apresentar, em cada Estudo, uma reflexão científica e pertinente sobre um determinado tema na vertente da imigração, no ano de 2012 o OI conclui **4** novos estudos, embora não publicados:

Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos sectores de serviços. Estudo de Maria da Conceição Cerdeira (coordenadora), Ilona Kovács, João Peixoto, João Dias e Catarina Egreja (SOCIUS – ISEG).

Quando o trabalho desaparece: imigrantes em situação de desemprego em Portugal. Um estudo prospetivo. Estudo de Pedro Góis e José Carlos Marques (CES – Universidade de Coimbra) – estudo cofinanciado pela Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

Educação e Imigração: a Integração dos alunos do ensino básico nas escolas do centro histórico de Lisboa. Estudo de Maria João Hortas e Lucinda Fonseca (CEG, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa)

Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal. Estudo de Teresa Líbano Monteiro, Verónica Policarpo e Vanda Ramalho (Universidade Católica Portuguesa) – estudo cofinanciado pelo Instituto de Segurança Social no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social de 2010.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Coleção de Teses: esta coleção pretende divulgar as dissertações de mestrado e de doutoramento, de reconhecido interesse, sobre imigração e diálogo intercultural em Portugal, que dificilmente de outra forma chegariam ao grande público. Em 2012 esta coleção ganhou **3** novos volumes.

Casais Biculturais e Monoculturais: diferenças e recursos. Tese de Doutoramento de Wolgang Lind. Volume 38. Dezembro de 2012. ISBN 978-989-685-047-0.

Processo de Realojamento e apropriação do espaço num bairro multi-étnico. Dissertação de Mestrado de Hélia Bracons Carneiro. Volume 39. Dezembro de 2012. ISBN 978-989-685-048-7.

Uma análise contextual de apropriações diferenciadas da língua portuguesa por sujeitos imigrantes. Dissertação de Mestrado de Cristina Valentim. Volume 40. Dezembro de 2012. ISBN 978-989-685-049-4.

Revista Migrações: com natureza temática, formato científico e suporte digital, proporciona um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. Esta revista semestral publica ainda textos originais que possam contribuir para a reflexão, conceção e/ou avaliação de políticas públicas em matéria de imigração, podendo ter a forma de artigos científicos, artigos de opinião, notas e resenhas de livros da área da imigração. Em 2012 foram lançados mais **2** volumes: em Abril um número temático dedicado a *Imigrantes e Envelhecimento Ativo*, com coordenação científica de Fernando Luís Machado, para assinalar o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações de 2012; e em Outubro um número não temático com oito artigos científicos originais e um artigo de opinião.



Coleção Portugal Imigrante: em 2012 foi também lançado o estudo nacional “*Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades*”, coordenado por Jorge Malheiros, da Coleção Portugal Imigrante do Observatório da Imigração, da qual fazem parte 22 estudos locais de caracterização da população imigrante. Partindo dos estudos municipais de caracterização da população imigrante e dos decorrentes desafios e potencialidades destes para as dinâmicas de desenvolvimento a nível local, o estudo nacional traça um diagnóstico global da imigração não comunitária em Portugal do



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

primeiro decénio do século XXI. Os estudos nascem de um inquérito nacional aplicado a uma amostra de 5.673 imigrantes oriundos de países exteriores à União Europeia, que também caracteriza os agregados familiares compostos por 13.634 indivíduos e que deu origem a duas Base de Dados com informação relevante sobre as características da imigração nos municípios portugueses (as bases de dados encontram-se disponíveis para consulta em

<http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=160>).



1.2. Site OI

Em 2012 foi dada continuidade ao trabalho regular de edição e atualização do sítio do Observatório da Imigração. Foram registadas 67.909 visitas o sítio do OI, assinalando-se os meses de janeiro e maio como aqueles com valores mais elevados de visitas.

O site tem-se mantido como um instrumento de consulta para académicos, estudantes, jornalistas, representantes da sociedade civil e organizações não governamentais, quadros da administração pública e imigrantes. Assim, o site tem atingindo um conjunto alargado de utilizadores/as que procuram informação especializada e fiável sobre o fenómeno migratório em Portugal e sobre a atualidade das políticas e das publicações na área das migrações. No ano de 2012, realça-se, em especial, o reforço da disponibilização de estatísticas compiladas e trabalhadas pelo Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI.

2. Organização de Workshops, Seminários e Conferências

Procurando continuar a estimular mais debate e diálogo entre os investigadores/autores, decisores políticos, representantes da sociedade civil e de associações de imigrantes, comentadores e audiência, em 2012, o ACIDI através do seu Observatório da Imigração voltou a organizar vários Workshops e Seminários de reflexão científica:

- Fez parte da Comissão Científica e Organizadora da *Second Steering Committee Meeting do projecto Integration of highly skilled third country nationals in Europe: a new proposal for circular talento management*, que decorreu no CNAI-

86



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

ACIDI em Lisboa, entre 26 e 27 de abril de 2012, tendo sido promovida uma sessão plenária acerca de “International mobility and patterns of economic Integration of highly skilled third country nationals” com investigadores/as nacionais convidados como João Peixoto, José Carlos Marques e Beatriz Padilla, e representantes de organizações da sociedade civil como foi o caso do diretor do JRS, André Costa Jorge.

- Fez parte da Comissão Científica e Organizadora do *Seminário de Apresentação Nacional dos resultados do Immigrant Citizens Survey (ICS): assessing needs, evaluating policies and improving capacities*, que decorreu em Lisboa, no auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, a 25 de maio de 2012. Enquanto parceiro português do projeto, o ACIDI, IP promoveu o lançamento dos resultados deste estudo que teve como objetivo geral uma comparação entre diferentes países da União Europeia no que se refere à opinião dos imigrantes acerca das políticas de integração de que são alvo. Esta sessão de lançamento contou com a presença do Jan Niessen, Diretor do Migration Policy Group e coordenador científico do projeto, e a Sra. Alta Comissária. No âmbito deste seminário foi promovida ainda uma mesa redonda acerca de “Avaliar as políticas de integração de imigrantes em Portugal: que recomendações?”, moderada por Carlos Raleiras (produtor do Programa Gente como Nós na Antena 1), com a participação de Nilza de Sena (Deputada PSD - Conselheira da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial - CICDR), Paulo Mendes (Coordenador Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal - PERCIP), Flora Silva (Presidente Associação Olho Vivo), Celeste Correia (Conselheira do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração - COCAI), Lucinda Fonseca (Investigadora do IGOT) e Roberto Carneiro (Coordenador do Observatório da Imigração).
- Promoveu a *Sessão de Lançamento de Estudos do Observatório da Imigração*, que decorreu a 29 de junho de 2012, no auditório do CNAI – ACIDI, onde decorreu uma sessão acerca de “**Imigração e Trabalho Doméstico: o que está estudado?**” (mais em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3395>). Esta sessão decorreu na presença da Alta Comissária, Rosário Farmhouse, e da Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Natividade Coelho, e foi encerrada pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte. A Sessão foi desenvolvida a partir de duas mesas-redondas, uma acerca da imigração e o trabalho doméstico na perspetiva académica e outra de discussão acerca de “Que desafios e recomendações para o trabalho doméstico imigrante em Portugal?”. À semelhança de outras iniciativas do Observatório da Imigração, esta sessão sentou à mesa inúmeros/as investigadores/as - Fernando Luís Machado (CIES-ISCTE), Catarina Reis Oliveira (ACIDI), Manuel Abrantes (SOCIUS-ISEG) e de Fátima Suleman (Dinamia, ISCTE-IUL) –, representantes de instituições



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

públicas - Carlos Montemor (Autoridade para as Condições do Trabalho), Duarte Miranda Mendes (Chefe de Gabinete - ACIDI, IP) -, de uniões sindicais - Catarina Tavares (UGT e conselheira do COCAI) e Manuel Correia (CGTP e conselheiro do COCAI) - e da sociedade civil - Aurora Doana (Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes), Magdala de Gusmão (Associação ComuniDária).

- Promoveu a 18 de dezembro de 2012, Dia Internacional dos Migrantes, na Fundação Calouste Gulbenkian, as **VI Jornadas do Observatório da Imigração**. Estas Jornadas tiveram como destaque a apresentação e discussão do estudo nacional “*Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades*”, coordenado por Jorge Malheiros, da Coleção Portugal Imigrante do Observatório da Imigração, da qual fazem parte 22 estudos locais de caracterização da população imigrante (mais em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=128>). À semelhança de edições anteriores, a iniciativa visou promover o debate e a reflexão em torno da integração dos imigrantes a nível local, mobilizando o diálogo entre investigadores/as, decisores políticos, representantes de organizações da sociedade civil e todas/os as/os interessadas/os, com particular relevância no que respeita ao poder local.

3. Centro de Documentação do ACIDI, I.P.

O Centro de Documentação do ACIDI, a funcionar todos os dias úteis entre as 10:00 e as 18:00, manteve em 2012 o principal objetivo de recolher e disponibilizar informação, geral e especializada, sobre temáticas da imigração e interculturalidade, produzida em Portugal e no estrangeiro. Na generalidade, o público-alvo do Centro manteve-se dominado por investigadores/as (nacionais e estrangeiras/os), professores/as, alunas/os do secundário, estudantes universitários, técnicos/as que trabalham de um modo geral com questões relacionadas com a imigração e líderes associativos.

O Centro de Documentação, de forma a facilitar a pesquisa às/aos utentes e apoiar o trabalho de diferentes organismos, procura regularmente obter, processar e compilar informação estatística pertinente ligada às diferentes áreas respeitantes à imigração e produzida por diferentes fontes. O Centro proporcionou também inúmeras visitas de estudo guiadas ao CNAI de Lisboa, tendo as mesmas o objetivo de dar a conhecer a estrutura e os serviços prestados pelo ACIDI aos/às imigrantes, assim como às/aos interessadas/os nas questões de imigração e diálogo intercultural.

Há a assinalar, no decurso de 2012, a realização das Semanas Temáticas, nos meses de fevereiro e março, dedicadas às temáticas *Imigração e Educação* e *Imigração e Diálogo Inter-religioso*, respetivamente, com o objetivo de dar a conhecer o espaço, o acervo bibliográfico existente para consulta, bem como as publicações do Observatório da Imigração subordinadas aos temas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

XI. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Contributos do ACIDI para Redes Internacionais

Participação na Rede de Pontos Nacionais de Contacto de Integração da União Europeia: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2012 a tutela do ACIDI ficou como ponto focal nas atividades da Rede supra, que permite acompanhar os trabalhos da Comissão Europeia e trocar experiências com os outros Estados Membros sobre políticas de integração dos/as imigrantes. O ACIDI manteve uma estreita articulação com esta rede, contribuindo com inúmeros pareceres, através do gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Participação na Plataforma para Acompanhamento da Implementação das Estratégias Nacionais de Inclusão dos ROMA: O ACIDI,IP, continuou a assegurar a representação nacional neste Fórum, criado em 2011, tendo assegurado presença no encontro de pontos focais de 17 e 18 de Novembro, e contribuído com pareceres para alguns documentos europeus nesta vertente.

Participação nas reuniões da FRA – Fundamental Rights Agency da União Europeia: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2012, o ACIDI enquanto ponto focal nacional, participou nas atividades e reuniões da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O objetivo das reuniões realizadas foi permitir um aprofundamento e análise dos objetivos, estratégias, boas práticas da referida Agência e ajudar a coordená-las ao nível nacional com os diversos organismos responsáveis nas áreas de atuação em que esses objetivos, estratégias se enquadram.

Apresentação e defesa dos 12º a 14º relatórios nacionais de implementação da Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial, no âmbito do Exame do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR) das Nações Unidas - “*List of themes to be taken up in connection with the consideration of the twelfth to fourteenth periodic reports of Portugal (CERD/C/PRT/12-14)*” -, , cujo projeto foi discutido em formato alargado à sociedade civil. A Alta-Comissária Rosário Farmhouse presidiu à delegação de Portugal, na qual também participou Vasco Malta do ACIDI, entre 19 a 21 de fevereiro em Genebra. Detalhes acerca desta avaliação podem ser consultados no portal do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH) em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRImplementation.aspx>

2. Comunicações do ACIDI em conferências e encontros internacionais

A internacionalização das políticas de integração de Portugal e/ou o seu reconhecimento como boas práticas, em especial no contexto europeu, têm motivado o convite ao ACIDI para a apresentação em conferências internacionais. No ano de 2012 destaca-se a



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

participação com comunicações de elementos da equipa do ACIDI nas seguintes conferências:

- Participação na *3rd Meeting of National Webmasters/Content Mangers assisting in the update of the EU Immigration Portal*, promovida por a Comissão Europeia - Directorate-General Home Affairs, a 20 de janeiro de 2012 em Bruxelas.
- Comunicação “Immigrants in the city: lessons from Portugal”, na conferência europeia *Successful Equality: belonging and participation in multicultural Europe*, promovida por o Center for Migrations and Citizenship at Ifri – Paris e a Fundação Calouste Gulbenkian, com o apoio da Comissão Europeia, em Lisboa a 26 de janeiro.
- Comunicação acerca de “Migration and Employment in Portugal”, na Reunião do EUROMED, Committee on Improving Quality of Life, “Exchange between civil societies and culture”, que teve lugar a 30 de janeiro de 2012 na Assembleia da República de Portugal em Lisboa.
- Participação na *Ad Hoc Group JHA financial instruments* - Discussão de Regulamento para o Fundo Asilo e Migrações 2014-2020, promovida por o Conselho da União Europeia - DG Home Affairs, a 23 e 24 de fevereiro em Bruxelas.
- Comunicação acerca do Programa Escolhas no Congresso sobre Abandono Escolar Precoce – COM, 1 e 2 de março, em Bruxelas (mais em http://ec.europa.eu/education/school-education/doc/esl/report_en.pdf)
- Comunicação acerca de “Immigrants and Integration: Lessons from Portugal”, na reunião da *Mediterranean Migration Network* em Nicosia – Chipre, entre 1 e 2 de março de 2012, promovida por CARDET – University of Nicosia – Chipre (mais detalhes em www.migrationnetwork.org).
- Participação na Conferência *Bringing the Charter to life - opportunities and challenges of putting the EU Charter on Fundamental Rights into practice*, promovida por a FRA e a Presidência da Dinamarca do Conselho da União Europeia, entre 15 e 16 de março em Copenhaga – Dinamarca.
- Comunicação acerca de “Civil Society Involvement in the welcoming and Integration of immigrants – the case of Portugal”, na ReSPA VI annual Conference *Good Governance through Participative Democracy and Client Oriented Public Administration*, em Danilovgrad – Montenegro, 19 e 20 de abril de 2012.
- Comunicação no *Closing seminar Awareness raising in the areas of non-discrimination and equality targeted at civil society organisations*, promovido por European Commission and Human European Consultancy, em Bruxelas entre 19 e 20 de abril.
- Comunicação sobre “*Challenges and Best Practices in the Protection of Migrant Rights*”, no Seminário promovido pelo *International Centre for Migration Policy Development* no quadro da parceria UE-África sobre Migrações, Mobilidade e Emprego, a 22 de maio, em Nairobi
- Comunicação acerca de “Hosting and Welcoming immigrants in Portugal: integration policies and services” no Seminário *Effective governance of immigrant integration*, promovido pelo Migration Policy Institute, em Washington DC – EUA, a 22 de maio (mais detalhes em



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

http://my.migrationpolicy.org/p/salsa/event/common/public/?event_KEY=49149).

- Comunicação acerca do modelo dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante no *Seminário Internacional de presentación de la guía: “Inclusión de los migrantes en las ciudades: políticas y prácticas urbanas inovadoras”*, promovido por UNESCO/ UN HABITAT, em Sevilha – Espanha, entre 22 e 24 de maio.
- Comunicação no Seminário *Anti-discrimination bodies: recent trends and challenges - ECRI Seminar for National Specialised bodies*, em Estrasburgo, entre 31 de maio e 1 de junho.
- Comunicação sobre o tema Portuguese Supporting Networks for Immigrants Integration, na conferência promovida pelo JRS Malta, no dia 25 de Junho, em Qawra, Malta.
- Participação na 7ª Reunião do European Integration Forum, no âmbito da audição pública sobre o direito ao reagrupamento familiar de nacionais de países terceiros, nos dias 31 de maio e 1 de junho, em Bruxelas, com uma comunicação sobre o caso português.
- Comunicação acerca de “Immigrants and Integration: lessons from Portugal”, na sessão plenária “Integration Practices” da Mediterranean Migration Network Conference, em Nicosia – Chipre, a 19 de junho de 2012 (mais em <http://www.migrationnetwork.org/conference/>).
- Comunicação acerca de “Developing integration indicators: can official data on immigrants measure integration and outcomes of policies?” no Workshop “Migrant Populations”, no âmbito do *Expert Seminar on «Employment Indicators»*, promovido pela DG Home da Comissão Europeia no contexto dos trabalhos acerca dos indicadores de integração de imigrantes, em Berlim – Alemanha, 25 e 26 de junho de 2012 (mais em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/employment_social_policy_equality/migrant_integration).
- Comunicação sobre Políticas Portuguesas de Integração dos Imigrantes e acesso ao direito no território de acolhimento, no quadro de sessão de formação promovida pela Organização Internacional das Migrações, junto da Unidade de Coordenação da Imigração de Cabo Verde, na Cidade da Praia, entre 17 e 18 de Julho
- Comunicação no Seminário *Education Indicators*, promovido pela DG Home da Comissão Europeia no contexto dos trabalhos acerca dos indicadores de integração de imigrantes, em Budapeste, 17 e 18 de setembro (mais em http://www.migpolgroup.org/events_detail.php?id=359).
- Comunicação sobre “Portuguese Networks for Immigrants Integration on Education”, na conferência promovida pelo European Network of Education Councils, no dia 15 de Outubro, em Larnaca, no Chipre.
- Comunicação no Equinet Communication Training regarding Racial Discrimination, em Malta, no dias 26 a 28 de Setembro – exemplo português
- Comunicação nos dias 30 a 31 de Outubro, a convite do European Roma Information Office, Bruxelas - Workshop with Equality Bodies and Roma Representatives – casos de discriminação racial sobre ROMA em Portugal
- Comunicação acerca de “Civil Society Involvement in the welcoming and Integration



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

of immigrants – the case of Portugal” por Susana Antunes, na Conferência Internacional *Social Innovatio and Social policy experimentation, Comissão Europeia, 25 de novembro;*

- Comunicações no âmbito do *Expert Seminar on «Social Inclusion & Active Citizenship Indicators»*, promovido pela DG Home da Comissão Europeia no context dos trabalhos acerca dos indicadores de integração de imigrantes, em Lisboa, 29 e 30 de novembro.

3. Projetos internacionais financiados pela Comissão Europeia em que o ACIDI participou

A Comissão Europeia tem vindo a apoiar ações e projetos que promovem a avaliação das políticas de integração das/os imigrantes, assim como a identificação de boas práticas nos Estados-membros, em especial ao abrigo do Programa de Financiamento INTI (Integration of Third-Country Nationals). O ACIDI, IP, através do seu Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, tem participado como parceiro português em diversos projetos que visam o estudo das políticas de integração de imigrantes nas suas variadas dimensões (e.g. habitação, discriminação, acesso à nacionalidade, partidos políticos, reagrupamento familiar, altamente qualificados, literacia financeira). Neste ano de 2012 destacam-se os contributos para os seguintes projetos:

Immigrant Citizens Survey (ICS): assessing needs, evaluating policies and improving capacities: dando continuidade ao trabalho iniciado em 2011, durante o ano de 2012 o ACIDI foi o parceiro português deste projeto europeu, com financiamento comunitário HOME/2009/EIFX/CA/1808, ABAC n.º30-CE-0394624/00-25. Este projeto, concluído neste ano, teve como objetivo geral uma comparação entre diferentes países da União Europeia, no que se refere à opinião dos/as imigrantes acerca das políticas de integração de que são alvo, procurando conhecer as experiências, necessidades e recomendações dos/as próprios/as imigrantes, procurando assim complementar os resultados do MIPEX que avalia apenas os enquadramentos legais dos Estados Membros em matéria de integração.

O estudo baseou-se na inquirição de uma amostra de mais de 7.000 imigrantes de 15 cidades europeias de 7 países (Bélgica, França, Alemanha, Hungria, Itália, Portugal e Espanha) acerca da sua perceção quanto à relevância das políticas e programas de integração implementadas em cada país e os impactos que esses têm nas suas vidas. Foram abordadas seis áreas-chave: acesso e situação no mercado de trabalho; conhecimento e formação de língua do país de acolhimento; participação cívica e política; reagrupamento familiar; residência de longa duração; e acesso à cidadania.

O estudo em Portugal incidiu sobre as três áreas metropolitanas com maior concentração de imigrantes (Lisboa, Setúbal e Faro), tendo sido inquiridos um total de 1259 indivíduos por uma equipa do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP). Vários aspetos podem ser destacados no que toca à situação



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

das/os imigrantes em Portugal (detalhes em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3371>).



Apesar de 73.5% dos/as inquiridos/as declararem que votariam se pudessem, os valores de participação cívica e política dos/as imigrantes em Portugal são, à escala europeia, comparativamente baixos. Os imigrantes e as imigrantes revelam, também, um desconhecimento geral sobre as atividades do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, sendo apenas 12% os/as inquiridos/as que estão a par da sua existência. As dificuldades sentidas no mercado de trabalho prendem-se sobretudo com a precariedade dos vínculos e, em contraste com as sociedades do norte da Europa, menos com a perceção de discriminação. Ainda que os/as inquiridos/as tendam a perceberem que as “autoridades têm demasiado poder” nos procedimentos de acesso à nacionalidade, reagrupamento familiar e residência permanente, verifica-se que é em Portugal – comparativamente com os restantes países em análise – que as/os imigrantes têm mais elevadas taxas de sucesso nos procedimentos e menor tempo de espera (particularmente no acesso à nacionalidade). Ainda que muitas/os inquiridas/os declarem não estudar ou aprender mais português por falta de tempo, boa parte das/os imigrantes que frequentaram cursos do Programa Português para Todos declararam que esse facto os ajudou a adquirir um emprego ou um melhor emprego (60%) e que o curso os ajudou a envolverem-se na comunidade local (62%).

Family Reunification – a barrier or facilitator of integration? (HOME/2010/EIFX/CA/1772 - Financiamento European Integration Fund Community Actions 2010): o ACIDI é o parceiro português deste projeto que pretende caracterizar a situação das/os imigrantes de países terceiros e de cidadãos e cidadãs da União Europeia relativamente ao Reagrupamento Familiar na última década (detalhes acerca deste projeto em <http://familyreunification.eu/>). É objetivo também do projeto caracterizar a forma como as políticas e o enquadramento legal facilitam ou restringem o direito à família. Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2011, durante o ano de 2012 o ACIDI, através do seu gabinete de estudos e relações internacionais, para um melhor conhecimento desta realidade promoveu a realização de inúmeras entrevistas com imigrantes que experimentaram o processo de reagrupamento familiar, promoveu focus groups com



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

representantes da sociedade civil e outros especialistas no tema do reagrupamento familiar, e redigiu o relatório nacional.

O estudo nacional intitulado “*Family Reunification in Portugal: the law in practice*”, de autoria de Catarina Reis Oliveira, João Cancela e Vera Fonseca, analisa o fenómeno do reagrupamento familiar na última década em Portugal, debruçando-se sobre as mudanças legislativas que enquadram o direito a viver em família das/os imigrantes e avaliando a prática da lei na vertente dos impactos dos requisitos exigidos aos/às imigrantes e seus/suas familiares. Através de dados quantitativos provenientes de diferentes fontes e de testemunhos de imigrantes, de representantes da sociedade civil e de mediadores/as interculturais, procurou-se obter uma imagem aproximada do modo como os textos legais têm sido operacionalizados, dos desafios e problemas enfrentados pelos/as que atravessam este processo e do seu impacto na integração dos/as imigrantes em Portugal. Vários estudos comparativos têm elogiado a abordagem portuguesa no que toca à política de reagrupamento familiar, não sendo este projeto exceção. De acordo com o MIPEX III, Portugal ocupa a posição cimeira na concessão do direito ao reagrupamento, num total de 31 países avaliados por as suas políticas de integração de imigrantes. O estudo na sua versão integral e resumida, bem como o relatório europeu comparado (com resultados do Reino Unido, Irlanda, Holanda, Áustria, Alemanha e Portugal) encontram-se disponíveis em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3421>



Integration of Qualified third country nationals in Europe: a new proposal for circular talent management (HOME/2010/EIFX/CA/1832 - Financiamento European Fund for Integration 2010): em Outubro de 2011 teve início este projeto europeu, no qual o ACIDI é o parceiro português. O projeto pretende analisar os processos de admissão e de integração de imigrantes qualificados em vários Estados-Membros e a sua relação com a migração circular. Pretende ainda desenvolver um enquadramento nacional das políticas de integração especialmente direcionado a trabalhadores altamente qualificados, bem como fornecer uma caracterização mais detalhada da situação destas/es imigrantes. Dando continuidade a este projeto, em 2012, o ACIDI concluiu o relatório de caracterização



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

nacional da situação dos/as imigrantes altamente qualificados/as em Portugal, da autoria de Catarina Reis Oliveira e Vera Fonseca (detalhes em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3422>) e contribuiu para a discussão do relatório europeu comparado com detalhes acerca da situação de Portugal, Espanha, Finlândia, Holanda e Bulgária. Detalhes acerca deste projeto podem ser consultados em <https://sites.google.com/site/integrationqualification/>

DivPol - Diversity in Political Parties Programmes, Organisation and Representation (HOME/2011/CFP/EIFX/CA/4000001978 – projeto financiado por o European Integration Fund 2011): em Dezembro de 2012 teve início este projeto europeu que resulta da parceria entre entidades de oito países europeus e com coordenação da CJD Eutin (Alemanha), no qual o ACIDI é o parceiro português. O projeto DivPol (mais informações em www.cjd-eutin.eu/149.o.html?L=2) pretende estudar a diversidade étnica e cultural dentro dos partidos políticos. Reconhecendo que as migrações trazem desafios para as estruturas política, económica, cultural e social das sociedades europeias, este projeto europeu procura monitorizar alguns dos desafios que se colocam, em particular, na integração das/os imigrantes na esfera política. A capacidade dos partidos políticos para se abrirem, enquanto organizações, aos/às imigrantes, contribui ainda para o incremento das oportunidades de participação destes cidadãos e destas cidadãs na vida pública. No momento da candidatura a este projeto o ACIDI contactou todos os partidos com assento parlamentar, tendo alguns confirmado nessa altura a sua disponibilidade e empenho para esse efeito designando uma pessoa de contacto para o efeito. É, pois, com expectativa que será desenvolvido este projeto que pretende mobilizar a participação de todos os partidos para esta caracterização da realidade nacional na vertente da participação das/os imigrantes na esfera política.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

XII. OUTRAS ACTIVIDADES DO ACIDI, IP

1. Promoção da igualdade de género

Pese embora não integre as competências do ACIDI de uma forma específica, a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres integra as suas preocupações, sobretudo tendo em consideração que as diferenças de género se verificam nas diversas comunidades imigrantes que escolheram Portugal como país de destino. Neste âmbito é de salientar a estreita articulação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), a entidade que integra esta área na sua missão.

Esta articulação tem sido feita de uma forma estruturada, sendo de realçar o trabalho realizado no âmbito dos Planos Nacionais para a Igualdade, Contra a Violência Doméstica, Contra o Tráfico de Seres Humanos e Programas de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, geridos e coordenados pela CIG e, no caso do ACIDI, pela integração de medidas específicas para esta área nos Planos para a Integração de Imigrantes.

Entre as atividades e medidas desenvolvidas em 2012, há a destacar:

Promoção de mecanismos de informação sobre parentalidade: ciente da importância da família para todas as comunidades residentes e da necessidade de um maior envolvimento dos pais e das mães numa área de atuação tradicionalmente vista como um domínio mais feminino, o ACIDI, em colaboração com a CIG, produziu um desdobrável sobre Parentalidade dirigido às comunidades imigrantes, disponível em 6 línguas: português, inglês, francês, romeno, russo e chinês. Este novo material será apresentado numa sessão pública a ter lugar no 1.º semestre de 2013.

Sensibilização/capacitação dos/as mediadores/as e técnicos/as dos CNAI e da Rede CLAII para a temática da Igualdade de Género: os/as técnicos/as da Rede de Centros Locais de Apoio à integração de Imigrantes (CLAII) e alguns/algumas mediadoras/es dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) foram objeto de formação em Igualdade de Género, tendo essa formação sido ministrada pela CIG. No que concerne ao ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações de sensibilização/capacitação:

- 25, 26 e 27 de janeiro (CNAI de Lisboa): 18 formandos/as (14 técnicos/as dos CLAII e 4 mediadores/as do CNAI de Lisboa) - CLAII da Região da Grande Lisboa Este, Oeste e Margem Sul;
- 17, 22 e 29 de maio – (CIG – Deleg. Norte): 21 formandos/as (17 técnicos/as dos CLAII e 4 técnicos/as do CNAI do Porto) - CLAII da Região do Norte Litoral, Centro Norte e Centro Interior;
- 18, 25 de setembro e 4 de outubro (Porto): 8 técnicos/as (3 – técnicos/as dos CLAII e 5 mediadores/as do CNAI do Porto);
- 22 de novembro (Faro): 9 participantes, dos quais 6 técnicos/as do CLAII e 3 mediadores/as CNAI de Faro – CLAII da região do Algarve);



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- 7 de dezembro (Faro): 10 participantes, 7 técnicos/as dos CLAII e 3 mediadores/as CNAI de Faro (CLAII da região do Algarve).
- 13 de dezembro (Faro): 11 participantes, 8 técnicos/as dos CLAII e 3 mediadores/as do CNAI (CLAII da região do Algarve).

Em 2012, abrangeram-se desta forma, 77 profissionais que se encontram na linha da frente do atendimento, apoio e acompanhamento de imigrantes, de entre os quais 55 são técnicos/as da Rede CLAII e 22 mediadores e mediadoras dos CNAI.

2. Prevenção de formas de violência de género

2.1. Mutilação Genital Feminina (MGF)

Integração no Grupo de Trabalho Intersectorial para a Eliminação da MGF/C: o ACIDI integra, desde Outubro de 2007, o Grupo de Trabalho Intersectorial para a Eliminação da MGF/C, coordenado pela CIG, responsável pela elaboração e implementação do I e II Programa de Ação para a Eliminação da MGF, integrados, respetivamente, no III e IV Plano Nacional para a Igualdade. Para além da participação nas reuniões regulares do Grupo, o ACIDI apresentou comunicações (por Carla Martingo), nos seguintes eventos:

- Sessão “Mulheres e Sexualidade”, promovida pelo Centro de Estudos para as Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) no âmbito ciclo de conferências, “Women on the move”, realizado no dia 29 de março de 2012;
- Seminário sobre MGF, promovido pela Escola Superior de Polícia Judiciária, no dia 28 de Maio de 2012;
- Workshop sobre MGF integrado na Conferência Internacional “Combate a Todas as Formas de Violência de Género”, promovida pela CIG em colaboração com a Faculdade de Direito de Lisboa, no dia 6 de dezembro de 2012.

Sensibilização e apoio às associações de imigrantes: Uma vez que a MGF é uma temática que afeta, de forma direta, algumas comunidades migrantes, com o objetivo de sensibilizar e incentivar as Associações de Imigrantes para serem os principais agentes de mudança com vista à eliminação desta prática, o ACIDI contemplou, no seu Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) a possibilidade de apoios financeiros para esse trabalho. No PAAI 2013 esta temática será integrada de forma específica no Eixo 3 (eixo de apoio a práticas de reconhecido mérito). Neste âmbito, com o objetivo de apresentar o II Programa de Ação para a Eliminação da MGF, o instrumento de política pública enquadrador do apoio no PAAI 2013, bem como para divulgar, o ACIDI realizou uma sessão para as associações de imigrantes, no CNAI, no dia 19 de outubro de 2012. Foi, ainda, criado um endereço eletrónico (mgf@acidi.gov.pt) para pedido de material informativo (folhetos e cartazes) pelas Associações de Imigrantes, bem como para marcação de reuniões para todas as que queiram trabalhar a temática.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Numa estreita articulação entre o ACIDI e a CIG, com o empenho das respetivas tutelas, teve lugar no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, no dia 29 de maio de 2012, uma reunião que contou com a presença de associações de imigrantes, representantes da CIG e do ACIDI, a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e do Senhor Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Parlamentares. Na reunião tomou-se o compromisso de divulgar junto das associações de imigrantes o apoio financeiros disponível através do QREN (POPH) – Eixo 7.7., mais concretamente para a área da Igualdade. Essa divulgação assumiu a forma de reuniões individuais ou em grupo, nas quais estiveram presentes representantes do ACIDI e/ou da CIG:

- 11 de junho de 2012 – 5 associações (Associação A Comunidades Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins; Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal; Balodiren; Comunitária; Centro Português de Estudos Árabe e Pulaar e Cultura Islâmica), no ACIDI, com presença da CIG.
- 21 de junho – reunião individual com a Balodiren (CIG, com a presença do ACIDI)
- 22 de junho –reunião com o Centro Português de Estudos Árabe e Pulaar e Cultura Islâmica (na sede da Associação, com a presença da CIG e do ACIDI);
- 3 de julho – reunião individual com a Associação FRATIA, de Setúbal (presença do ACIDI);
- 9 de julho – reunião individual com a Associação A Comunidades Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins, na sede da Associação (presença da CIG e do ACIDI);
- 10 de julho – reunião com a Associação Cabo-Verdiana de Lisboa (na CIG)
- 11 de julho – reunião com Associação de Apoio ao Estudante Africano , com a Associação de Mulheres de S. Tomé e com a Associação Unidos de Cabo Verde (na CIG)
- 12 de julho –reunião individual com a Guineáspora (no ACIDI).
- 12 de julho – reunião individual com a AJPAS, na sede da Associação (presença do ACIDI).

Prevenção e apoio a potenciais/vítimas de MGF: foi criada pelo ACIDI uma estrutura de referência que envolve a Linha SOS Imigrante, os Gabinetes de Apoio Jurídico ao Imigrante e o Gabinete de Saúde do CNAI de Lisboa e a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE), criada pela APAV através de Protocolo com o ACIDI. A UAVIDRE, unidade especializada de apoio à vítima imigrante e de discriminação racial e étnica, disponibiliza aconselhamento individual e apoio psicossocial, sendo a unidade de referência para encaminhamento de eventuais casos de MGF que cheguem ao conhecimento do ACIDI, seja através da Linha SOS Imigrante, seja na sequência do acesso aos serviços do ACIDI. Os mediadores/as (11) que fazem atendimento na Linha SOS Imigrante foram formadas/s na temática da MGF para poderem responder a eventuais casos ou denúncias de casos de MGF. Nos dias 27 e 28 de junho de 2012 foram alvo de um *follow-up* em termos de formação nesta área. Até ao momento, não há casos sinalizados.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Sensibilização/informação às associações de imigrantes e da população em geral:

O ACIDI colaborou com a CIG na construção do Regulamento e na análise das candidaturas do prémio “Contra a MGF – Mudar agora o Futuro” (edição 2012), bem como integra o grupo de acompanhamento da execução dos projetos vencedores, juntamente com a CIG e a Direção Geral da Saúde. Pese embora a forte divulgação feita pelo ACIDI junto das associações de imigrantes, apenas duas Associações apresentaram candidatura, nomeadamente a Associação Balodiren e a Morabezza que obtiveram, respetivamente, o primeiro e o segundo lugar. Ainda ao nível da sensibilização da opinião pública para esta temática, foi disponibilizado um espaço no sítio do ACIDI, inaugurado no dia 6 de fevereiro de 2012, no qual consta informação relevante sobre MGF, passível de se fazer o seu *download* (http://www.acidi.gov.pt/index.php/documentos/visualizar_documento/4f280a11ca6d7/mutilacao-genital-feminina).

2.2. Violência Doméstica

A violência doméstica tem sido também objeto de um trabalho conjunto entre o ACIDI e a CIG, nomeadamente através da formação dos/as mediadores dos CNAIs e dos técnicos/as dos CLAIIs, bem como da produção de material informativo destinado às comunidades imigrantes. Este trabalho tem enquadramento no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, gerido e coordenado pela CIG.

Neste âmbito, durante o ano de 2012, foram elaborados desdobráveis, destinados às comunidades imigrantes, sobre a legislação existente e os recursos disponíveis em Portugal para vítimas de violência doméstica, disponíveis em várias línguas: português, francês, inglês, russo, romeno, chinês e ucraniano. Coube ao ACIDI a produção do desdobrável e a sua tradução, e à CIG a sua impressão para o 1.º semestre de 2013.

Esta temática é objeto de tratamento específico no II Plano para a Integração de Imigrantes, com particular relevo na medida 51, que prevê a revisão da exigência de “condenação” para efeitos de autonomização de autorizações de residência concedidas a familiares reagrupados vítimas de violência doméstica. No âmbito da primeira alteração à Lei 23/2007, de 4 de Julho, foi apresentada uma proposta de alteração, consubstanciada na substituição da “condenação por crime de violência doméstica” por “acusação pelo Ministério Público da prática do crime de violência doméstica,” circunstância que permite à vítima não ter de aguardar pela decisão condenatória, procurando conciliar os reais interesses da vítima, com as possíveis fraudes à lei, que mera participação poderia implicar. Na sequência do proposto a nova redação do nº4 do art.º107 da lei 29/2012, de 9 de Agosto passou a ser: *Em casos excepcionais, nomeadamente de separação judicial de pessoas e bens, divórcio, viuvez, morte de ascendente ou descendente, acusação pelo Ministério Público pela prática do crime de violência doméstica e quando seja atingida a maioria, pode ser concedida uma autorização de residência autónoma antes de decorrido o prazo referido no número anterior.*